



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**DISPOSITIVOS SOCIONÔMICOS NA PEDAGOGIA DE GRUPOS
SOCIOEDUCATIVOS**

GRAZIELA RODRIGUES BOHRER

BRASÍLIA – DF

2012



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**DISPOSITIVOS SOCIONÔMICOS NA PEDAGOGIA DE GRUPOS
SOCIOEDUCATIVOS**

GRAZIELA RODRIGUES BOHRER

**Dissertação de Mestrado
submetida ao Programa de
Pós-graduação em Educação
da Universidade de
Brasília/UnB como parte dos
requisitos para a aquisição
do título de Mestre em
Educação.**

**Orientador: Prof. Dr. Paulo
Sérgio Bareicha**

BRASÍLIA – DF

2012

DISPOSITIVOS SOCIONÔMICOS NA PEDAGOGIA DE GRUPOS SOCIOEDUCATIVOS

Esta Dissertação, quesito para a obtenção do título de Mestre em Educação,
pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, foi apreciada e
aprovada pela Banca Examinadora composta por:

Prof. Dr. Paulo Sérgio Bareicha
Universidade de Brasília – UnB
Presidente

Profa. Dra. Christiane Girard Ferreira Nunes
Universidade de Brasília – UnB
Membro Titular

Dra. Ivânia Ghesti-Galvão
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT
Membro Externo

Prof. Dr. Lúcio Teles
Universidade de Brasília – UnB
Membro Suplente

Brasília, 18 de junho de 2012

AGRADECIMENTOS

Desejo expressar minha gratidão a todos àqueles que me inspiraram e me aqueceram para a vida e para os grupos; que me acompanharam nesta trajetória e que compartilharam comigo suas experiências, afetos e conhecimentos.

Primeiramente agradeço a Deus Criador, que me ilumina me guarda e me abençoa.

Agradeço ao meu marido Altemir, que entre encontros e desencontros esteve, acima de tudo ao meu lado, nesses dois anos de mestrado, ajudando, apoiando e amparando a mim e aos nossos filhos, com muita paciência e amor. “Amor, que bom te encontrar de novo, espero não te perder mais; espero que não me percas mais”.

Aos meus amados filhos João Vítor e Isabella, encantos da minha vida, razão da minha existência e de muitas das minhas inquietações. Com eles aprendo todos os dias a desempenhar o papel mais difícil, mais desafiador e mais fascinante: ser mãe. “Filho, obrigada por ter me dado força e alegria, que às vezes teimavam em faltar, teu humor constante foi e é bálsamo para mim”. “Filha, obrigada pelo teu carinho, pelas massagens relaxantes, pela escrivaninha que me emprestou para estudar e pela sua impaciência, que muitas vezes me tirou da pesquisa para o parque”.

Aos meus queridos pais, Lázaro Serrano e Ivoni, por sua sabedoria, amor e dedicação e por terem sempre me estimulado ao estudo e a busca pelo conhecimento. “Pai e mãe, obrigada por tudo sempre. Vocês são meus maiores exemplos de superação. Ensinarão a mim e aos meus irmãos, muitas vezes em meio a dores e perdas, a seguir em frente, não desistir dos sonhos e ser feliz. Eu amo muito vocês”.

Agradeço aos meus irmãos Sandra, Rozi (*in memoriam*), Jane e Leandro. “Somos cinco dedos de uma mão, um diferente do outro, mas que sempre se completaram e se complementaram. Cada um de vocês, da sua

forma, me ajudou a crescer, a me desenvolver e a me constituir. Obrigada, amo a cada um incondicionalmente”.

A Renata Ito e Tatiana Camargo, amigas e colegas. “Re, obrigada pela força, pelos “empurrões”, pela escuta, pelo colo, pela companhia, pelas leituras, pelo bolo de milho quentinho e pelos chocolates, que muito embalaram minhas noites de estudo. Obrigada por ser essa pessoa maravilhosa e por ter estado comigo em momentos tão significativos da minha vida. Você é muito especial para mim”. “Taty, obrigada pelo companheirismo, pelo compartilhamento de experiências profissionais e de vida, pelas longas conversas regadas a cafés e risadas (às vezes lágrimas). Tua força e determinação são admiráveis e contagiantes”.

Agradeço à nossa família brasileira, família escolhida e, bem por isso, especial. César, Diana, Arthur e Sofia Hoefling; Sandro, Viviane, Nathália e Theo Diehl. “Obrigada queridos amigos, pela torcida, pela força, pelo carinho em todos os momentos”.

Ao Prof. Dr. Paulo Bareicha, que com sua paciência, sabedoria e competência, como profissional e ser humano, me conduziu neste processo. “Paulo, foi muito importante percorrer esse caminho ao seu lado. Desde o início, com a monografia da ABP, você me ajudou a conhecer o psicodrama e todas as possibilidades que ele apresenta. Paralelo a isso, fui descobrindo, pela sua motivação, as minhas possibilidades. Aprendi com você a confiar e acreditar mais em mim, aprendi a dirigir grupos, a ser mais flexível e tolerante comigo e com os outros, aprendi a arte da espontaneidade e criatividade. Aprendi muito e ainda aprendo e cada vez mais me surpreendo com a pessoa maravilhosa que você é. Minha admiração e meu agradecimento serão para sempre, porque você, com toda a sua generosidade é um gigante e eu agradeço por ter tido o privilégio de ter sido sua mestrande. Muito obrigada mesmo, por tudo!”.

Agradeço ao Instituto Círculo de Giz, na pessoa de Luciana Bareicha, Diretora do Instituto, por ter confiado a mim o atendimento de muitos dos grupos socioeducativos.

Aos colegas que me acompanharam no atendimento de alguns grupos no Instituto Círculo de Giz: Alessandra, Aliane, Fábio, Gislene, Heloisa, Lenira e Luisa Helena. “A todos vocês o meu agradecimento e o meu carinho”.

Agradeço à Profa. Dra. Christiane Girard Ferreira Nunes, por ter acolhido e apreciado esse estudo como membro da banca examinadora da Defesa de Qualificação e por ter partilhado com generosidade sua sabedoria e suas valiosas contribuições.

Do mesmo modo, agradeço à Dra. Ivânia Ghesti-Galvão, por sua participação na banca examinadora da Defesa de Qualificação, pelo interesse demonstrado por esse estudo, pela troca de experiências relacionadas aos grupos socioeducativos e por tão relevantes considerações.

À Profa. Dra. Christiane Girard Ferreira Nunes, à Dra. Ivânia Ghesti-Galvão e ao Prof. Dr. Lúcio Teles, pela disposição em compor a banca examinadora da Defesa de Dissertação e pelo compartilhamento de seus ensinamentos.

Ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), principalmente à equipe do Serviço de Assessoramento a Magistrados sobre Drogas (SERUQ) pela parceria, trocas e disposição em atender às demandas do Programa GS para que este estudo fosse realizado.

Às minhas colegas de mestrado: Andreia Leão, Maria Cristina Dolabella e Rozaine Tomás, pela troca de experiências e pelo aprendizado adquirido.

Por fim, agradeço especialmente a todos os participantes dos grupos socioeducativos. “Sem vocês esse estudo não teria acontecido, nem tão pouco se realizado, muito obrigada pela contribuição anônima de cada um”.

*Melhor do que a criatura,
fez o criador a criação.
A criatura é limitada.
O tempo, o espaço,
normas e costumes.
Erros e acertos.
A criação é ilimitada.
Excede o tempo e o meio.
Projeta-se no Cosmos.*

(Cora Coralina)

LISTA DE QUADROS

P. 20 - Quadro 1 – Carta dos Direitos do “*Teenage*” (Fonte: TRASSI e MALVASI, 2010, p. 35)

P. 41 - Quadro 2 – Socionomia (MORENO, 1974, p. 40)

P. 57 – Quadro 3 – Contextos, instrumentos e etapas do psicodrama

LISTA DE FIGURAS

P. 61 – Figura 1 – Matriz de identidade (MORENO, 2008, p. 126, 127)

P. 62 – Figura 2 – Brecha entre fantasia e realidade (MORENO, 2008, p. 128)

P. 65 – Figura 3 – Diagrama de papéis (MORENO, 2008, p. 129)

P. 70 – Figura 4 – Transferência Interpessoal (MORENO, 2008, p. 285)

P. 136 – Figura 5 – Percurso do usuário de drogas ilícitas (Programa GS)

RESUMO

Este estudo diz respeito ao atendimento de grupos socioeducativos (GS) em cumprimento de medida educativa por uso de drogas ou porte para consumo. O trabalho realizado com os GS adotou por base teórica a perspectiva sicionômica de Moreno, com ênfase na abordagem socioeducativa. A proposta do Programa foi viabilizar momentos de acolhimento, sensibilização, autorreflexão, questionamentos, aprendizado, compartilhamento e tomada de decisões. O objetivo da pesquisa consistiu em identificar os dispositivos de mobilização e participação grupal, considerando o fato de que, por se tratar de encaminhamento judicial os participantes, em sua grande maioria, compareceram ao início do Programa sem demanda para o trabalho. Trata-se de um estudo exploratório de pesquisa-ação com enfoque sobre a abordagem qualitativa de oito relatos de sessões realizadas com grupos distintos. Os procedimentos utilizados no manejo dos grupos foram: jornal vivo; projeção de futuro; jogos dramáticos; jogos educativos; vivências e sociodramas. Nesse âmbito, surgiu o questionamento norteador dessa pesquisa: Qual a interferência dos dispositivos sicionômicos na mediação de grupos socioeducativos? Como principais resultados destacamos a metodologia sicionômica como um instrumento eficaz no aquecimento e na sensibilização dos GS para o encontro e desenvolvimento de suas capacidades. A abordagem favoreceu um progressivo engajamento dos membros nos grupos e a emergência de temas comuns protagônicos. Também identificamos os dispositivos, tanto aqueles que partiram dos mediadores como dos participantes, como mecanismos de ação que colaboraram para o estabelecimento das regras, das relações e das mudanças. Os dispositivos se mostraram como estratégias dialéticas permanentes de significação, questionamento, inclusão e encontro e favoreceram, no período de oito sessões, a integração, a participação, o envolvimento, o compartilhamento de experiências, a espontaneidade e criatividade, rumo à respostas diferenciadas e ao desapego às conservas até então arraigadas e limitadoras.

Palavras-chave: grupos socioeducativos, sicionomia, dispositivos.

ABSTRACT

This research aim to the treatment of socio-educational groups (GS) in fulfillment of educational procedures by drug use or possession for consumption. It has Socionomy of Moreno as theoretical bases, with emphasis on socio-educational approach. The target of the program was provide host moments, awareness, self-reflection, questioning, learning, sharing and decision making process. The goal of this research was to identify the devices mobilization and group participation, considering the fact that, because it is legal referral participants, mostly attended the beginning of the program without demand for care. This is an exploratory study of action research focusing on qualitative approach of eight reports of meetings accomplished with different groups. The procedures used in the management of the groups were living newspaper, future projection, dramatic games, educational games, experiences and sociodramas. In this context, the question that guided this research was: How socionomics devices produces interferences in mediation of social and educational groups? The main results includes the socionomic methodology as an effective tool in heating and awareness of the GS to encounter and development of their skills. The method helped for a progressive engagement of members in groups and the emergence of common themes starring. We also identify the devices, both those from mediators of the participants and mechanisms of action that contributed to the establishment of rules, relationships and change. The devices showed themselves as permanent dialectics strategies of meaning, questioning, and favored inclusion and encounter, during eight sessions, integration, participation, involvement, sharing experiences, spontaneity and creativity toward the different answers and detachment from usual entrenched and limiting conversations.

Keywords: socio-educative groups, socionomy, devices.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
1.1 PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS.....	15
1.2 CONCEITUANDO JUVENTUDE.....	17
1.3 O JOVEM E O USO DE MACONHA.....	24
1.3.1 A MACONHA.....	24
1.3.2 O CONSUMO, OS MOTIVOS, A TRANSGRESSÃO.....	26
1.3.3 USUÁRIO OU DEPENDENTE.....	29
1.3.4 EFEITOS, SINTOMAS, ABSTINÊNCIA.....	32
1.4 MEDIDA SOCIOEDUCATIVA.....	36
1.5 SOCIONOMIA.....	39
1.5.1 O TERMO.....	39
1.5.2 O PERCURSO.....	41
1.5.3 PRINCIPAIS MÉTODOS E TÉCNICAS SOCIÁTRICOS.....	53
1.5.3.1 Métodos.....	53
1.5.3.2 Técnicas.....	55
1.5.4 PRINCIPAIS CONCEITOS DA TEORIA MORENIANA.....	60
1.5.4.1 Matriz de Identidade.....	60
1.5.4.2 Teoria dos Papéis.....	64
1.5.4.3 Espontaneidade e Criatividade.....	66
1.5.4.4 Fator Tele.....	68
1.6 DISPOSITIVOS.....	71

2. METODOLOGIA.....	73
2.1 TEMA.....	75
2.2. PROBLEMA.....	75
2.3. HIPÓTESE.....	76
2.4. OBJETIVO GERAL.....	76
2.5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	76
2.6. PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	76
2.7. OS ENCONTROS.....	77
2.8. OS MEDIADORES.....	77
2.9. PROCESSAMENTO E GERAÇÃO DE DADOS.....	77
2.10. ANÁLISE DOS DADOS.	78
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	80
3.1 PRIMEIRO MOMENTO.....	80
3.2 SEGUNDO MOMENTO.....	95
3.3 TERCEIRO MOMENTO.....	119
4. OUTRAS DISCUSSÕES SOBRE OS DISPOSITIVOS.....	134
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS.....	144

INTRODUÇÃO

Esse estudo aborda o acompanhamento de grupos de jovens encaminhados pela justiça, para cumprimento de medida socioeducativa, devido ao porte ou uso de drogas ilícitas. As medidas socioeducativas, segundo Saliba (2006), têm como objetivo oferecer uma ação pedagógica e educativa, no sentido de reeducar e prevenir e de estabelecer novos padrões de comportamento e conduta para o usuário de substâncias psicoativas. O trabalho com os grupos socioeducativos, segundo o que prevê a Nova Lei de Drogas, Lei 11.343/06 (BRASIL, 2006), deve priorizar a atenção, a prevenção e a reinserção social, bem como a redução de riscos e de danos sociais e à saúde.

O interesse em pesquisar a temática dos grupos socioeducativos com jovens em conflito com a Justiça por porte ou uso de drogas, surgiu do interesse da pesquisadora em identificar a aplicabilidade da teoria socionômica de Moreno (2008) nestes casos, bem como a resposta desses grupos a esse tipo de abordagem. Assim, a pesquisadora engajou-se ao Instituto Círculo de Giz. Essa instituição acolhe, desde o ano de 2007, grupos encaminhados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) no Programa Grupos Socioeducativos (GS), e toma como base teórica, para o atendimento dos participantes, a metodologia socionômica.

A proposta do Programa GS é viabilizar momentos de acolhimento, sensibilização, autorreflexão, questionamentos, aprendizado, compartilhamento e tomada de decisões, empregando metodologia sociopsicodramática. Sua criação foi motivada por experiência semelhante, supervisionada pelo próprio Moreno com pessoas entre 20 e 40 anos, condenadas por delinquência e uso de drogas (DALFSEN, 1966, citado em BAREICHA, 2010).

Essa abordagem, de cunho multirreferencial e multiprofissional (BAREICHA, 1999), permite a discussão do fenômeno educativo em ambientes de aprendizagens não convencionais. Como abordagem grupal, oportuniza tempo e espaço para se pensar a problemática das drogas, a partir do olhar do

próprio usuário. Cada integrante, inserido no grupo, torna-se agente reflexivo e participativo do processo.

Apesar de o encaminhamento ser judicial, para fim de cumprimento de medida educativa (pena a ser cumprida), a finalidade dos encontros é justamente abrir um espaço protegido para discussão de questões relacionadas não apenas ao uso de drogas, mas também de dificuldades vivenciadas nas relações familiares, sociais ou de trabalho. O Programa GS espera promover a liberdade de expressão e de ação em busca de respostas e alternativas para os problemas enfrentados e compartilhados. Nesse sentido, os métodos de ação morenianos têm sido muito úteis já que objetivam justamente, por meio das vivências, estimular a espontaneidade e a criatividade individuais e grupais, para resolução de problemas e conflitos. Com isso o Programa busca acolher, integrar e motivar a participação dos beneficiários, por meio de dispositivos (mecanismos e técnicas) que instiguem a ação e a transformação de atitudes.

Com o propósito de tornar o trabalho - que é realizado em apenas oito encontros - mais produtivo, surgiu a necessidade de identificar, a partir das técnicas socionômicas, o envolvimento e a participação dos integrantes nos grupos. Assim, identificamos o problema desse estudo: **qual a interferência dos dispositivos socionômicos na mediação de grupos socioeducativos?**

Deste modo, a teoria socionômica de J. L. Moreno, fundamentada nas ciências humanas e sociais, será descrita como uma proposta que instiga a participação do grupo. Ela também pode ser entendida como um conjunto de dispositivos eficazes que tem por função aquecer os integrantes e motivá-los para o trabalho. Assim, descreveremos os principais **métodos** e **técnicas** utilizados na abordagem grupal; definiremos o **contexto** em que a vivência do drama grupal ocorre, os **instrumentos** necessários para que o trabalho seja realizado e as **etapas da dramatização**.

As metodologias utilizadas serão a pesquisa-ação e a metodologia moreniana. O estudo propõe a abordagem de oito sessões de grupos socioeducativos. Os resultados advindos dos relatos desses encontros serão descritos e discutidos à luz da teoria socionômica.

1. RREFERENCIAL TEÓRICO

1.1 PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS

O ser humano está sempre em constante desenvolvimento. Faz parte desse desenvolvimento a aprendizagem, que não pode ser vista como algo isolado e individual, mas como um processo coletivo, que ocorre em todas as esferas sociais: família, escola, comunidade etc. e que viabiliza não somente a produção de conhecimento e de informação, mas o compartilhamento de experiências, saberes e afetos (BOHRER, 2010).

Nesse sentido, as práticas socioeducativas tem se dedicado e se desenvolvido em espaços não escolares. Essas práticas são bastante heterogêneas e constituem experiências de educação realizadas tanto em organizações governamentais como não governamentais, que se ocupam de crianças, jovens, mulheres, moradores de bairros, entre outros e que tem o intuito de desenvolver trabalhos de prevenção, ações assistenciais, práticas de militância, sociabilidade, formação para o trabalho, etc. (ZUCCHETTI e MOURA, 2010).

Fleury e Marra (2008) apontam que a sociedade tem se preocupado mais com as demandas sociais. Em razão disso, uma rede de segurança preventiva e protetora, formada por instituições de responsabilidade social, ONGs, instituições privadas, etc. vêm se ocupando de trabalhos e intervenções socioeducativas. O objetivo é recuperar a qualidade de vida das pessoas, emancipar os cidadãos, ampliar redes de segurança e o acesso à Justiça, por meio de programas e projetos de ação social. Essa proposta de prática grupal implica em encontrar no saber local a construção do saber coletivo.

As intervenções socioeducativas constituem-se em ações formativas por excelência porque cultivam a autonomia e o pensamento crítico e criativo, sempre proporcionando a oportunidade de participação. Sabemos que a capacidade espontânea e criativa do ser humano demanda renovação na educação, o que é viabilizado nas intervenções sociais vivenciadas nessas intervenções, que são, em si, potencialmente terapêuticas (FLEURY e MARRA, 2008, p. 17).

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo criou uma cartilha de proteção social para a infância, adolescência e juventude intitulada *Parâmetros Socioeducativos: proteção social para crianças, adolescentes e jovens* (CENPEC, 2007). Esse material dispõe as práticas socioeducativas como:

aprendizagens articuladas que contribuem para o desenvolvimento pessoal e social de crianças e adolescentes, atualizando e complementando conhecimentos já trazidos por estes de sua vivência familiar e experiência cultural (CENPEC, 2007, p. 10).

A cartilha demonstra que o termo socioeducativo é adotado como qualificador da ação, já que indica um campo de aprendizagem voltado para o desenvolvimento de capacidades, valores éticos, estéticos e políticos com o intuito de promover o acesso e o processamento de informações, a convivência em grupo e a participação na vida pública para o exercício da convivência social. A preocupação é formar integralmente o cidadão de qualquer idade, favorecendo o reconhecimento das tradições e da inclusão social, com ênfase na convivência. Mas, para efetivar as ações socioeducativas, torna-se necessário formar parcerias com os mais variados segmentos sociais (escola, família, comunidade e com toda malha de atendimento à criança, ao adolescente e ao jovem). A proteção social implica em um conjunto de intervenções que procuram evitar ou sanar situações de exclusão, riscos e vulnerabilidades. Por outro lado, a educação visa promover o desabrochar das potencialidades pessoais, sociais, intelectuais e produtivas de seu público-alvo (CENPEC, 2007).

Marques e Cruz (2000) afirmam que, por não aceitar orientações, já que estão testando o poder e o controle sobre si mesmos, os jovens são considerados vulneráveis, já que se expõem a riscos, entre eles o uso de drogas. Nesse sentido, Cara e Gauto (2007) referem que o **público jovem** é o que recebe maior atenção no quesito projetos e ações governamentais e não governamentais, justamente porque enfrentam questões como a gravidez na

adolescência, drogadição, doenças sexualmente transmissíveis e Aids, envolvimento em situações violentas, criminalidade e narcotráfico.

1.2 CONCEITUANDO JUVENTUDE

A necessidade de compreender melhor o conceito de juventude surgiu assim que o público deste estudo começou a ser definido. Os participantes dos GS têm idade entre 18 e 35 anos. De acordo com a Lei Nº. 8.069/90 (BRASIL, 1990), que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é considerado adolescente a pessoa com idade entre 12 e 18 anos. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2011), adolescente é a pessoa que se encontra na faixa etária de 10 a 19 anos, e jovem, entre 15 e 24 anos. Abramovay e Castro (2006) entendem que o conceito de juventude não pode ser visto como permanente. Contudo, após levar em consideração uma gama de aspectos demográficos, psicológicos e comparar dados internacionais, regionais e temporais, as autoras “propõe uma definição que tem por base um ciclo etário que classifica os jovens como aqueles indivíduos que possuem entre 15 e 29 anos” (p. 9), já que a autonomia, uma das principais características desta fase, tem avançado para anos subsequentes.

Contudo, como será descrito neste tópico, poderemos constatar que o conceito de juventude não é estático e previsível. Abramovay e Castro (2006) ressaltam a juventude como um período entre a infância e a idade adulta, pautado por “transformações biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que podem variar de acordo com as sociedades, as culturas, as classes, o gênero, a inscrição étnico-racial e a época” (p. 10).

Em outro estudo, Esteves e Abramovay (2007) inferem:

que não existe apenas um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Nesse sentido, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir de múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de

classe, gênero, etnia, grupos, etc (ESTEVEZ, ABRAMOVAY, 2007, p. 21).

Para Trassi e Malvasi (2010) a juventude deve ser compreendida como uma etapa de transição na vida das pessoas, “um contingente populacional, uma categoria social, uma geração” (p. 21). Os autores destacam que a faixa etária varia muito de país para país, de instituição para instituição. Por exemplo, as Nações Unidas e o IBGE localizam a juventude entre os 15 e 24 anos. A Secretaria Nacional de Juventude situa entre os 15 e 29 anos. Já para a Organização Mundial da Saúde, em referência ao *Mapa da violência*, considera a faixa dos 15 aos 24 anos. Os autores pontuam, portanto, que não há consenso na delimitação da faixa etária para a juventude e, sobre o conceito de juventude, referem:

“provocação ao pensamento”, pois é, no limite de sua caracterização de diversidade de comportamentos humanos, uma definição imprecisa, historicamente construída, em permanente – e, cada vez mais rápida – mutação (TRASSI e MALVASI, 2010, p. 22).

Savage (2009, citado em TRASSI e MALVASI, 2010) fez um levantamento histórico sobre a origem do conceito de juventude. Ele demonstrou que no último quarto do século XIX, alguns eventos acabaram evidenciando para a sociedade que havia uma etapa entre a infância e a idade adulta, com suas particularidades, mas, que ainda não tinha nome. Embora, no século anterior, Rousseau já tivesse apontado essa fase como um momento crítico, caracterizado por efeitos mentais e emocionais. Também Goethe, no mesmo século, demonstrou uma visão romântica da juventude, cheia de ideias e inquietações.

A revolução industrial na Inglaterra (final do séc. XVIII), com as mudanças que provocou nas estruturas de trabalho, também favoreceu a construção da ideia de juventude. Mas foi na França, em 1789, com a publicação da Declaração dos Direitos do Homem, no art. 28, que a ideia de diferença de gerações nasceu: “uma geração não pode submeter à sua lei as

gerações futuras”. A consequência disso é percebida no século XIX, onde a ideia de igualdade se difunde e os jovens passam a ser vistos como “símbolos do futuro” e como “um grupo instável e perigoso” (SAVAGE, 2009, citado em TRASSI e MALVASI, 2010).

Para Abramo (1994, citado em TRASSI e MALVASI, 2010) ser jovem tornou-se uma categoria social quando apareceu como problema. Essa categoria, conforme o autor, foi construída com o surgimento de um *comportamento anormal*, observado em grupos de delinquentes, excêntricos, contestadores, que contrariam os padrões vigentes.

Trassi e Malvasi (2010, p. 32) referem que “nas três primeiras décadas do século XX houve uma crescente valorização e temor da juventude. Mas o fato significativo é que, com a depressão na economia, eles permanecem desempregados”. Em 1936, os ativistas estudantis definiram os Direitos da Juventude Americana. Em 1937, por meio dessa declaração, os jovens se solidarizaram com outros movimentos, como o dos negros, dos desempregados, dos trabalhadores em greve. Por outro lado, os jovens, com seu razoável poder de compra, se tornaram consumidores (e consomem também bens culturais como *jazz* e *swing*).

Em 1939, na Alemanha, a juventude se preparava para a guerra e na ocupação de outros países eles levavam o *swing*. Na mesma época, em Londres, se agravava a delinquência dos jovens. Quando os Estados Unidos entraram na guerra, muitos jovens recrutados tinham acabado de concluir o ensino médio e a admissão no exército demarcava o fim da adolescência. Eles eram forçados a crescer de uma hora para outra (SAVAGE, 2009, citado em TRASSI e MALVASI, 2010).

Cara e Gauto (2007) demonstram que a juventude, como assunto social, teve seus temas debatidos a partir da Segunda Guerra Mundial, em que passou a ser entendida “como um período preparatório e de transição entre a infância e a fase adulta, marcado por uma espécie de carência ou moratória tencionada pelas necessidades relacionadas à formação da identidade individual” (p. 171). Para os autores, a ideia de fase intermediária traz, correlacionado, o entendimento de juventude como uma fase difícil e

problemática na vida dos jovens. Então, se por um lado o jovem precisa - na fase de transição - ser educado para o enfrentamento da vida adulta, por outro, é visto como vítima da problemática social. Essas duas correntes evidenciam o jovem como não sujeito de sua vida e com a visão de um comportamento juvenil de risco.

O sociólogo Talcott Parsons, em 1942, introduziu em um artigo o termo “cultura juvenil”. Ele se referia à forma como os jovens americanos se organizavam. Os jovens conseguiram construir um mundo distinto dos adultos e das crianças, e se configuravam como um ideal de mercado, firmando também sua independência, que ressoava na Europa em guerra (TRASSI e MALVASI, 2010).

Em janeiro de 1945 é publicada a *Carta dos Direitos do “Teenage”*, cujos tópicos evocam a Constituição Americana. Esta vale a pena ser descrita por revelar aspectos fundamentais da mentalidade dos jovens:

Quadro 1 – Carta dos Direitos do “Teenage”

- I. O direito de deixar a infância ser esquecida.
- II. O direito de se manifestar a respeito da própria vida.
- III. O direito de cometer erros e descobrir por si mesmo.
- IV. O direito de ter regras explicadas e não impostas.
- V. O direito de se divertir e ter companheiros.
- VI. O direito de questionar ideias.
- VII. O direito de estar na idade romântica.
- VIII. O direito de ter chances e oportunidades justas.
- IX. O direito de lutar pela própria filosofia de vida.
- X. O direito de ter ajuda profissional sempre que necessário.

Fonte: Trassi e Malvasi (2010, p. 35).

Trassi e Malvasi (2010) descrevem que na década de 1950 foi se estabelecendo a revolução da juventude, que eclodiu em 1960. Essa revolução

se espalhou pelo mundo demarcando grandes transformações nos costumes, na sexualidade, nos hábitos, roupas, linguagem, política. No Brasil, em 1964 ocorreu o golpe militar, que se confrontou com um movimento estudantil, que se fortaleceu entre 1966 e 1967. Havia um envolvimento dos jovens estudantes com a Campanha Nacional de Alfabetização pelo método Paulo Freire, e também, aos Centros Populares de Cultura (CPC). Nesse período os jovens se opunham à ditadura militar e sofriam a repressão política.

Em 1970, como inferem os mesmos autores, a fim de estabelecer a ordem, o Brasil é caracterizado pela censura e pelo ensino da Educação Moral e Cívica. Ainda é uma fase de perseguições e torturas e a juventude resiste expressando, por meio da arte, suas opiniões e descontentamentos com a repressão. Porém, em outros contextos, adolescentes e jovens, distantes da escolarização, sofriam com a pobreza, com a ausência de políticas públicas e com trabalho precoce. Havia os adolescentes pobres, chamados “*menores*” e os jovens da periferia, provenientes da zona rural. Isso distanciava as juventudes à medida que tornava as oportunidades sociais desiguais.

Além disso, na metade do século XX, com as mudanças no papel da mulher, surgem também significativas modificações na família. A nova família monoparental transformou as relações entre gerações. Assim, o adolescente e o jovem passam a ser vistos como agentes sociais autônomos. Com isso, no final do mesmo século, “observa-se que a juventude – incluindo os adolescentes – não era mais vista só como estágio preparatório para a vida adulta, mas, em certo sentido, como o estágio final do pleno desenvolvimento humano, pois considerados seres autônomos, fora do controle das gerações mais velhas e bons consumidores” (HOSBAWM , 1995, p. 319, citado em TRASSI e MALVASSI, 2010). O consumidor de modo geral (adulto, jovem, criança, idoso), passa a relacionar o consumo com a possibilidade de obtenção de felicidade. Associado a isso está a intolerância ao sofrimento (TRASSI e MALVASI, 2010).

Possivelmente, nesta busca de felicidade e bem estar o consumo de drogas se intensifica. Olievenstein (1984) refere que a busca pela droga objetiva a negação do sofrimento e a busca de prazer. Assim, a intolerância ou

a dificuldade no enfrentamento de problemas e frustrações e a necessidade de um prazer imediato, estimulam o jovem ao consumo de drogas.

As caracterizações da juventude neste período denunciaram, além do comportamento em si, diferentes expressões de jovens de classes sociais distintas:

os mais ricos são “excêntricos”, “rebeldes”, “contestadores”; os mais pobres são “delinquentes”. Os primeiros, pelas oportunidades garantidas pela origem social (...), canalizam suas insatisfações e expectativas por meio de produções e participações culturais, artísticas e políticas. Quando se envolvem com a prática de atos de transgressão ou atos infracionais, há uma tolerância social maior na compreensão de sua conduta (...). Quanto ao adolescente e ao jovem pobres, há claramente uma tendência social de subestimação de sua produção e forma de participação social, criminalização de sua conduta, mecanismos de repressão e punição rigorosos – o controle de circulação pelas cidades, sua representação como perigoso ou potencialmente perigoso e, finalmente, o encarceramento da pobreza ou seu extermínio (TRASSI e MALVASI, 2010, p. 39).

Segundo Trassi e Malvasi (2010), desde meados do século XX até a atualidade, o ideal de juventude foi instaurado. E uma das características principais desse ideal foi o rompimento com a ordem vigente, “a transgressão tornou-se uma das marcas da cisão geracional característica da noção de juventude” (p. 40). Fazer o proibido significa questionar valores sociais e também construir uma “trajetória rebelde”. Neste sentido, Olievenstein (1984) infere que “disso a droga é um exemplo perfeito porque representa o risco, a ilegalidade, a desilusão e a autodestruição. Mas tudo é aceito e procurado porque ela (a droga) estabelece a transgressão” (p. 8).

Contudo, Cara e Gauto (2007) apontam que, para alguns “analistas e atores sociais” o jovem é visto “*como solução, como ator estratégico do desenvolvimento*” (p. 172). Nessa abordagem os jovens são “*sujeitos dinâmicos das comunidades e sociedades em que vivem*” (p. 173), apesar de limitados pelo atual modelo de desenvolvimento, que prejudica a sua inclusão social. O que significa dizer que não há participação do jovem na estruturação

de ações, projetos e programas orientados para o seu público, já que não é visto como participante, mas apenas como beneficiário.

Essa corrente que estimula a participação juvenil e que atribui aos jovens o papel de “transformadores sociais” e “atores estratégicos do desenvolvimento” também fomenta os movimentos juvenis (juventude partidária, movimento estudantil), que pode resultar em uma *“falsa polarização entre jovens e adultos – no sentido de se considerar os primeiros como agentes privilegiados da mudança social, em oposição a natureza conservadora dos grupos etários mais velhos”* (CARA e GAUTO, 2007, p. 173). Os autores apontam que tanto no caso de reconhecer o jovem como protagonista ou como agente revolucionário, o risco que se corre é de *“lançar sobre a juventude o peso da transformação social, sem ouvir ou dimensionar as demandas juvenis”* (p. 174).

O que Cara e Gauto (2007) propõem é a compreensão da juventude como sujeito de direitos, ou seja,

(...) entender essa etapa da vida como momento singular do desenvolvimento pessoal e social, por onde os jovens passam a ser considerados como sujeitos de direitos – tendo reconhecidas suas demandas sociais – e deixam de ser definidos por suas incompletudes ou desvios (...) (CARA e GAUTO, 2007, p. 174).

Em suma, existem, segundo José Machado Pais (1997, citado em ESTEVES e ABRAMOVAY, 2007), para representar o ser jovem – segundo a sociologia da juventude – duas linhas. A primeira analisa a juventude como grupo social homogêneo, representado por pessoas que vivenciam uma fase de vida comum e pertencem a um mesmo grupo etário. A segunda, por identificar a existência de múltiplas culturas juvenis, entende a juventude para além da fase de vida que se encontra e por suas características comuns. Aqui, a idade não é fator predominante para definir juventude. Assim, surge o termo *juventudes* como forma de assinalar as inúmeras possibilidades contidas nessa categoria.

As diferentes juventudes não são, tão somente, *estados de espírito*. São, isso sim, uma realidade palpável que tem sexo, idade, fases, anseios, etc., entronizada em um período de tempo cuja duração não é permanente, mas transitória e passível de modificações (ESTEVEZ e ABRAMOVAY, 2007, p. 26).

Assim, em relação aos GS podemos entender que todos os integrantes fazem parte de juventudes. Momentos que diferem em alguns aspectos, mas que se assemelham em outros. Jovens que, em comum, escolhem o uso de drogas ou, conforme salienta Olievenstein (1984), usam a droga como meio de estabelecer a transgressão. Mas porque transgridem? O que desejam expressar?

1.3 OJOVEM E O USO DE MACONHA

1.3.1 A MACONHA

Cannabis sativa é uma planta, mais especificamente um arbusto, da família das *Moraceae*, conhecido pelo nome de “cânhamo” da Índia (RIBEIRO e colegas, 2005). De acordo com o *Glosario de términos de alcohol y drogas* (OMS, 1994), *Cannabis sativa* é um termo genérico utilizado para descrever as várias preparações psicoativas da planta da maconha. Estas preparações são feitas com folhas e com a resina da planta. As definições são baseadas em termos indianos como: *ganja*, *charas*, *bhang* (preparado com as folhas) ou *haxixe*, concentrado obtido da extração do óleo - resina da planta. Atualmente o termo geral para se referir a *Cannabis sativa* é maconha, enquanto haxixe é o nome que se dá à resina retirada da planta.

A *Cannabis sativa* contém pelo menos 60 canabinóides, alguns dos quais têm atividade biológica. O componente ativo é Δ^9 -tetrahydrocannabinol (THC), que pode ser detectado na urina, juntamente com seus metabólitos, várias semanas após o consumo (OMS, 1994).

Conforme Olievenstein (1984), o documento mais antigo que versa sobre o cânhamo da Índia é o “tratado chinês de botânica, o ‘*Rhy-ya*’, do século

XV a.C.” (p. 30). Os monges indianos relacionavam a planta à fonte de felicidade e de sucesso. O nome dado à planta varia de acordo com a região: “*beng* em persa, *hauf* em alemão, *keunp* em holandês, *cannabis* em latim, *cañamo* em espanhol, *kender* em turco, *chu-sto* em chinês, *marijuana* no hispano-mexicano” (p. 31). O próprio autor denomina de *haxixe*.

Carline (2006) refere que a maconha chegou ao Brasil com os escravos africanos. A substância, conhecida inicialmente por *bangué*, teve seu uso rapidamente alastrado entre os negros e também entre os índios, que passaram a cultivá-la. Além disso, as velas e cordames das embarcações eram confeccionados com as fibras da planta. Mas foi na segunda metade do século XIX que o Brasil teve notícias, por meio da divulgação de trabalhos do professor francês Jean Jacques Moreau e de outros escritores e poetas também franceses, dos efeitos prazerosos da substância. Entretanto, foi o uso medicinal o de maior aceitação pela classe médica.

Em meados de 1930 a repressão ao uso da maconha tomou expressão no Brasil - motivada pela II Conferência Internacional do Ópio, realizada em 1924, em Genebra, pela antiga Liga das Nações. As discussões previstas nesta conferência relacionavam-se ao ópio e à coca, contudo um representante brasileiro, presente na conferência, Dr. Pernambuco Filho, juntamente com um representante egípcio, esforçaram-se para incluir a maconha na discussão e assim a substância foi condenada e, sua venda, proibida.

Esta fase repressiva alcançou o país em várias regiões, conforme descreve Mamede (1945, citado em CARLINI, 2006, p. 316).

De poucos anos a essa parte, ativam-se providências no sentido de uma luta sem tréguas contra os fumadores de maconha. No Rio de Janeiro, em Pernambuco, Maranhão, Piauí, Alagoas e mais recentemente Bahia, a repressão se vem fazendo, cada vez mais enérgica e poderá permitir crer-se no extermínio completo do vício.

No Rio, em 1933, registravam as primeiras prisões em consequência do comércio clandestino da maconha. Em 1940, a polícia Bahiana (...) detinha alguns indivíduos que se davam ao comércio ambulante (...) como sendo maconha.

Mais recentemente, com permanência entre nós de tropas da marinha norte-americana, surgiram alguns de nossos remanescentes viciados e procuraram (...) colher lucros (...) explorando este suposto meio de esquecimento dos horrores da guerra ou o lenitivo da saudade dos entes queridos. A ação serena (...) altamente eficiente dos homens do Shore Patrol fez ruir os intentos criminosos.

Desde então a maconha passou a ser considerada uma substância ilícita e prejudicial à saúde e, assim como outras substâncias psicoativas, passou a ser combatida. Contudo, muitos estudos vêm sendo desenvolvidos, alguns com o intuito de caracterizar seus danos à saúde, outros para elevar seus benefícios. E nesse ínterim encontram-se os consumidores de maconha, que por razões diversas passam a utilizá-la. O que veremos a seguir.

1.3.2 O CONSUMO, OS MOTIVOS, A TRANSGRESSÃO

Apesar da intensa repressão ao uso de drogas ilícitas, o consumo, principalmente entre os jovens, vem aumentando. “Os levantamentos epidemiológicos sobre o consumo de álcool e outras drogas entre os jovens no mundo e no Brasil mostram que é na passagem da infância para a adolescência que se inicia esse uso” (MARQUES e CRUZ, 2000. p. 32). Conforme a *Addiction Research Foundation Group* (1991, citado em MARQUES e CRUZ, 2000. p. 32), entre os principais fatores desencadeadores de uso de drogas estão as emoções e sentimentos relacionados a sofrimento psíquico: depressão, culpa, ansiedade e baixa autoestima.

Olievenstein (1984) refere que a passagem do jovem para o mundo adulto é permeado por medo e impotência e é nesta busca por algo maior, que a droga entra em cena.

A droga (...) representa o risco, a ilegalidade, a desilusão e a autodestruição. Mas tudo é aceito e procurado porque ela estabelece a transgressão. A transgressão terrível da lei da sociedade e da lei do Pai, a transgressão que constitui um jogo com a morte, que é busca de prazer, mas dentro da ambiguidade permanente da dor e da destruição (OLIEVENSTEIN, 1984, p. 8).

Para este autor, o jovem tem uma necessidade de experimentar no aqui e agora, e dentro dele mesmo, uma forma nova do divino e, por este motivo, todos os riscos que a droga imprime são justificáveis e aceitos. Aquele que utiliza a droga inicia um embate contra a razão. “É a destruição no momento presente, é uma visão nova do mundo, graças a um imaginário sem defesas, sem freios e inteiramente irracional” (p. 8). **Aí está a transgressão, quando o usuário deseja validar o imaginário desconsiderando o real.**

Além disso, Olievenstein (1984) acredita que o motivo para o consumo de drogas também está no desejo que o jovem tem de expressar livremente as “tendências mais reprimidas, mais abafadas da personalidade e da imaginação” (p. 34). Ele acrescenta que seria como uma tentativa de se comunicar com o mundo, em geral são pessoas que se sentem alienadas em sua vida prática e também na expressão de seus sentimentos. “Eles não se sentem bem em lugar algum, nem mesmos sozinhos. Talvez porque não possam descrever a si mesmos” (p. 34). É como se o usuário esperasse que a droga lhe oferecesse, magicamente, uma sensação de segurança, de relaxamento interior e é assim que a dependência vai aumentando (OLIEVENSTEIN, 1977).

Deste modo, a escolha pela droga, segundo Olievenstein (1984) “é um meio e um refúgio” (p.104). O jovem reage a um desequilíbrio afetivo ou a uma situação social intolerável. O objetivo é reduzir o mal estar ou esquecê-lo. A droga torna-se, então, solução para evadir à realidade que ele pensa não ter condições de modificar.

Por outro lado, de acordo com Conceição e Oliveira (2008, citado em SANTOUCY, CONCEIÇÃO e SUDBRACK, 2010), o uso de drogas, na sociedade moderna pode relacionar-se à busca de prazer imediato, mas não apenas a isso. Pode representar também uma maneira do jovem se socializar, conquistar uma identidade grupal, ocupar seu tempo livre, fugir das adversidades ou até mesmo como forma de “alcançar estados psíquicos propícios ao pensamento produtivo e a criação artística” (p. 177).

Tiba (2007) diz que, na maioria das vezes, a primeira experiência com a maconha ocorre “ao lado de alguém que *canabisa* há mais tempo” (p. 38). Ele afirma que as informações que o adolescente reúne sobre a maconha nem sempre são as mais confiáveis e justamente por acreditar que a maconha não é tão prejudicial quanto as outras drogas, até mesmo as legalizadas como o cigarro e o álcool, o jovem se envolve com a substância. Mas, para o autor, é impróprio fazer comparações entre as drogas piores ou menos piores. “A maconha não é pior nem melhor que outras drogas. Ela é diferente” (p. 43).

Olievenstein (1984) infere que, independentemente do tipo de droga, seja ela lícita ou ilícita, o ser humano procura substâncias que alterem o seu espírito e o seu consumo passa a ser incluído em ritos sociais. Mas porque motivo o jovem sente atração justamente por substâncias proibidas, já que também tem a chance de escolher o cigarro ou o álcool, por exemplo. O autor responde que o motivo é a transgressão, que surge pelo desejo de modificar não apenas a relação com o mundo, mas o próprio mundo. Se as substâncias ilícitas fossem liberadas, o problema da transgressão apenas se deslocaria, já que o que está em questão são as cobranças contraditórias e atormentadas desses jovens que não tem suas exigências atendidas porque a sociedade é alienada. É pelo proibido que o jovem se faz ouvir.

Segundo Olievenstein (1984) a transgressão é intrínseca à condição de ser jovem. Ela poderia aparecer pela sexualidade, mas a sexualidade é bem tolerada e até encorajada pelo pai e pela sociedade, assim o indivíduo se emancipa sexualmente. Contudo, na busca pelo autoprazer, surge a droga e o indivíduo que já havia se emancipado regride a uma sexualidade infantil, em busca de um “orgasmo generalizado” ou “orgasmo farmacológico”, que o consumo de drogas produz. Mas esse prazer denuncia uma impotência real, uma verdadeira regressão que altera as relações do toxicômano com o mundo. O que prevalece na vida dessas pessoas é “a inibição, a recusa a se conhecer, a fuga, graças às fantasias de poder” (p. 69). E, aliado a isso, sobrevém uma falta de iniciativa para a ação, que existe em razão do comportamento oposicionista dirigido ao mundo. “A vontade está doente, ela só trabalha para que haja autonomia para a droga” (p. 69).

O que se vê, segundo Olievenstein (1984), são pessoas com dificuldades constantes de enfrentar a solidão exterior, principalmente quando se sentem sozinhas interiormente. A preferência pelo diferente também é uma forma de afirmar uma personalidade insegura. O autor avalia que alguns jovens entram no “jogo” da droga atrasando alguns anos, mas dispostos a se reerguer, já outros, estão sempre jogando com o limite da patologia, “anomalia social”, que quando deixa de ser aceita pelos outros e também por eles mesmos, transforma-se em patologia psiquiátrica.

Assim, entendemos que a droga passa a ser utilizada como um dispositivo que o jovem lança mão e que guarda uma intenção que pode ser qualquer uma das descritas pelos autores citados. Mas que, de maneira inversa, os distancia da solução e os aproxima de um alheamento em relação a si mesmos e ao meio. Uma ação conservada e pouco criativa que acaba por denunciar suas contradições e impotências.

Contudo, há de se diferenciar entre uso e abuso de maconha e compreender de que maneira caracterizar o usuário e o dependente.

1.3.3 USUÁRIO OU DEPENDENTE

O uso da maconha, para Tiba (2010), cresce de forma gradual. A primeira fase é do *fico*. “Em quantidades pequenas, a erva não traz grandes alterações psicológicas, só euforia (...). Por isso, é muito comum o *ficante* nada sentir nas primeiras duas ou três experimentadas” (p. 38). O passo seguinte é o *rolo*, “para ir a algum lugar, o adolescente *canabisa* antes de sair” (p. 41). O namoro vem logo em seguida, nesse momento o jovem fuma mais que o necessário para apenas “curtir”.

Ao ficar chapado, o adolescente ultrapassou o uso social da maconha para se embriagar. Canabisar já está fora de controle de sua vontade. Ele necessita do efeito químico da droga. Nesta fase, o canabista já compra maconha e, se a tem, vai usá-la (TIBA, 2007, p. 41).

O vício, conforme Tiba (2007, p. 40), se constitui a partir de três condições: “compulsão repetitiva para buscar aquele prazer; tolerância

aumentada, ou seja, é preciso doses cada vez maiores e, síndrome de abstinência, o organismo e /ou a psique sofrem sua falta”.

Para esse autor é mais fácil para o usuário justificar o consumo da maconha e minimizar seus efeitos. Contudo, “a maconha vicia, sim!”. Pode causar danos físicos e psicológicos, além de prejudicar o relacionamento entre pais e filhos, alunos e professores. Tiba (2007) acrescenta que quanto maior o envolvimento do jovem com a droga mais ela se torna importante para ele. Os outros relacionamentos passam a não interessar mais. A droga se transforma em prioridade.

Olievenstein (1977, 1984) afirma que não existe produto inofensivo, no entanto a ação deste produto está diretamente relacionada à personalidade do usuário, à dose e à frequência. Em sua experiência com todos os tipos de toxicômanos, ele aponta que em relação a maconha existem pesquisas que insistem em sua periculosidade, contudo muitas pessoas fazem o uso diário sem sofrer qualquer alteração ou perturbação evidentes. Para ele, o que deve ser levado em conta é o tipo de produto que se está utilizando e o momento sociocultural em que o jovem está inserido.

Em relação aos efeitos tanto físicos como psíquicos, digamos que dependem essencialmente da quantidade absorvida, do modo de absorção, da qualidade do produto, mas também da atmosfera coletiva em que o *haxixe* foi consumido (...). Não se pode negar de forma alguma o papel dos fenômenos de grupo, e até de histeria coletiva, na percepção e a ocorrência de fenômenos induzidos e descritos pelos participantes (OLIEVENSTEIN, 1984, p. 32).

Assim, os efeitos psicológicos do uso contínuo de maconha são mais desastrosos, até porque fica difícil considerar o perigo da maconha do ponto de vista médico, diante de experiências científicas com resultados tão contraditórios (OLIEVENSTEIN, 1977).

Normalmente o uso inicial da maconha coincide com o início da crise da adolescência. E o tipo de fuga que a substância gera, aumenta a tendência do jovem para o desligamento. Quando se trata de jovens mais equilibrados, que tem um controle razoável de seus problemas e são, em geral, adaptados

socialmente, os resultados do uso de maconha não são dramáticos. Contudo, se tratando de adolescentes angustiados, com personalidade fraca e que podem estar enfrentando dificuldades sexuais ou afetivas, o produto pode prejudicar seriamente o futuro desses jovens. “Aos 25 anos, muitos deles vão se ver às voltas com problemas que deveriam ter sido resolvidos entre os 16 e 19 anos, havendo um risco muito grande de que venham a tornar-se vagabundos e mendigos” (OLIEVENSTEIN, 1977, p. 287).

Deste modo, é bom que se diferencie os “usuários de drogas, sejam elas leves ou pesadas, e os toxicômanos” (OLIEVENSTEIN, 1985, p. 80). Para o autor esta diferença está na infância. Em geral, a infância dos usuários não apresenta questões específicas de eventos e rupturas. A prova é que milhares de pessoas já tomaram, tomam ou vão tomar algum tipo de droga e nem por isso são ou serão toxicômanas. Já os toxicômanos são doentes que sofrem e que, necessariamente, têm uma relação com a transgressão da Lei. Aqui distinguem-se dois tipos de Lei. A primeira é a lei imaginária, a Lei do pai, normalmente um pai frágil, ou um pai que não participa, ou ainda que participa precariamente. A segunda é a lei real, que advém daqueles que imprimem a regra: professores, pais de amigos, polícia etc. Assim, “em vez de ser tranquilizadora e de diminuir a angústia a relação com a lei reativa todas as frustrações adquiridas no sistema familiar” (p. 118).

Enquanto Olievenstein (1977) identifica as implicações psicológicas como sendo mais preocupantes que os problemas físicos decorrentes do uso de maconha, Tiba (2007), ao contrário, enfatiza que o prejuízo para o usuário é amplo porque atinge tanto sua saúde física, quanto psicológica e social. Ele refere que um dos problemas mais preocupantes que o uso crônico da maconha provoca é a distorção da personalidade. Ele explica que a pessoa passa a se conformar com tudo, perde a ambição e a vitalidade, mas também torna-se mais agressivo quando contrariado, pela dificuldade de enfrentar frustrações. Além disso, perde a motivação para projetos pessoais, profissionais e relacionais. Há uma diminuição considerável na capacidade de atenção, concentração e produção. Quadros de ansiedade, depressões e pânico e quadros psicóticos, que lembram os sintomas de esquizofrenia paranóide, podem ocorrer.

1.3.4 EFEITOS, SINTOMAS, ABSTINÊNCIA

Para descrever os efeitos e sintomas do uso da *Cannabis sativa*, Olievenstein (1984) utiliza as exposições de Moreau de Tours (1854):

Em doses pequenas, os efeitos físicos são menos sensíveis, semelhantes a uma espécie de bem estar. Quando a dose fica mais forte, a cabeça esquenta e fica um pouco pesada, uma espécie de calor invade o corpo. Classicamente as extremidades ficam frias e nelas se sente algum formigamento. Na verdade o efeito é variado e pode até mesmo ser nulo. Depois aparecem as “ondas de calor no rosto”. Num grau suplementar, aparecem outros fenômenos vegetativos e psicossensoriais, como zumbidos no ouvido. Às vezes sobrevêm fenômenos de ansiedade, náuseas e vômito.

Quanto aos efeitos psíquicos, Moreau de Tours descreve oito fenômenos:

- 1º) um estado de euforia que alguns comparam à “felicidade”;
- 2º) uma excitação intelectual com exagero dos sentimentos e, em último caso, uma dissociação das ideias;
- 3º) alterações da percepção do tempo vivido e do espaço;
- 4º) uma alteração da sensibilidade auditiva (particularmente do ponto de vista da acuidade musical);
- 5º) formação de ideias fixas, geralmente sugeridas pelo mundo exterior;
- 6º) superexcitação dos sentimentos – alteração dos *élans* afetivos;
- 7º) impulsos geralmente ligados à sugestão;
- 8º) ilusões e alucinações. Estas seriam em grande número e seria possível fazer aparecer diante dos olhos tudo aquilo que se imagina.

Finalmente, Moreau de Tours divide a embriaguês em quatro períodos:

- 1º um período de excitação;
- 2º um período de alucinações e de instabilidade mental;
- 3º um período de êxtase e de repouso profundo;
- 4º o sono, que põe fim à embriaguês (MOREAU DE TOURS, 1854, citado em OLIEVENSTEIN, 1984, p. 32-33).

Para Tiba (2007) o uso crescente da maconha provoca tolerância e o usuário sofre com a síndrome de abstinência em sua falta, o que caracteriza o vício e o prejuízo da droga na vida dos que a utilizam com frequência.

A fumaça do baseado é absorvida de forma rápida pelos pulmões, atingindo o cérebro logo após ser ingerida. Os sinais imediatos do uso são: vermelhidão dos olhos, boca seca, coração acelerado, excitação psicológica e agitação física. Se a ingestão de THC for em torno de 3 e 5 mg, o usuário fica “chapado”, ou seja, os olhos ficam mais parados, o piscar mais lento, perde a vivacidade, a fala fica mais “mole”, há dificuldade de compreensão e pensamento lentificado; as noções de tempo, espaço, distância e velocidade ficam alteradas; senso percepção alterada e aumento do apetite (larica). Os efeitos duram aproximadamente de duas a quatro horas. Há também uma diminuição nas defesas contra infecções, afeta os testículos e os ovários, altera o funcionamento do cérebro. A maioria dos sintomas são recuperáveis (OMS, 1994; TIBA, 2007).

Em contraponto às ideias anteriores, a Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre drogas (ABRAMD, 2006) refere a importância de mostrar a existência de trabalhos que não atribuem à maconha um efeito tão nocivo. Alguns países como os Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Holanda já estão fabricando, utilizando e exportando derivados da maconha para fins medicinais, com a aprovação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas (ONU).

Após argumentar acerca de várias pesquisas referentes ao uso da maconha como medicamento para os mais variados fins (tratamento de náuseas e vômitos produzidos por quimioterápicos anticâncer, dores espásticas em geral, esclerose múltipla), a ABRAMD (2006) aponta a maconha “como a droga ilícita mais consumida no mundo e a primeira da lista em um grande número de países. Ainda assim, não há descrito sequer um único caso de morte por ‘overdose’ da droga” (p. 6). O estudo informa que apesar de consumida por milhares de pessoas, é extremamente pequeno o número dos que estão ou necessitam de tratamento por questões referentes à saúde física ou mental em consequência da droga.

A simples análise desses dados, sem levar outros fatores em consideração, sugere o surgimento de, pelo menos, duas outras hipóteses:

1. a maconha é uma droga de grande poder hedonístico, o que leva um número muito grande de pessoas a consumi-la;

2. a maconha é uma droga pouco tóxica e sem grande poder de causar dependência ou prejuízos físicos e mentais graves a seus usuários. Na realidade, apesar de séculos de uso, somente nas últimas duas a três décadas algumas correntes apontam o poder indutor de dependência da maconha (SNYDER, 1971, citado em ABRAMD, 2006, p. 6).

Além disso, existem receptores cerebrais específicos para o THC, conhecidos como “maconha endógena”, chamada anandamida e que interage com o THC da maconha (CRUZ e FERNANDEZ, 2003; ABRAMD, 2006).

No que se refere à síndrome de abstinência (alterações físicas/psíquicas que aparecem na pessoa que vinha usando cronicamente a maconha e interrompe abruptamente este uso) não há consenso sobre o tema. Alguns estudos descrevem casos de ocorrência da síndrome de abstinência com a maconha; outros indicam a inexistência da síndrome ou uma ocorrência muito leve; outros, ainda, apontam que os casos descritos de síndrome de abstinência de maconha são semelhantes “em pessoas ‘dependentes’ de cenoura ou em pessoas que estão em luto ou quebraram laços afetivos ou ainda apresentaram sintomas/sinais de dependência após receberem cronicamente um placebo” (GILBERT e colegas, 1998; CERNY e CERNY, 1993; SMYTH, 2002, citados em ABRAMD, 2006, p. 8). Por fim, os trabalhos científicos que descrevem a síndrome de abstinência da maconha, não referem sintomas graves que ocorrem, por exemplo, na síndrome de abstinência dos opiáceos (morfina, heroína, etc.) e de barbitúricos, como hiperpirexia, convulsões, cólicas, diarreia e vômitos, sudoração, desidratação etc, e que podem levar à morte (ABRAMD, 2006).

Quanto à dependência da maconha a ABRAMD (2006) interpreta que o fato de o organismo ficar tolerante à maconha não significa síndrome de dependência, de acordo com o relatório do Departamento de Dependência Química da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). Estudos mostram que a dependência, ou seja, o fato de o organismo passar a necessitar de algo, pode ocorrer com qualquer tipo de droga ou com outras substâncias, como, por exemplo, a cenoura, o placebo e até com outros fatores que nada têm a ver

com drogas, como jogo, sexo, TV, etc. Que podem estar relacionados à impulsividade ou compulsão.

Comumente refere-se à maconha como desencadeadora de transtornos mentais. A ABRAMD (2006) afirma que existe uma relação não muito acentuada entre o uso de maconha e alguns transtornos mentais, como depressão, esquizofrenia e ansiedade. Mas estas situações podem ocorrer também com o uso de outras drogas e mesmo pela presença de fatores comuns e cotidianos. Responsabilizar o uso da maconha como causa direta destas alterações mentais carece de fundamento científico, contudo a maconha poderá predispor ou precipitar a ocorrência em alguns casos.

Por outro lado, estudos evidenciam que o uso da maconha por pacientes esquizofrênicos pode ser eficaz à medida que alivia os sintomas negativos da doença (PERALTA e CUESTA, 1991, citado em, ABRAMD, 2006). Assim também pode ser utilizado como “medicamento” para o alívio de sintomas depressivos. Além disso, existem os efeitos ansiolíticos da maconha e seus derivados, conhecidos desde a antiguidade e comprovados em animais de laboratórios.

O tratamento para usuários de maconha deve ser amplamente analisado, no sentido de verificar se o mesmo é realmente necessário e para que tipo de usuário.

Há grandes controvérsias sobre se o usuário de maconha deve ou não ser tratado, exceto quando tem outros distúrbios psicológicos evidentes. Neste caso deve-se tratar o distúrbio psíquico, entre cujos sintomas/sinais pode estar o uso da maconha. O levantamento feito pelo CEBRID, em 2004, que analisou as internações por drogas em 166 hospitais brasileiros constatou que de um total de 54.795 casos apenas 1,3% foram internações por maconha e mais de 90% por álcool (ABRAMD, 2006, p. 12).

Após todas estas considerações, a ABRAMD (2006) demonstra que realizou esta apresentação com o intuito de fornecer à sociedade o outro lado da questão, uma forma diferente de encarar a maconha e seus usos. É evidente que “nenhum adulto responsável desejaria que adolescentes e jovens

fossem indulgentes no uso de drogas, mas também não desejariam que os usuários fossem vistos com preconceito nem que a punição pelo uso fosse mais prejudicial que ele próprio” (p. 13).

Assim, verificamos um desacordo entre os referenciais citados. O que parece fato é que, independentemente da maconha ser vista como herói ou vilão, ela é uma substância - como qualquer outra - que merece atenção. Sim, pois qualquer substância merece atenção e cuidado, do mesmo modo como qualquer comportamento também merece. A questão é realmente muito subjetiva e está diretamente ligada a vários fatores já mencionados: perfil do usuário, motivação para o uso, frequência de uso, quantidade etc. Não se pode ignorar o fato de que, no caso da maconha, há um impedimento legal para o seu porte ou uso pessoal. Assim, o prejuízo que pode ser de ordem física, psicológica, familiar e social, como no caso do álcool, por exemplo, no caso da maconha também pode acarretar em infração e penalização judicial. Esse aspecto será desenvolvido no próximo tópico deste estudo.

1.4 MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Como foi mencionado no início desta dissertação, o sistema de segurança pública no Brasil construiu historicamente um trabalho voltado para a repressão ao uso de drogas ilícitas. Contudo, em 1990, com o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as medidas socioeducativas passaram a ser aplicadas aos jovens envolvidos em diferentes crimes. Em relação aos jovens infratores, essas medidas presumem orientação, apoio e acompanhamento temporários; inclusão em programa comunitário à criança e ao adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e a dependentes de substâncias psicoativas. Este “princípio da atenção integral do Estatuto da Criança e do Adolescente” possibilitou estender esse tipo de atenção também aos adultos, por meio de uma abordagem multidimensional e multidisciplinar (SILVA e FREITAS, 2008).

Assim, também Penso (2010) afirma que as medidas socioeducativas com adolescentes podem ser tomadas como referência para o

trabalho com jovens e adultos que chegam à Justiça por porte ou uso de drogas. Até porque, como refere a autora, “há uma prevalência de adultos na faixa etária de 18 e 25 anos (...), encaixando-se no conceito de juventude que vem sendo elaborado e discutido em razão do prolongamento da convivência familiar do adolescente” (p. 550). Conceito este amplamente analisado em item anterior.

Conforme Saliba (2006), as medidas socioeducativas são aplicadas aos adolescentes como “penas” pela prática de ato infracional. O objetivo é alcançar uma ação pedagógica e educativa, já que todas as medidas devem prever reeducação e prevenção, estabelecendo, com isso, um novo padrão de comportamento e conduta do infrator.

A Lei 11.343/2006 (BRASIL, 2006) surgiu com a finalidade de redefinir o problema social do uso e tráfico de drogas, estabelecendo um tratamento diferenciado entre o usuário/dependente e o traficante, tratando as diversas situações separadamente, com procedimentos totalmente distintos.

Apesar disso, não há consenso entre os juristas acerca da Nova Lei. Santoucy e colegas (2010) analisam que uma grande polêmica, na doutrina e na jurisprudência, tem dividido as opiniões entre os operadores do Direito. Há aqueles que entendem que o uso ou porte de droga para consumo próprio se trata de crime. Outros compreendem que se trata de uma infração penal *sui generis*. E um último grupo não identifica o fato como crime, portanto considera que não pertenceria ao direito penal, mas à saúde pública.

No entendimento de alguns juristas, classificar como criminoso o usuário de drogas viola três princípios constitucionais: (a) a ofensividade (o consumo não ofende terceiros); (b) a intimidade (deve-se respeitar a opção pessoal) e (c) a igualdade (uma vez que, consumir outras drogas como álcool ou tabaco não é crime) (DINIZ, 2008, citado em SANTOUCY e colegas, 2010).

Conforme explica Santoucy e colegas (2010), a Nova Lei de Drogas não prevê legalização do uso de drogas, contudo, o porte de substâncias ilícitas para consumo pessoal “perdeu seu caráter de ‘crime’, mas continua sendo uma infração para a qual, portanto, cabe a aplicação de outras sanções,

que não mais a pena de prisão. O usuário já não pode ser chamado de ‘criminoso’” (p. 178).

Neste aspecto, o artigo 28 da Nova Lei de Drogas (BRASIL, 2006), prevê algumas penas a serem aplicadas aos usuários e dependentes pela conduta de porte para consumo pessoal de drogas ilícitas: I - advertência sobre os efeitos das drogas; II- prestação de serviço à comunidade; III- medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. No que diz respeito especificamente à medida educativa de “comparecimento a programa ou curso educativo”, a Lei infere, no artigo 4º, inciso VII, a importância da prevenção, da atenção e da reinserção social de usuários e dependentes. Já o inciso IX menciona a importância das abordagens multidisciplinares como forma de complementar as atividades de prevenção do uso indevido.

Bareicha e Bohrer (2010) destacam duas situações importantes, trazidas pela Nova Lei de Drogas, referentes ao trabalho desenvolvido com o usuário de substância psicoativa. A primeira - mencionada no Art. 19, inciso XI - descreve a importância da implementação de projetos pedagógicos, em instituições de ensino público e privado. A segunda - aludida no Art. 22, inciso III – aponta para a definição de projeto terapêutico, orientado para inclusão social, bem como redução de riscos e de danos sociais e à saúde. Os autores salientam que a Lei não explicita como estes trabalhos devem ser abordados. Contudo, fica subentendido, na primeira situação, um caráter escolar, informativo e educativo e, no segundo, um caráter clínico, que se ocupa com o tratamento da doença. Nesta perspectiva, entre o educativo e o terapêutico, foi desenvolvido um trabalho com os usuários de drogas, fundamentado nas pedagogias ativas e na teoria socionômica, onde a proposta é participativa e vivencial, o Programa GS.

Penso (2010) afirma que a função da Nova Lei de Drogas não deve ser apenas punir, mas principalmente ressocializar e educar. Selosse (1997, citado em PENSO, 2010) sugere que a aplicação da medida deve ocorrer em três níveis: sanção, educação ou reeducação e reparação interna. O primeiro diz respeito à punição pelo ato infracional; o segundo possibilita a inclusão e o retorno do sujeito para a sociedade e o último implica em restituir a imagem

pessoal, a partir de uma reflexão do sujeito sobre o seu ato, bem como de suas consequências.

Massa e Bacellar (2007) referem a importância de uma proposta de cunho socioeducativo para substituir o antigo modelo doença/jurídico – utilizado para o enfrentamento do uso de drogas. Afirmam que a Justiça restaurativa implica em um modelo que visa alcançar a democracia participativa, na medida em que todos, infrator e comunidade, participam do processo decisório, que resulta em pacificação social. O Programa GS acolhe esses jovens encaminhados pela justiça por porte ou uso de drogas. Não há preocupação, na condução dos grupos, em encaixar seus comportamentos adictos sob o viés da *patologização* ou *criminalização* (OLIEVENSTEIN, 1984; SANTOUCY e colegas, 2008). “Ninguém saía do dilema: ou o drogado era um doente ou era um criminoso” (OLIEVENSTEIN, 1984, p. 102). O Programa GS rompeu com esse dogma. No caso dos GS, a abordagem socionômica é utilizada no trabalho com os grupos, não com o objetivo de tratamento, muito menos de punição, mas com o intuito de fomentar reflexão, informação e aprendizado (BAREICHA, 2010). No intento de compreender essa metodologia de trabalho com os grupos, ilustraremos a seguir o percurso de Jacob Levy Moreno na fundamentação de sua teoria, bem como a aplicação de seus métodos e técnicas, nos mais diversos grupos sociais.

1.5 SOCIONOMIA

1.5.1 O TERMO

Bareicha (2010) traçou um caminho teórico acerca da origem da socionomia e de como Moreno foi influenciado por diversos estudiosos sociais para construir sua teoria. Para isso, o autor lançou mão de estudiosos como Sorokim, Comte, Durkheim, Ward e finalmente do próprio Moreno. Vejamos o que diz.

O termo *socionomia* para Sorokim (1969, citado em BAREICHA, 2010) tem suas raízes na sociologia do final do século XIX e início do século XX. Conforme Bareicha (2010) a palavra sociologia foi empregada

primeiramente por Augusto Comte na obra *Cours de Philosophie Positive* em 1839. Nesse trabalho Comte entende que todos os acontecimentos que dizem respeito ao ser humano são de natureza sociológica. Para esse autor a sociologia é a ciência das leis, da ordem e do progresso da humanidade.

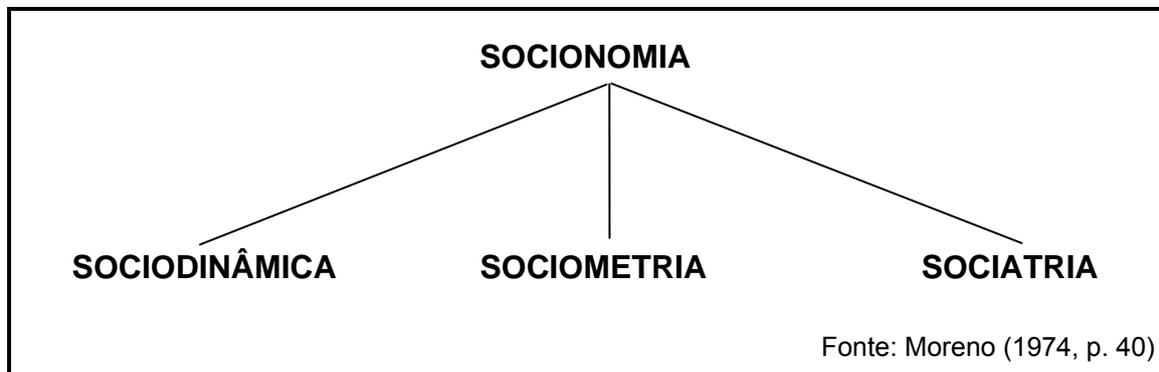
Durkheim (1973, citado em BAREICHA, 2010), influenciado por Comte, demonstrou a interação entre as estruturas sociais, bem como suas regras de organização, funcionamento e dissolução. A essas estruturas denominou instituições sociais (a família, a escola, o estado, a política), que servem como proteção da sociedade, representando o conjunto de regras, normas, etc. E que ainda interferem na forma de pensar e de agir da sociedade, que é vista como um todo integrado e interligado, onde a pessoa é tanto um ser individual quanto social. Temas axiais foram valorizados e discussões sobre certo e errado, verdadeiro e falso, moral e imoral passaram a ser vistos como estruturas das questões grupais e sociais. Os indivíduos que não se adaptam às regras, normas e leis sociais sofrem de uma doença social que ele chamou de *anomia*. Essa patologia da sociedade é o resultado da perda de poder e de influência das regras e isso se relaciona às mudanças sociais, ao aumento de crimes e de comportamentos antissociais, principais sintomas das doenças sociais. A cura para esse mal está na disseminação de valores solidários e seu principal instrumento encontra-se na educação.

Ward (1898, citado em BAREICHA, 2010), ao considerar as propostas de Durkheim, foi o primeiro a utilizar o termo “socionomia”. Ao adotar a terminação “nomia” pretendia privilegiar o significado originário do grego que significa lei. Assim a sociologia passaria a ser denominada socionomia e cuidaria das “forças sociais”. Além disso, abordou em sua teoria uma característica inerente ao ser humano, chamada *telesis*. Esse termo, com origem na teleologia, implicava em um sentimento que influenciava as funções do psiquismo.

Por fim, Moreno (1951, citado em BAREICHA, 2010) propôs a socionomia como uma nova sociologia, que propicia uma revolução criadora constante, e que se instaura pela utilização de métodos de ação. Para Moreno (1974) Socionomia é a ciência das leis sociais e possui três ramificações: a

sociodinâmica, a sociometria e a sociatria. Conceitos que serão descritos posteriormente.

Quadro 2 - Socionomia



Mas não foi desde o princípio que o termo socionomia foi utilizado. Outros termos acabaram tomando a frente e sendo designados como a teoria em si. Isso aconteceu primeiramente com a **sociometria**, que segundo Moreno (1974) seria uma das ramificações da socionomia, e posteriormente com o termo **psicodrama**, que passou a designar a prática utilizada, mas que na verdade é a nomeação de um dos métodos utilizados no tratamento das doenças psicológicas e sociais. Conforme Naffah Neto (1979, citado em BAREICHA, 2010) foi apenas no final da década de 70 - após o falecimento de Moreno - que alguns estudiosos brasileiros passaram a utilizar o termo socionomia. Atualmente a FEBRAP (Federação Brasileira de Psicodrama) entende a socionomia como o conjunto teórico de toda a obra de Moreno (BAREICHA, 2010).

1.5.2 O PERCURSO

O interesse de Jacob Levy Moreno (2008) por grupos teve início na época em que, ainda estudante, entre 1908 e 1911, reunia crianças nos jardins de Viena para representações improvisadas e, por meio delas, estimulava-as a relacionar os conteúdos de disciplinas escolares com as experiências do dia a dia. As crianças aprendiam e conheciam a si mesmas, aos colegas e aos objetos de estudo independentemente de conceitos pré-estabelecidos. Elas

eram impelidas ao conhecimento pela experimentação, desse modo a compreensão ocorria de forma ativa e as informações eram ampliadas.

Entre 1913 e 1914, Moreno (1992) começou a reunir grupos de prostitutas (entre oito e dez moças), duas a três vezes por semana para tratar de assuntos de seus interesses que iam desde queixas em relação à polícia, aos clientes, até prevenção de doenças venéreas e gravidez. Moreno estabeleceu parcerias com um médico, um editor de jornal e com um advogado. Cada um, dentro da sua especialidade, colaborou no trabalho desenvolvido com o grupo de moças, oferecendo informação, atendimento à saúde e representação judicial. Além disso, elas passaram a se ajudar mutuamente. Esse grupo e a abordagem do trabalho realizado foram assim definidos por Moreno:

De fora parecia um 'sindicato de prostitutas'. Começamos, porém, a perceber que um 'indivíduo poderia tornar-se agente terapêutico do outro' e as potencialidades de uma psicoterapia de grupo, a nível de realidade, cristalizaram-se em nossas mentes. Quatro aspectos da psicoterapia de grupo vieram-me à mente, já naquele momento; eles se tornaram, mais tarde, na base de todas as formas de psicoterapia: 1) a autonomia do grupo; 2) a existência de uma estrutura de grupo e a necessidade de saber mais sobre ela (...); 3) o problema da coletividade; (...) papéis e costumes que dinamizam a situação independentemente de participantes individuais e grupos locais; 4) o problema do anonimato. (...) na psicoterapia de grupo há tendência para o anonimato dos membros, as fronteiras entre os egos se esmaecem e o grupo como um todo torna-se mais importante (MORENO, 1992, p. 36).

Outro trabalho de relevância, desenvolvido por Moreno com grupos sociais, foi aquele realizado durante a Primeira Guerra Mundial. Ele estudou o relacionamento das pessoas e grupos em uma colônia italiana, onde camponeses austríacos, descendentes de italianos, fugitivos de suas casas eram removidos pelo governo austríaco. Nesse período, Moreno trabalhou na construção de um plano sociométrico da população, com o intuito de minimizar atritos entre os habitantes. "Estudei as correntes psicológicas que se desenvolveram, usando critérios variados – nacionalidade, filosofia política, sexo, função comunitária (...)" (MORENO, 1992, p. 38).

De acordo com Moreno (2008), o psicodrama tem como data de nascimento oficial o dia 1º de abril de 1921 e, ao contrário do que se imagina, não foi dentro de um consultório terapêutico com seus clientes, mas em um teatro, *Komoedien Haus*, na Viena do pós-guerra, que naquele momento encontrava-se sem governo estável e sem líder. Não havia elenco de atores, apenas um trono e uma coroa. Seu propósito era transformar a plateia em atores, para representarem seu próprio drama coletivo, para que assim encontrassem uma liderança, um salvador, cada um desempenhando seu próprio papel, em busca de uma nova ordem. “Mas deve ter sido, na realidade, uma prova muito difícil; ninguém passou nela. Quando o espetáculo terminou, verificou-se que ninguém havia-se considerado digno de tornar-se rei e o mundo continuou sem líderes” (MORENO, 2008, p. 50). Nesta perspectiva, Moreno esperava que os temas grupais vivenciados naquele momento histórico, se transformassem em dramas coletivos, assim como acontece no axiodrama, ou seja, dramatizar aspirações morais individuais e coletivas, como justiça e verdade, por exemplo (MORENO, 1974).

A proposta de Moreno (2008), de um teatro improvisado, não foi aprovada pelo público. Ainda assim, Moreno seguiu com suas sessões de teatro improvisadas, representadas espontaneamente por um grupo de atores. Surgiu então o teatro espontâneo, um lugar para o uso de técnicas lúdicas, para representações espontâneas, para o desapego às conservas e para a aprendizagem de papéis. Ao ator foi permitida a livre expressão espontânea, todo seu mundo privado foi priorizado. Essa metodologia preparou o caminho para o teatro terapêutico e foi assim que Moreno descobriu o valor que esse tipo de apresentação tinha para o autor e para o público. O palco passou a ser um lugar para representar a própria vida, o lugar do conflito. Diferentemente do teatro legítimo, em que os atores encontram-se presos à peça escrita e ao ensaio, o teatro da espontaneidade é livre de obstáculos, de locais pré-arranjados e de produtos criativos predeterminados.

A abordagem terapêutica difere, pois, da abordagem artística num fator essencial. Interessa-se pela personalidade privada do paciente e sua catarse e não pelo papel representado e seu valor estético. Contudo, (...) os domínios terapêutico e estético

não podem estar separados para sempre, que têm uma inter-relação definida (MORENO, 2008, p. 238).

Foi em meados do século XX, a partir da concepção de homem em relação e da inter-relação entre as pessoas, que Moreno (1974) estruturou a teoria socionômica como a ciência que trata das leis naturais que regem os sistemas sociais. O objetivo era a planificação e organização dos grupos sociais. Para isso, partiu de uma visão microssociológica (grupos com todas as suas propriedades e com sua capacidade de sobrevivência) para aspectos macrossociológicos (comunidade) onde estabeleceu as redes sociométricas.

Assim, surgiu a **Socionomia** como o conceito geral do sistema criado por Moreno, subdividindo-se em: **Sociodinâmica** – ciência da estrutura dos grupos sociais que aplica como método a interpretação de papéis; **Sociometria** – ciência que mede o relacionamento entre as pessoas, utilizando como métodos o teste sociométrico e o teste sociométrico de percepção; e **Sociatria** – ciência do tratamento dos sistemas sociais. Alguns dos métodos sociátricos são: psicodrama, sociodrama, axiodrama, teatro espontâneo, jornal vivo etc. (MORENO, 1974).

No ano de 1925, Moreno parte da Áustria para os Estados Unidos. É na América que ele efetivamente estrutura suas ideias a respeito da influência mútua entre as pessoas, bem como de sua classificação e agrupamento para interação em grupo. Nesse período ele volta sua atenção para o estudo da sociometria.

Segundo Moreno (1992), a sociometria foi construída com o intuito de avaliar o conflito entre as configurações existentes de um grupo e a configuração almejada por seus integrantes. Ele diz que:

Se toda a espécie humana é una, devem, então, emergir tendências entre diferentes partes desta unidade, ora afastando-as, ora aproximando-as. Tais tendências podem ser vantajosas para as partes e prejudiciais para o todo, ou vantajosas para algumas partes e para outras, não. Podem, também, tornar-se aparentes na relação de indivíduos ou de grupos de indivíduos como afinidades ou discordâncias, como atração e repulsa (MORENO, 1992, p. 117).

O instrumento utilizado para medir a organização entre as pessoas nos grupos sociais denomina-se *teste sociométrico*. Esse teste tem a função de examinar as estruturas sociais de um determinado grupo, e de avaliar o que atrai ou repele os indivíduos entre si. O teste pode ser aplicado em grupos familiares, de trabalho, em escolas (MORENO, 1992).

Nery (2010, p. 22) ressalta que “as forças de atração e repulsão compelem as pessoas a se juntar ou se afastar, mediante múltiplos e complexos critérios sociométricos”. A autora identifica uma diversidade de critérios sociométricos socioculturais, tais como: vizinhança, amizade, categorias profissionais, ideologias e valores.

Knobel (2004) explica o referido teste como um questionário “simples e flexível, geralmente respondido por escrito, que pode ser adaptado às características de qualquer aglomerado humano” (p. 124). A pergunta deve ser direta e pretende estimular a participação e a expressão de cada integrante no que se refere à sua inclinação ou escolha afetiva em relação aos demais, tendo em vista o critério sociométrico eleito, que pode ser uma situação ou tarefa. A resposta pode ser de *aceitação* – escolha positiva; *rejeição* – escolha negativa; ou *indiferença* – escolha indiferente.

A espontaneidade e a criatividade são, conforme Moreno (1992), as pedras angulares da sociometria. A sociometria versa acerca do estudo matemático das propriedades psicológicas das populações. Essa metodologia objetiva averiguar aspectos sobre a evolução, organização dos grupos e a posição que cada indivíduo ocupa nesses grupos.

Dentre os trabalhos sociométricos de maior relevância está o realizado no reformatório de moças infratoras na cidade de Hudson, Nova Iorque, entre 1932 e 1934. A população da escola era eminentemente feminina, as moças eram encaminhadas, pela justiça, de vários locais do estado de Nova Iorque. Tratava-se de uma instituição penal fechada. Moreno concentrou sua atenção no aspecto relacional das moças, já que ficavam internas na instituição, agrupadas em casas. O critério sociométrico utilizado por Moreno, considerando essas questões, foi *morar em proximidade* (MORENO, 1934, citado em KNOBEL, 2004).

Moreno também esteve à frente de outros trabalhos, realizados com grupos, de cunho socioeducativo. Um desses trabalhos foi demonstrado por Dalfsen (1966, citado em BAREICHA, 2010). O trabalho era desenvolvido com jovens e adultos infratores condenados por delinquência e uso de drogas, com idade entre 20 e 40 anos. O trabalho era supervisionado por Moreno e desenvolvido em hospital de internação. Havia duas equipes multiprofissionais: uma interna - formada por psiquiatras, educadores e psicoterapeutas, que se ocupavam dos atendimentos dentro do hospital; e outra externa - formada por educadores, agentes sociais e psicoterapeutas. Ambas as equipes desenvolviam reuniões conjuntas a fim de acompanhar os jovens pelo período de dois anos após o término da pena e tratamento em internação. O objetivo era o tratamento e a reabilitação socioeducativa.

Dalfsen (1966, citado em BAREICHA, 2010) identificou que em quase metade dos casos atendidos precocemente não houve reincidência e que nos dois anos subsequentes à internação estes jovens abandonaram o uso de drogas, realizando vínculos em novos grupos.

Moreno desenvolveu trabalhos em diferentes campos de atuação e, na maioria das vezes, o fez de forma interdisciplinar. Assim, seus conhecimentos e experiências foram também assimilados na área da educação. E, por meio das propriedades educativas do método psicodramático, ele criou uma vertente que chamou **Psicodrama Aplicado à Educação**. Essa metodologia passou a ser utilizada no desenvolvimento de papéis e na construção/reconstrução de conceitos, com o objetivo de favorecer a relação espontânea dos participantes, liberando-os de padrões conservados, permitindo, assim, uma relação significativo/criadora, que recupera nos sujeitos envolvidos o papel de “autor cultural” (PENTEADO, 2005).

Iniciei três unidades, um teatro, uma escola e um hospital para doentes mentais. O teatro era teatro de psicodrama, o primeiro nos EUA; foi criado para explorar, sobre um palco, vários sistemas de relações humanas, de modo a chegar à ordem cultural mais produtiva. O objetivo da escola era pôr em prática os princípios descobertos, tanto nas atividades de ensino quanto nas de aprendizagem; no treinamento de sociometristas, psicoterapeutas de grupo e psicodramatistas que poderão fundar centros similares em outros locais. O

hospital para doentes mentais, construído em função do teatro, objetivava dar aos representantes de nossa cultura mais seriamente doentes o benefício de antídotos (MORENO, 1992, p. 69).

Outros psicodramatistas, como Bareicha (1999) procuram fazer conexões entre o psicodrama, a psicologia, a educação e o teatro. O autor definiu o espaço do psicodrama como uma abordagem que abarca os campos terapêutico, pedagógico e artístico, já que implica em “cuidar e curar, educar e prevenir, compor e exhibir” (p.132). Segundo Bareicha (1999), o psicodrama é sempre terapêutico, artístico e educativo, o que varia é a intenção, o objetivo do diretor e o objetivo daqueles que participam do trabalho. Para isso, ele propõe o termo bricolagem como forma de viabilizar a ação educativa, ou seja, lançar mão de todos os recursos possíveis (humanos, materiais, pedagógicos...) para, dessa maneira, efetivar um “permanente pensar sobre o fazer educação, além de um constante e conseqüente refazer” (p. 134). Portanto, a ação educativa não se restringe apenas ao contexto escolar. Exemplos de trabalhos educativos são encontrados no teatro de rua, no psicodrama público, no sociodrama e outros. Assim, as práticas do psicodrama e do teatro podem ser utilizadas em diversas situações sociais. Contudo, o autor ressalta que a produção de tal conhecimento pertence à educação. No entanto, assinala a importância de valorizar as diferentes áreas, propondo uma abordagem multirreferencial.

As óticas envolvidas (psicológicas, terapêuticas, educativas, artísticas, etc.) devem apresentar sua contribuição, dentro de sua perspectiva e sobretudo procurar experimentar o olhar uns dos outros (o que é chamado no psicodrama de inversão de papéis). (...) Assim, as principais virtudes de cada contribuição específica só passam a ter sentido caso se articulem entre si (BAREICHA, 1999, p. 134).

Romaña (1985), autora moreniana, que se destaca por seus estudos voltados para a área da educação, afirma que os métodos de ação permitem que o conhecimento e os aspectos sociais e de estilos de conduta sejam integrados. Para ela, as técnicas dramáticas auxiliam no desenvolvimento de

seriedade e adequação no desempenho dos mais variados papéis. Além disso, maior intensidade na percepção dos sentimentos, na intuição de ideias, na desenvoltura corporal e na espontaneidade é alcançada. O resultado disso são membros de grupos mais integrados, expressando opiniões mais sinceras e recebendo melhor os comentários e críticas. O conhecimento, neste sentido, é utilizado como algo próprio e presente, novas perspectivas aparecem para a maneira de agir e de relacionar-se com o ambiente.

Deste modo, a teoria moreniana possibilita que profissionais das mais diversas áreas e nos mais variados contextos utilizem os métodos e técnicas psicodramáticas a fim de auxiliar as pessoas e a sociedade a investigar e resolver seus dramas. Estudiosos da socionomia, tanto no campo socioeducativo como no psicoterapêutico, tem se ocupado com uma multiplicidade de grupos que muito tem se beneficiado da metodologia de ação dramática. Descreveremos, a seguir, alguns trabalhos desenvolvidos nesta esfera.

Possibilidade de criação de um contexto educativo: grupos multifamiliares (COSTA, 1999). Esse trabalho foi realizado com grupos de famílias de baixa renda e a motivação para os encontros surgiu a partir de queixas das famílias em relação a profissionais de uma determinada instituição local, assim como das queixas destes profissionais para com as famílias. Os encontros aconteceram por um período de nove meses. Os grupos foram atendidos por equipes multidisciplinares (psicólogos, assistentes sociais, educadores, auxiliares sociais, estudantes de psicologia e serviço social), com o intuito de, por meio de métodos de ação, numa perspectiva socioeducativa, oferecer um espaço de expressão e solução de problemas na educação de seus filhos, num programa de vivências e experiências que produzissem aprendizagem, por moldes não formais.

A construção coletiva da consciência ecológica por meio da pedagogia do drama (BAREICHA, 2005). Neste estudo o autor compartilha uma experiência realizada em escolas públicas do Distrito Federal que trabalhou com a temática da ecologia e preservação da água no DF. Foi utilizada uma peça teatral: *Um lago que queria virar mar* (LACERDA, 2004, citado em BAREICHA, 2005) com o intuito de cativar e educar os alunos sobre

o Lago Paranoá. Após a apresentação da peça realizava-se um “sociodrama da água”, com a participação espontânea dos alunos, que como autores e atores, modificavam o final da história, sempre focando na questão da água.

Sociodrama e políticas de cotas para negros: um método de intervenção psicológica em temas sociais (NERY e CONCEIÇÃO, 2005). Diante da discussão acerca do tema política de cotas para negros na Universidade de Brasília as autoras trabalharam com alunos da instituição, utilizando o sociodrama no sentido de conhecer o impacto dessas políticas. Para isso lançaram mão do seguinte questionamento: “quem é a favor, quem é contra o sistema de cotas para negros nas universidades?”. O sociodrama permitiu que, a partir de um tema, os estudantes interagissem espontânea e criativamente e pela inversão de papéis refletissem sobre a questão sob o ponto de vista do outro, reavaliando melhor suas crenças e noções conservadas de seus papéis originais. O sociodrama serviu como alerta para as questões referentes à discriminação social, o que evidencia novas percepções de si, do outro, bem como uma ampliação de consciência sociopolítica dos participantes.

Sociodrama durante emergências sociais (BUSTOS e GREEB, 2010). Aqui os autores compartilham uma experiência com grupo de pais e familiares de soldados argentinos, enviados para combate na Guerra das Malvinas. Bustos e sua esposa Elena, enquanto profissionais especialistas no atendimento de grupos e também como pais de um dos soldados, organizaram um grupo de familiares que começou com 60 pessoas, mas logo chegou a 700 ou mais. O grupo compartilhava tensões, medos, impotências e agressividades e, do mesmo modo, havia ajuda mútua e acolhimento. O grupo, organizado e coeso, buscava meios de resolver tudo o que estivesse ao seu alcance: visita a famílias sem recursos, envio de encomendas para os soldados, contatos formais com os militares em busca de notícias. No término da guerra, com a derrota da Argentina e com o retorno dos garotos, a ação do grupo era de apoiar as famílias que não recebiam os seus filhos de volta e, por esse motivo, enfrentavam a maior de todas as desgraças. Foi um sociodrama não tradicional pautado pelas “regras do caos” (p. 87). Não havia lugar para a representação, porque o drama era muito intenso. Mas o fato de poder contar com um

ambiente de contenção “acrítico” para os sentimentos gerou um clima de horizontalidade e receptividade. “O grupo de pais não solucionou os problemas daquela guerra delirante, mas construímos um espaço saudável diante do caos e da insanidade” (p. 89).

Grupo socioeducativo em uma perspectiva sicionômica (BAREICHA, 2010). Neste estudo o autor traz à luz um trabalho realizado com grupos socioeducativos encaminhados pela Justiça por porte ou uso de drogas. Os grupos, formados por homens e mulheres entre 18 e 32 anos, eram reunidos semanalmente durante duas horas, por um período de seis encontros, tempo previsto para o cumprimento da medida socioeducativa. Foram utilizados, para o manejo dos grupos, os métodos sociátricos, sob uma perspectiva terapêutica, formativa e estética, com o objetivo de promover um espaço onde os problemas destes jovens fossem acolhidos e compartilhados, buscando a tomada de decisões.

Todos estes trabalhos foram realizados com grupos, tendo como base os métodos e as técnicas da teoria sicionômica, mas não apenas isso. Cada uma das experiências citadas demonstra dispositivos que surgiram durante os trabalhos e que desencadearam outros desdobramentos, em benefício dos grupos envolvidos.

Assim sendo, fica clara a função que o grupo desempenha na construção do aprendizado, na transformação do próprio sujeito e no desempenho de papéis sociais. Segundo Marra e Fleury (2010), nas intervenções de grupo, todos os participantes são protagonistas ou são representados por ele.

Os participantes dividem um espaço de subjetividade na situação experimental. Constroem um contexto real, e a capacidade afetiva se expande, pois a aplicação do método está sempre baseada em princípios sociométricos e nas estruturas conceituais complementares (MARRA e FLEURY, 2010, p. 14).

Bermudez (1977) refere que o psicodrama constitui um processo de ação e interação, onde o seu núcleo é a dramatização e onde as intervenções

provocam a manifestação do corpo. Esta intervenção corporal abrange o compromisso total do indivíduo com o desenvolvimento de “melhores e mais completos meios de comunicação com seus semelhantes” (p. 21). Assim, então, o indivíduo passa a se responsabilizar pelo que diz e pelo que faz.

O grupo é como um microcosmo social com significativas propriedades terapêuticas e mecanismos de aprendizagem. Os fatores terapêuticos e educativos configuram-se à medida que favorecem o enfrentamento das próprias dificuldades, por meio da identificação e do envolvimento com o outro. A característica primordial para a ação terapêutica é a coesão grupal. Nos grupos coesos predominam sentimentos de afeto, conforto e pertencimento, que resultam em maior adesão e melhores resultados (YALOM e LESZCZ, 2006, citado em FLEURY, 2008).

Sendo assim, é preciso definir a constituição do grupo, a estruturação dos objetivos e o estabelecimento do contrato, além da preparação da equipe, definição do contexto (local, horário, honorários), composição do grupo e tamanho, seleção e preparação dos participantes. Vale ressaltar que grupos homogêneos direcionam-se a abordagens de temas comuns, o que facilita um envolvimento mais rápido (MACKENZIE, 1996, citado em FLEURY, 2008). Moreno (1974) afirma que grupos homogêneos tendem a facilitar o processo, já que compartilham de características semelhantes, “são, por exemplo, todos alcoolistas ou toxicófilos, são todos refugiados, pertencem todos a um grupo minoritário, como os negros, judeus, árabes, franceses, chineses” (p. 93).

Não é de se esperar que o diretor, que se utiliza da metodologia moreniana no trabalho com grupos, conheça o que o grupo precisa. Antes, sim, o próprio grupo deve estar ciente de sua responsabilidade na realização do trabalho, reconhecendo sua condição na busca de respostas e soluções. “O psicodramatista/educador não é o único responsável por mostrar o caminho, mas deve auxiliar o grupo a identificar os materiais de que dispõe e pavimentar o caminho” (BAPTISTA, 2008, p.39).

Nery (2010) entende que o diretor de um grupo, no qual o trabalho não advém da demanda grupal (grupos encaminhados da Justiça), deve tentar

“despertar a demanda, respeitando uma provável inexistência dela, o não momento para trabalhá-la ou a dificuldade de pedir ajuda” (p. 224). Ainda assim, conforme a autora, é preciso quebrar as resistências que dificultam a vinculação e chamar o grupo para o trabalho e se, ainda assim, a vinculação não acontecer, talvez pelo fato do grupo não querer o trabalho, “é preciso respeitar o movimento grupal e confiar que o trabalho foi feito até o limite” (p. 224).

Tomando, ainda, os grupos advindos da Justiça por envolvimento com transgressão às leis sociais, Ramos (2008) propõe uma intervenção que se desenvolve em três momentos: busca de confiança mútua, escuta diferenciada e “empoderamento dos participantes de modo a liberarem suas aptidões e talentos para solucionar os problemas de forma socialmente aceitável, com benefícios para todas as partes envolvidas” (p. 49).

Segundo Ramos (2008), um dificultador para que este processo se desenvolva é a aparente falta de demanda. Para ela, ao contrário do que pensam muitos psicólogos, a imposição judicial pode atrapalhar, mas não impedir que as pessoas usufruam dos benefícios do trabalho psicológico. Em seu ponto de vista, os participantes, ao ingressarem nas atividades socioterapêuticas, por encaminhamento da Justiça, chegam demonstrando dois comportamentos distintos: defesa ou vitimização. A autora avalia que muitas vezes, procurando se defender, abordam questões que não os envolvem e, tentando impedir contato, atuam. Já como vítimas, colocam-se na posição daqueles que sofrem preconceitos da sociedade. Neste sentido, Ramos (2008) observa que “quando se vitimiza, já deixa entrever algumas demandas, pelas queixas que tem do mundo que o maltrata e de si, que se deixa maltratar” (p. 50). Conclui afirmando que as demandas existem, mas estão sufocadas pelo medo, e que à medida que a confiança se estabelece poderão ser trabalhadas.

Para Moreno (1974), o processo de integração grupal ocorre natural e espontaneamente. Deste modo, ele demonstra a importância de haver esse lugar (tablado, palco, arena) para a produção e expressão dos sentimentos. No trabalho com grupos o tratamento não é do indivíduo, antes sim, o mundo é trazido para a situação terapêutica, e ali é tratado coletivamente.

1.5.3 PRINCIPAIS MÉTODOS E TÉCNICAS SOCIÁTRICOS

Os métodos sociátricos têm o objetivo de tratar e cuidar das relações interpessoais e dos problemas que as pessoas enfrentam dentro dos grupos. Já as técnicas são utilizadas como meio de realizar o trabalho em busca de certo fim. No psicodrama, as técnicas estão relacionadas à encenação do drama e Moreno, inspirado por leituras, pelas experiências teatrais e pelo acompanhamento de seus pacientes, foi descobrindo formas de ação expressivas, catárticas e esclarecedoras (GONÇALVES, 1998).

Segundo Moreno (1974), existem muitas técnicas psicodramáticas, ainda assim os terapeutas e educadores, frequentemente, criam novas técnicas, ou modificam técnicas antigas a fim de resolver dificuldades.

1.5.3.1 MÉTODOS

Moreno (2008) definiu o **psicodrama** “como a ciência que explora a ‘verdade’ por métodos dramáticos” (p. 17). Foi por meio de representações teatrais improvisadas e espontâneas que ele descobriu as possibilidades terapêuticas do psicodrama. O palco do teatro psicodramático e terapêutico é um lugar para representação da própria vida, o lugar do conflito. O psicodrama é um método de ação profunda que cuida de questões interpessoais e particulares.

Por sua vez o **sociodrama** projeta seu foco sobre os fatores coletivos. O sujeito de um sociodrama é o grupo, que é colocado no palco para resolver os seus problemas. O sociodrama trata as relações entre os grupos e suas ideologias coletivas (MORENO, 1974, 2008). É um método utilizado tanto para a pesquisa como para o tratamento de grupos e de suas relações intergrupais, assim como seus conflitos e sofrimentos (NERY, COSTA e CONCEIÇÃO, 2006). O campo de aplicação do sociodrama é bem variado e as técnicas utilizadas são as mesmas, o que muda, é o campo de ação e os objetivos (BERMUDEZ, 1977). Como parte do método sociodramático encontra-se o **axiodrama**, que busca dramatizar as aspirações morais e de valores do psiquismo individual e coletivo - justiça, verdade, beleza, bondade... (MORENO, 1974).

Moreno (1974) afirmou que o psicodrama tem suas origens nos princípios do jogo. “A brincadeira sempre existiu, é mais velha que a humanidade, acompanhou a vida do organismo vivo como uma manifestação de exuberância, nível precursor de seu crescimento e desenvolvimento” (p.110). O brinquedo tem um princípio de autotratamento e de terapia de grupo, como forma de vivência original, com isso o **jogo dramático** encontra-se relacionado, como fator positivo, a espontaneidade e a criatividade. Sendo assim, torna-se importante resgatar nos grupos - inclusive os grupos demarcados por regras e valores instituídos, como organizações, instituições e escolas - a espontaneidade e a criatividade a partir do jogo, a fim de resolver conflitos ligados aos objetivos propostos.

Para Yozo (1996), o lúdico, na evolução da humanidade, representa o processo de aprendizagem e descoberta do ser humano. Por meio do jogo, regras e limites são aprendidos de maneira voluntária e prazerosa. Na socionomia o “jogo dramático apresenta muitas definições e diversas formas de interpretações” (p. 16). Mas de modo geral o jogo dramático pode ser entendido como uma atividade que admite avaliar e desenvolver a espontaneidade e criatividade do indivíduo, para a obtenção e resolução de conflitos. Para alcançar essa espontaneidade criativa é preciso criar um campo relaxado que propicie uma liberdade de ação e atuação dos indivíduos.

O jogo ou treinamento de papéis, **role-playing**, explora a possibilidade de uma pessoa de representar determinados papéis. O papel é a forma de funcionamento que o indivíduo assume no momento específico em que reage a uma situação específica, na qual outras pessoas ou objetos estão envolvidos. A teoria psicodramática leva o conceito de papel a todas as dimensões da vida. Todas as pessoas desempenham diferentes papéis em diferentes fases do desenvolvimento (MORENO, 1974).

No **teatro espontâneo** a conserva dramática e os clichês de papéis são abandonados. Ao grupo é permitido ser inteiramente criativo e espontâneo. Os próprios participantes são autores e atores, que produzem no aqui e agora. Assim também ocorre no **jornal vivo**, onde o grupo apresenta de forma improvisada notícias diárias de jornal. O jornal vivo é uma síntese entre o jornal diário e o teatro. As notícias não são repetidas, mas dramatizadas. Tanto o

jornal vivo quanto o teatro espontâneo têm como princípio buscar o processo criador espontâneo. (GONÇALVES e colegas, 1988; MORENO, 2008).

Outro método bastante conhecido e aplicado nas sessões sociopsicodramáticas é a **projeção de futuro**. Moreno (1974) aponta que, por meio da projeção de futuro, o paciente apresenta e representa como imagina o seu futuro, com todas as fantasias, sentimentos, desejos, esperanças e planos realizáveis. O paciente é levado a avaliar o que poderá acontecer, o lugar em que gostaria de estar e as pessoas com que gostaria de viver.

1.5.3.2 TÉCNICAS

A **auto-apresentação**, para Moreno (2008), é uma das técnicas mais simples e consiste em permitir que a pessoa partilhe situações que fazem parte de sua vida e os conflitos em que está envolvida. O passo seguinte é representar as pessoas próximas dela, que constituem o seu átomo social. A apresentação pode relacionar-se com situações atuais, passadas ou futuras. O átomo social procura identificar como a pessoa relaciona-se emocionalmente com as pessoas de seu universo social. Moreno (1974, p. 312) afirma que “a configuração social das relações interpessoais que se desenvolvem desde o instante do nascimento é chamada átomo social”. Assim, essa técnica se utiliza da apresentação dramática do indivíduo das pessoas que lhe são emocionalmente significativas (SANTOS, 1998).

O **duplo** é utilizado pelo ego auxiliar para penetrar no problema do paciente. O ego atua como se fosse um segundo “eu”. Imita gestos e movimentos duplicando o paciente e ajudando-o a sentir-se a si mesmo (MORENO, 1974).

A técnica do **solilóquio** é empregada para duplicar sentimentos e pensamentos ocultos que o paciente teve em algumas situações, mas que não foram expressos. O paciente retrata a cena como aconteceu, acrescentando sentimentos e pensamentos que teve (MORENO, 2008). Bermudez (1977) diz que o solilóquio “consiste em dizer em voz alta o que se está pensando” (p. 40). Pode ser utilizado para explicar o pensamento do protagonista.

Quando o paciente não consegue se mostrar em palavras e atos, o ego auxiliar o representa lançando mão da técnica do **espelho**, imitando sua maneira de se comportar e lhe mostrando, como num espelho, como os outros o veem. Assim o protagonista se torna espectador, observador de si mesmo (MORENO, 1974).

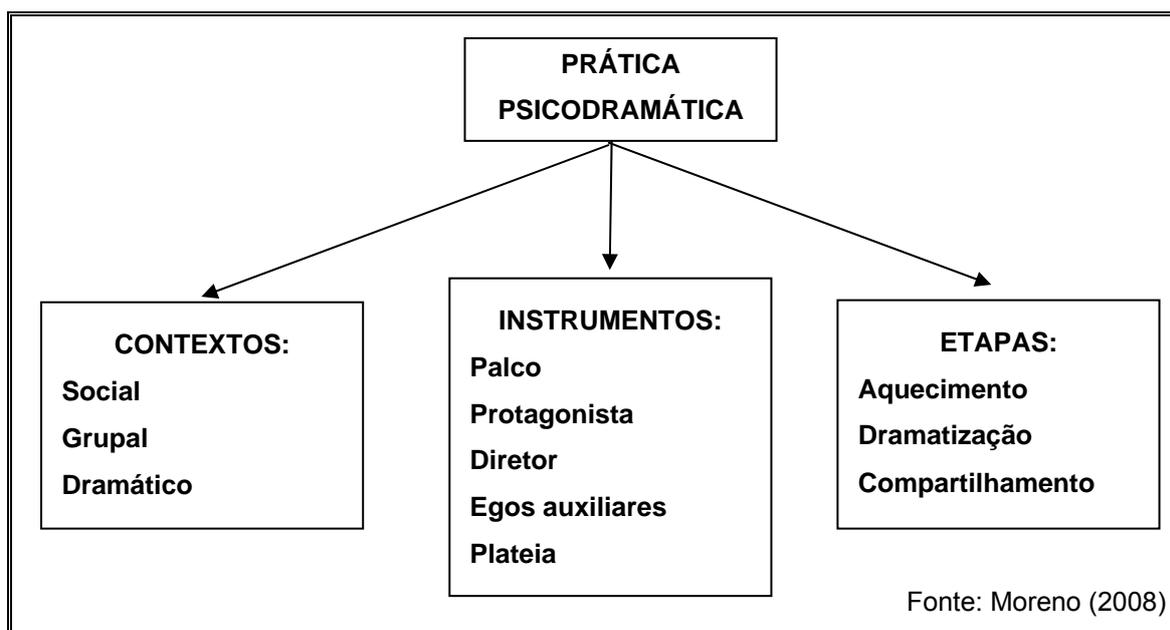
Na **inversão de papéis** o paciente toma o papel de outra pessoa e age na dramatização como se fosse essa pessoa. Assim, o filho pode representar o pai, o pai pode tomar o lugar do filho. A representação deve ser a mais honesta e intensa possível. Essa vivência auxilia no entendimento do outro, embora sem, necessariamente, concordar com ele (MORENO, 1974).

A **interpolação de resistência** visa contrariar disposições conscientes e rígidas do protagonista a fim de que ele tenha novos pontos de vista e maior flexibilidade em suas posições relacionais (GONÇALVES, WOLFF e ALMEIDA, 1988). Há uma modificação da cena do protagonista, por parte do diretor. Essa técnica impele o protagonista a atuar “aqui e agora” (BERMUDEZ, 1977).

A técnica de **concretização**, apesar de não ter sua origem no psicodrama, foi utilizada por Moreno em seus atendimentos. “Deste modo, o que era verbalmente simbolizado tem seu conteúdo manifesto, isto é, concretizado. Ela abrange a representação de objetos inanimados, partes do corpo e entidades abstratas (...)” (SANTOS, 1998, p. 122).

Assim, a sessão realizada sob o enfoque da teoria moreniana, estabelece um campo de ação onde se trabalha com técnicas e finalidades determinadas, nesse sentido é fundamental que haja uma estrutura coerente com os procedimentos utilizados (BERMUDEZ, 1977). Em se tratando de intervenção sociátrica há de se atentar para o tripé de sustentação das práticas psicodramáticas: os **três contextos**: social, grupal e dramático; os **cinco instrumentos**: diretor, ego-auxiliar, protagonista, palco e plateia e para a utilização das **três etapas**: aquecimento (inespecífico e específico), dramatização e comentários (GONÇALVES e colegas, 1988; YOZO, 1996).

Quadro 3 – Contextos, instrumentos e etapas do psicodrama



Contextos

Diz respeito ao conjunto de “vivências privadas e coletivas de sujeitos que se inter-relacionam numa contingência espaço-temporal (GONÇALVES e colegas, 1988, p. 97). Os contextos do psicodrama são o social, o grupal e o dramático.

O **contexto social** refere-se à realidade social que é pautada pelo tempo cronológico, pelo espaço concreto e geográfico. São os papéis sociais regulados pela lei, pelas normas, pelas regras e pela cultura.

O **contexto grupal** constitui-se da realidade grupal que se forma a partir de situações definidas e objetivos específicos. O contexto grupal ocorre numa estrutura desvinculada de modelos controladores, é um contexto social terapêutico, propício para experiências de troca e de desenvolvimento interpessoal.

O **contexto dramático** é o lugar exclusivo da vivência do drama. Nesse contexto tudo acontece no “como se” do imaginário e da fantasia. É constituído pela realidade dramática, por um tempo fenomenológico, subjetivo e virtual, construído sobre um espaço concreto, devidamente marcado. É o cenário ou palco do psicodrama.

Instrumentos

Moreno (2008) refere que o **palco** é o espaço cênico onde o indivíduo ou o grupo podem experimentar a liberdade das tensões e a liberdade de experiências e expressões. O palco é “um espaço vivencial que é flexível e multidimensional ao máximo” (p. 17). Contudo, ele não o é no sentido teatral, antes sim é uma plataforma social, onde os atores não são atores, mas pessoas reais que não atuam, mas representam seus próprios “eus” e onde o enredo não é uma peça, mas os seus próprios problemas.

No palco psicodramático, o sujeito ou grupo, enquanto **protagonista**, representa a si mesmo, ele é convidado a atuar livremente, representando partes de si ou de outras pessoas (reais ou ilusórias) que compartilham seus conflitos mentais ou sociais.

O terceiro instrumento é o **diretor**. O diretor desempenha três funções: produtor, terapeuta e analista. Como produtor deve atentar-se para seu público e seus personagens, buscando reverter as pistas oferecidas pelo protagonista em ação dramática. Como terapeuta tem responsabilidade pelo valor terapêutico da produção, sua tarefa é levar os sujeitos a atuarem espontaneamente em busca do equilíbrio total. Como analista social lança mão dos egos auxiliares para extrair informações dos sujeitos no palco (MORENO, 2008).

Os **egos auxiliares** ou atores terapêuticos tem dupla função - funcionam como extensão do diretor e como extensão do paciente, à medida que retratam personagens de seus dramas vitais (MORENO, 2008).

A **plateia** ou público tem dupla finalidade: pode ajudar o paciente ou pode ser ajudada por ele, convertendo-se em paciente. Para o protagonista, é muito importante estar na presença de um público disposto a aceitá-lo e compreendê-lo, assim como também o público se beneficia quando vê seus problemas sendo retratados no palco. A presença da plateia aumenta as respostas que se pode obter do protagonista (MORENO, 2008).

Etapas da dramatização

A sessão de psicodrama tem três fases: aquecimento, dramatização e compartilhamento (MORENO, 1974, 2008).

O **aquecimento** é o momento da escolha do protagonista e da preparação para dramatização. O aquecimento do sujeito/grupo pode acontecer de várias formas e é utilizado para “estimular o corpo para atitudes e ações espontâneas” (MORENO, 1974, p. 133). O processo de aquecimento indica concreta, tangível e mensuravelmente se o fator espontaneidade está operando. Se não houver sinal de aquecimento, significa que há ausência ou perda de espontaneidade (MORENO, 2008).

Após o aquecimento ocorre a **dramatização**. Nesta fase acontece a encenação, a representação do drama do protagonista. Protagonista e outras pessoas próximas (mãe, esposa, pai, filhos...), representadas pelos egos auxiliares, entram em cena. “Seu próprio eu tem a oportunidade de se reencontrar e se reordenar; de reestruturar (...) e, com isso, ganhar um sentimento de força e alívio, uma *catarse de integração*” (MORENO, 1974, p. 113).

Por último vem o **compartilhamento**. Neste momento os membros do grupo exprimem seus sentimentos e suas próprias vivências de conflitos semelhantes. “Os pacientes atingem um novo tipo de catarse, uma ‘catarse do grupo’, o protagonista deu amor e agora o grupo lhe devolve amor” (MORENO, 1974, p. 113).

Moreno (1992), por meio de sua teoria, indicou instrumentos para conduzir as pessoas à auto-expressão coletiva e à negociação de seus planos. Ele demonstrou que a tarefa do socionomista é organizar encontros preventivos, didáticos e de reconstrução na comunidade em que as pessoas vivem e trabalham. Ele realizou seu trabalho com os mais diversos grupos, desenvolvendo métodos e técnicas eficazes para trabalhar com o ser social, para isso criou conceitos importantes e fundamentais para o entendimento dos mesmos, entre eles: Matriz de Identidade, Teoria dos Papéis e Criatividade/Espontaneidade.

1.5.4 PRINCIPAIS CONCEITOS DA TEORIA MORENIANA

1.5.4.1 MATRIZ DE IDENTIDADE

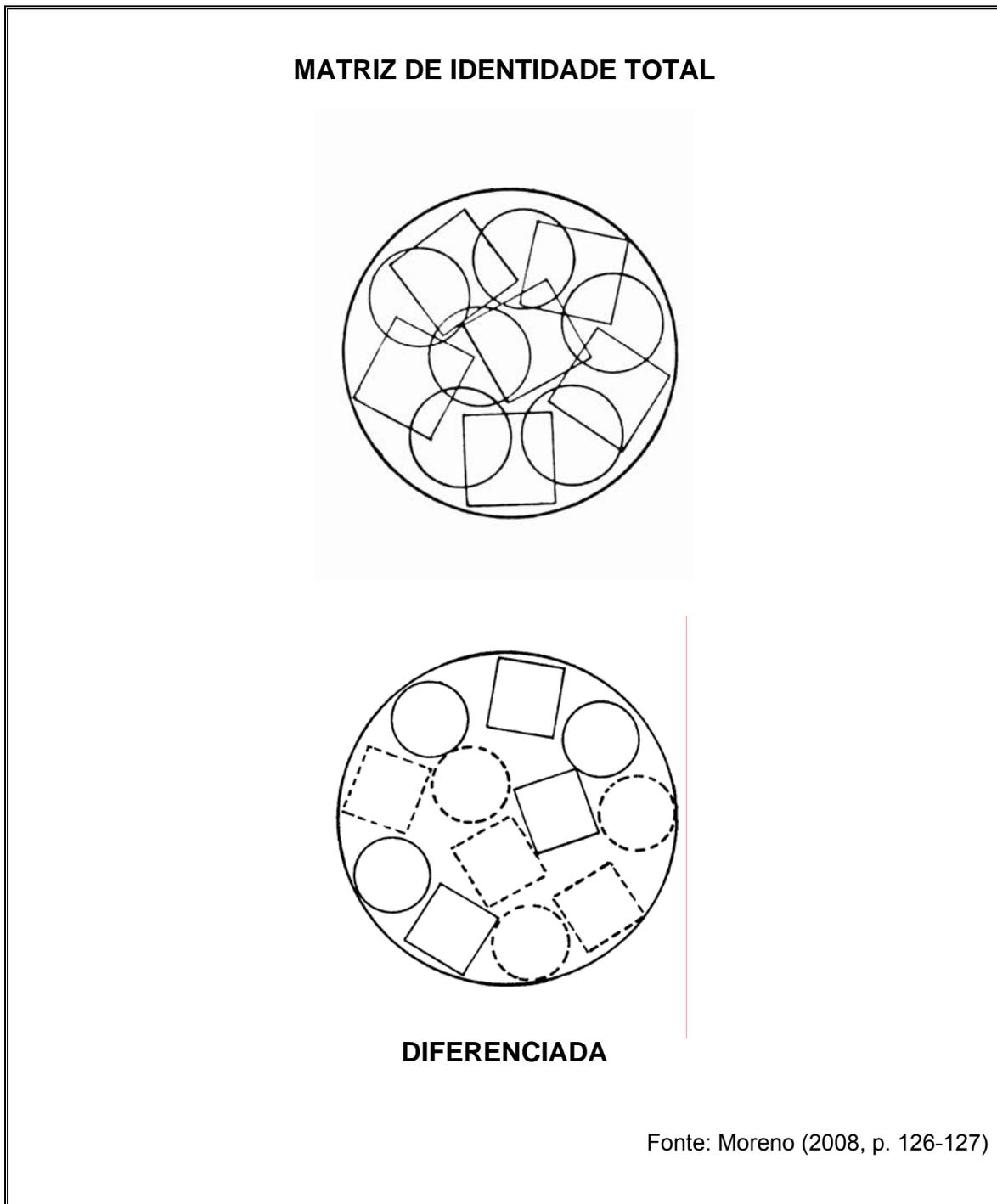
A matriz de identidade, segundo Moreno (2008), é como uma “placenta social”, o *locus* onde se encontram as raízes do indivíduo e onde este se relaciona com objetos e pessoas a sua volta. A matriz de identidade compõe todo o universo da criança ao nascer. Não há, neste primeiro momento, qualquer diferenciação entre o meio interno e o externo, entre objetos e pessoas, entre a fantasia e a realidade.

Essa coexistência, co-ação e co-experiência que, na fase primária exemplificam a relação do bebê com as pessoas e coisas à sua volta, são características da matriz de identidade. Essa matriz de identidade lança os alicerces do primeiro processo de aprendizagem emocional da criança (MORENO, 2008, p. 112).

Segundo Moreno (2008), a matriz “proporciona ao bebê segurança, orientação e guia” (p. 114). Este mundo que cerca a criança desde o seu nascimento é denominado pelo autor de Primeiro Universo. À medida que a criança ganha em autonomia diminui sua dependência dos egos auxiliares. “O primeiro universo termina quando a experiência infantil de um mundo em que tudo é real começa se decompondo em fantasia e realidade” (p. 115).

Gonçalves e colegas (1988) demonstram que o primeiro universo divide-se em dois tempos. O primeiro tempo, conhecido como período de identidade total, a criança não faz diferenciação de coisas e objetos, nem distingue a fantasia da realidade; não há distinção de tempo, só há o tempo presente; todas as relações são próximas; existe uma “fome de atos”; não há sonhos e nem possibilidades de registros; corresponde à matriz de identidade total indiferenciada. No segundo tempo, conhecido como período da identidade total diferenciada ou realidade total, decresce a fome de atos é o início da diferenciação entre objetos e pessoas; surgimento de registros e probabilidade de sonhos; distanciamento nas relações e princípios da tele-sensibilidade; relaciona-se à matriz de identidade total diferenciada.

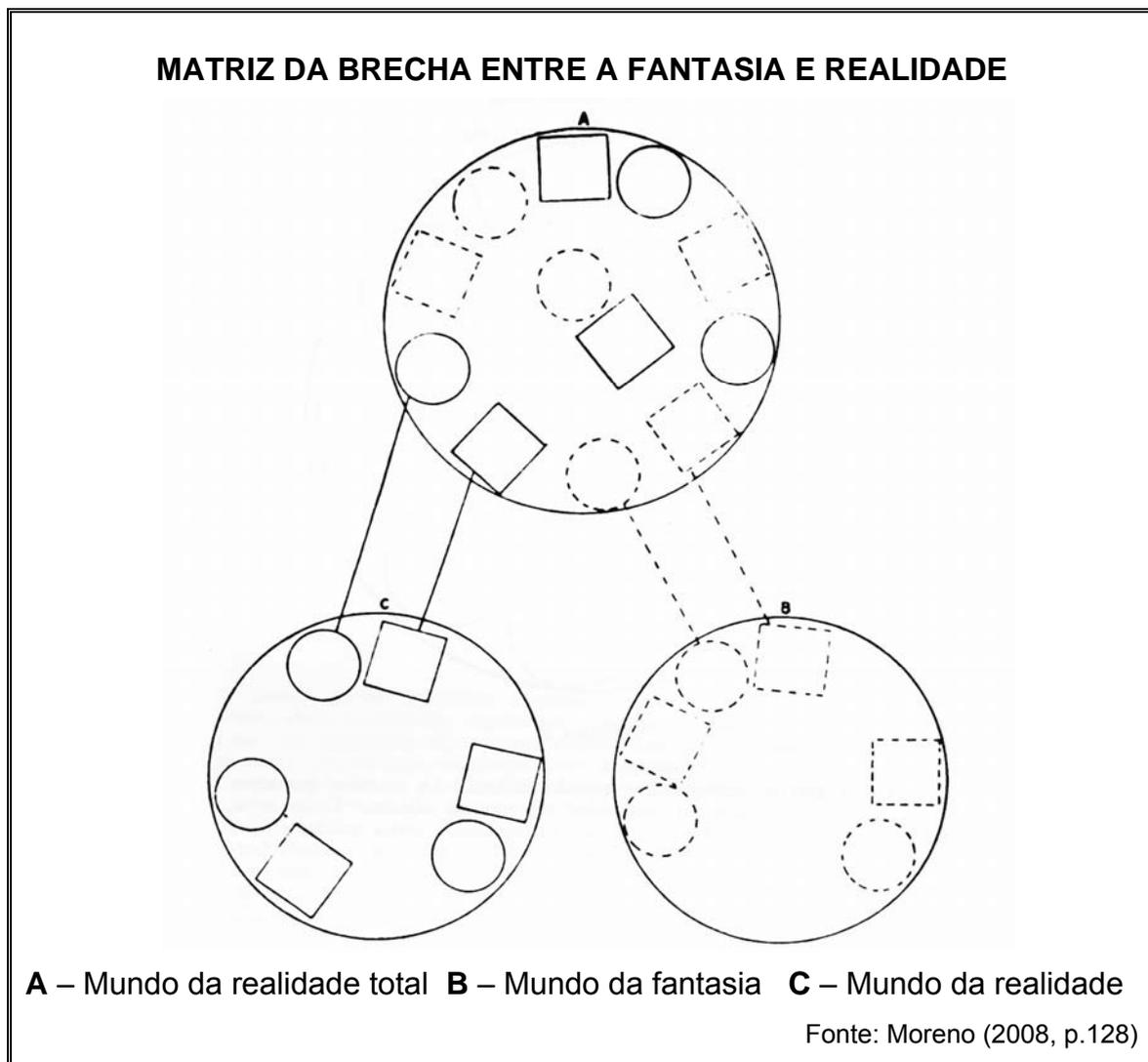
Figura 1 – Matriz de identidade



Já no **segundo universo**, de acordo com Moreno (2008), ocorre a brecha entre a fantasia e a realidade. Onde “a personalidade passa a estar normalmente dividida” (p. 123). Para o autor, a partir deste momento formam-se dois conjuntos de processos de aquecimento preparatório. O primeiro relacionado a atos de realidade. O segundo relacionado a atos de fantasia.

Ambos começam a se organizar. Ele acrescenta que o problema não está em abandonar o mundo da fantasia em favor do mundo da realidade ou vice-versa. “Trata-se, todavia, de estabelecer meios que permitam ao indivíduo ganhar completo domínio da situação, vivendo em ambos os caminhos, mas capaz de transferir-se de um para o outro” (p. 123). O que pode garantir esse domínio é a espontaneidade como um princípio consciente e construtivo na construção da espontaneidade.

Figura 2 – Brecha entre a fantasia e realidade



Coforme Bermudez (1977), no início a matriz de identidade relaciona-se principalmente aos processos fisiológicos, mas conforme a criança evolui ocorrem os processos psicológicos e sociais. “A matriz de Identidade provê, pois, a criança do alimento físico, psíquico e social. A ela cabe a

fundamental tarefa de transmitir a herança cultural do grupo a que pertence o indivíduo e de prepará-lo para sua posterior incorporação na sociedade” (p. 47). Para o autor, é por meio dos papéis que foram ofertados à criança pela matriz de identidade, que se transmite a herança cultural. A criança vai aprender esses papéis por um processo variável no tempo e na duração.

A matriz de identidade, conforme descrita por Moreno (2008), possui cinco fases. Na **primeira fase** não há diferenciação entre coisas e objetos, é como se houvesse uma fusão entre o bebê e o outro. Na **segunda fase**, a criança passa a estranhar parte do outro. Na **terceira fase** ocorre a separação do outro e da criança. Na **quarta fase** a criança centra-se no outro representando o seu papel. Na **quinta fase**, ocorre a inversão e a representação de inverter papéis. Ao inverter papéis a criança demonstra liberdade em relação ao ego auxiliar e estímulo para ações mais independentes. Por sua vez a mãe, enquanto ego auxiliar, admite maior independência, assessorando a formação dos próprios papéis da criança.

Posteriormente, Moreno (1974) resumiu estas cinco etapas em apenas três, como demonstram também Gonçalves e colegas (1988) e Yozo (1996).

Identidade do Eu (fase do Duplo): momento de indiferenciação. A criança necessita do outro, ou seja, de um ego-auxiliar, que faça por ela o que ela mesma não tem condições de fazer. A criança está misturada ao mudo.

Reconhecimento do Eu (fase do Espelho): nesta fase a criança concentra a atenção em si e começa a se perceber enquanto indivíduo e reconhecer sua singularidade como pessoa.

Reconhecimento do Tu (fase de Inversão de Papéis): primeiramente ocorre a tomada de papel do outro para, em seguida, haver a inversão. A criança já tem condições de se colocar no papel do outro para inverter com ele posteriormente.

Nery (2010) refere que “o processo identitário nos mostra que a identidade faz parte de nossa formação pessoal e social” (p. 60). Pela identidade as pessoas pertencem a grupos, usufruem de uma cultura e encontram sentido para sua existência. Os indivíduos, nos grupos aos quais

pertencem, vivenciam a contradição de, por um aspecto, terem características permanentes e, por outro, terem condições e capacidades de se transformar.

1.5.4.2 TEORIA DOS PAPÉIS

O termo *role* (papéis) tem sua origem em uma antiga palavra francesa que provém do latim *rotula*. As partes das representações teatrais na Grécia e Roma antigas “eram escritas em ‘rolos’ e lidas pelos pontos aos atores que procuravam decorar seus respectivos ‘papéis’” (MORENO, 2008, p. 27). Portanto, o papel não é um conceito sociológico ou psiquiátrico, mas ingressou no vocabulário científico pelo teatro.

Para Moreno (2008), o papel é a maneira como a pessoa funciona em um determinado momento e situação, onde outras pessoas e objetos estão envolvidos. Segundo ele, a teoria dos papéis abarca todas as dimensões da vida. Inicia no nascimento e permanece por toda a vida do indivíduo. Afirma ainda que todo indivíduo desempenha diferentes papéis, em diferentes fases do desenvolvimento.

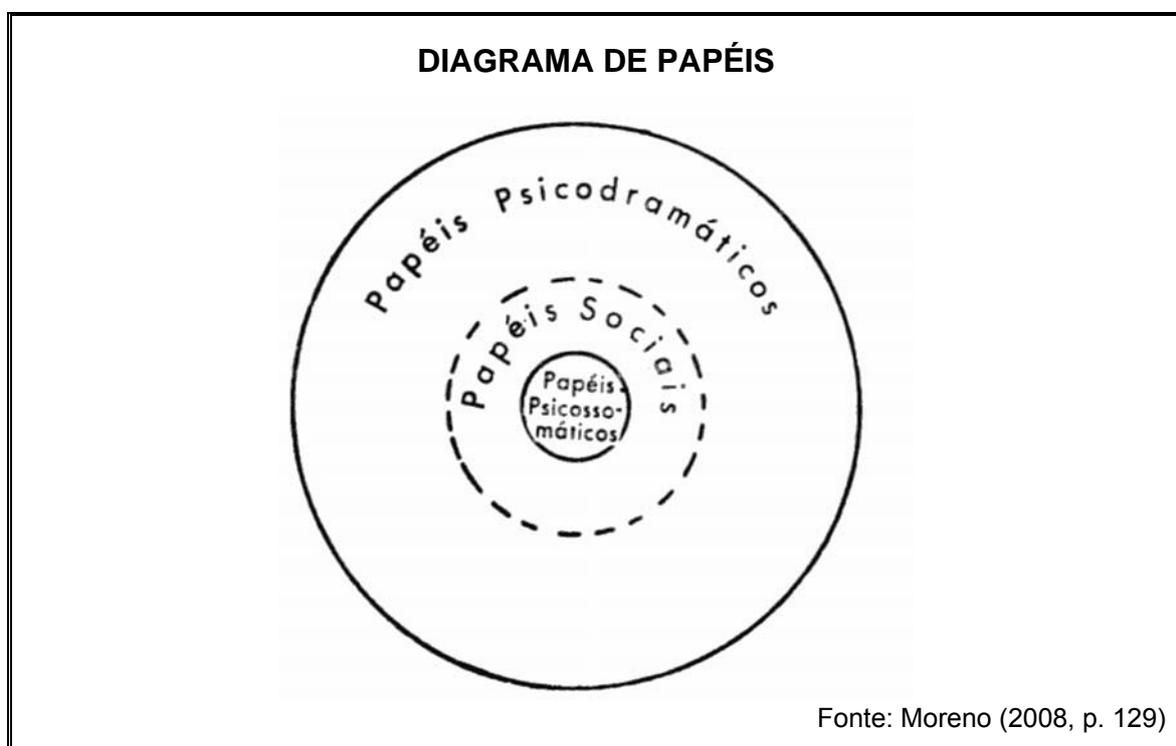
Todo o indivíduo – assim como tem, a todo o momento, um conjunto de amigos e um conjunto de inimigos – vê-se a si mesmo numa variada gama de papéis e vê os outros que o cercam numa variedade de contrapapéis (MORENO, 2008, p. 28).

Os papéis, segundo Moreno (2008), surgem gradualmente da matriz de identidade. Assim, “os papéis são os embriões, os precursores do eu, e esforçam-se por se agrupar e unificar” (p.25). Os papéis surgem à medida que a matriz de identidade avança em suas fases. Paralelo a isso, os papéis nascem e se desenvolvem.

Os primeiros papéis são os **papéis fisiológicos ou psicossomáticos**, eles auxiliam a criança a experimentar o seu corpo, estão ligados às necessidades e funções vitais, como: comer, dormir, atividade sexual. Aparecem na primeira fase da matriz de identidade. Em seguida, aparecem os **papéis psicológicos ou psicodramáticos**. Estes estão relacionados a

dimensão psicológica do eu, onde se opera a função de fantasia. Eles oferecem condições para a criança experimentar e desenvolver sua psique. E são aqueles desempenhados no cenário durante uma dramatização, oriundos da fantasia e imaginação. Por último, surgem os **papéis sociais**, onde o indivíduo é inserido no mundo da realidade da cultura, dos padrões de conduta, valores, deveres, etc. Eles contribuem para produzir a sociedade (dimensão da realidade social). Nestes opera a função de realidade, não produzida pela criança.

Figura 3 – Diagrama de papéis



Para Moreno (1992), todo o papel se constitui de elementos particulares e coletivos, “seus dominadores coletivos e seus diferenciais individuais” (p. 178). Neste aspecto, distingue três tipos de papéis: **role taking**: é a tomada de um papel já estabelecido, portanto não permite liberdade para variação; **role playing**: é o jogo de papéis, permite alguma liberdade de experimentação do papel e **role creating**: permite muita liberdade na criação de papéis.

Karp (1998) afirma que ao assumir novos papéis o protagonista, por meio do psicodrama, desenvolve maiores habilidades, tornando-se mais autêntico e aberto. Os sentimentos e pensamentos mudam em seus novos papéis. Surgem perspectivas e situações novas que impelem o protagonista e os membros do grupo à produção de respostas adequadas, ocasionando novos comportamentos.

1.5.4.3 ESPONTANEIDADE E CRIATIVIDADE

A teoria moreniana destaca a espontaneidade, a criatividade e a sensibilidade como recursos inatos do ser humano. Contudo as conservas culturais podem alterar essas condições. A Revolução Criadora de Moreno tem como objetivo recuperar a espontaneidade e criatividade através do rompimento com tais conservas (GONÇALVES e colegas, 1988).

Moreno (1992) afirma que o desenvolvimento insuficiente da espontaneidade provoca grande número de patologias psicológicas e sociais no homem, por esse motivo torna-se tão importante seu “treinamento”. A palavra treinamento vem para demonstrar que a espontaneidade, para ele, apesar de ser mais antiga que a libido, a memória e a inteligência, é menos desenvolvida devido a fatores sociais e culturais que desencorajam e reprimem sua expressão. Por este motivo, deve ser “treinada”. “O ‘treinamento’ da espontaneidade é, portanto, a habilidade mais desejada nos terapeutas em todas as nossas instituições de ensino e será trabalho deles ensinar a seus clientes a ser mais espontâneos sem ser excessivos” (p. 149).

Segundo Moreno (2008), a espontaneidade não ocorre apenas na dimensão das palavras, mas em outras formas de expressão, como na atuação, na interação, na fala, na dança, no canto, no desenho. A conexão da espontaneidade com a criatividade representou um grande avanço para o reconhecimento de que ambas são formas elevadas de inteligência e forças primárias do comportamento humano. O autor afirma que a espontaneidade pode se manifestar de quatro maneiras.

A primeira forma de expressão da espontaneidade é por meio da **qualidade dramática**. Ocorre quando o indivíduo imprime vivacidade, vigor e

comunicação a sentimentos, ações e expressões, sem que haja algo novo, original e criador. Ou seja, “assume um papel, aprende-o, ensaia-o até que se converta numa completa conserva, um estereótipo à sua disposição (...), o que faz que seu desempenho pareça sempre novo mesmo depois de recitar o mesmo papel mil vezes” (MORENO, 2008, p.141).

Na segunda, chamada **criatividade**, ocorre o oposto da qualidade dramática. É o caso do indivíduo produtivo e criador, que tem uma mente disposta a dissolver as conservas culturais, para criar novas formas, ideias e invenções com o propósito de mudar o mundo. Contudo, é desprovido de espontaneidade para expressar tais ideias. “Está perpetuamente empenhado em produzir novas experiências em seu próprio íntimo, a fim de que elas possam transformar o mundo à sua volta e, assim, enchê-lo de novas situações” (MORENO, 2008, p. 142).

A **originalidade** é a terceira forma de expressão da espontaneidade. Ela é uma variação da conserva cultural que foi adotada como modelo, sem contribuições significativas para ser chamada de criatividade.

E, por último, a **adequação da resposta**. Não adianta o indivíduo ser criativo, original ou dramático, se não responde adequadamente a novas situações. Responder adequadamente requer senso de oportunidade, de imaginação para a escolha adequada e originalidade de impulso próprio em emergências. “É uma aptidão plástica de adaptação, mobilidade e flexibilidade do eu, indispensável a um organismo em rápido crescimento num meio em rápida mudança” (MORENO, 2008, p. 144).

De modo geral, Moreno (1992) diz que “a espontaneidade opera no presente, agora e aqui; propõe o indivíduo em direção à resposta adequada à nova situação ou à resposta nova para situação já conhecida” (p. 149). Marineau (1992) complementa afirmando que a resposta que se espera do indivíduo deve estar pautada no que se solicita agora, e não naquilo que aprendeu no passado e utilizou “quase que cegamente o tempo todo em cada situação” (p. 167). Daí a importância da criatividade, da possibilidade de criar o novo e de se desapegar de conservas culturais e de estereótipos vencidos. Para o autor, a adaptação, a flexibilidade, o ajustamento e o reajustamento

estão ligados à espontaneidade. Além disso, torna-se favorável, para o surgimento da espontaneidade, um tipo de universo aberto em que graus de novidade sejam possíveis.

A partir da visão de um novo universo e pela possibilidade de um novo crescimento surge a catarse que, segundo Moreno (2008), começa no ator, “na mente da pessoa que está sofrendo a tragédia” (p. 234). Deste modo ele diferencia a catarse de ação da catarse aristotélica. Enquanto a catarse aristotélica tem seu lugar no espectador, a catarse de ação surge do próprio ator, que também é autor. O ator-paciente necessita de catarse, da libertação dos conflitos e das emoções em que se vê preso.

1.5.4.4 FATOR TELE

A partir do momento em que a criança avança na matriz de identidade e passa a distinguir-se dos objetos e dos outros, ocorre, concomitante, o desenvolvimento do fator tele. A comunicação que se estabelece entre a criança e seu ambiente vai delineando a tele a partir da percepção que se tem do outro e dos objetos, mas não é uma percepção pautada pelos órgãos dos sentidos, é algo que advém do simbólico (GONÇALVES e colegas, 1988). Neste sentido, também Bermudez (1977) indica que conforme a criança se desenvolve e passa a ter noção do “eu e do não-eu” e começa a dar respostas aos estímulos externos com atração ou rejeição, significa que está havendo os primeiros reflexos do fator tele. E à medida que o indivíduo evolui, mais complexo aparece o fator tele.

Partindo de uma Tele indiferenciada para a Matriz de Identidade, na qual se confundem pessoas e coisas, fantasia e realidade, e onde se reage com atração (Tele positiva) e rejeição (Tele Negativa), passa-se a um período no qual a Tele começa a ramificar-se, na proporção que aumenta a capacidade discriminativa da criança. Surgem, assim, a Tele para pessoas e a Tele para objetos, a Tele para objetos reais e a Tele para objetos imaginários. A especialização deste fator continua, acompanhando o desenvolvimento da vida afetiva e a complexidade do meio no qual o indivíduo se desenvolve (BERMUDEZ, 1977, p. 60).

A tele descrita por Moreno, segundo Gonçalves e colegas (1988), não é empatia pura e simples, ou seja, “captação, pela sensibilidade, dos sentimentos e emoções de alguém” (p. 49), a tele é uma via de mão dupla, um fenômeno que ocorre em duas direções e que permite a subjetividade profunda entre pessoas e que pode ser observado por um terceiro.

Moreno (1974) explica que os grupos têm uma estrutura social própria, onde os processos individuais penetram e permanecem independentes. Essa estrutura é definida “como uma ligação elementar que pode existir tanto entre indivíduos como, também, entre indivíduos e objetos e que no homem, progressivamente, desde o nascimento, desenvolve um sentido das relações interpessoais (sociais)” (p. 52). Deste modo, o fator tele pode ser compreendido como base de todas as relações interpessoais saudáveis, além de um elemento primordial para todo o processo de psicoterapia. Num grupo sociométrico, a tele sempre está presente, mas cresce à medida que os encontros acontecem e vai determinar a coesão dos membros do grupo. Tele é dupla empatia, é a base do encontro.

Encontro, no sentido que se refere Moreno (1974),

significa estar junto, reunir-se, contato de dois corpos, ver e observar, tocar, sentir, participar, amar, compreender, conhecer intuitivamente através do silêncio ou do movimento, a palavra ou o gesto, beijo ou abraço, tornar-se um só – *una cum uno*. (...) Abrange, portanto, não apenas as relações amáveis, mas também as relações hostis e ameaçadoras: opor-se a alguém, contrariar, brigar. (...) Encontro significa que duas pessoas não apenas se reúnem, mas que elas se vivenciam, se compreendem cada uma com todo o seu ser. (...) Move-se do Eu para o Tu e do Tu para o Eu. Ele é “sentir a dois”, Tele (MORENO, 1974, p. 79).

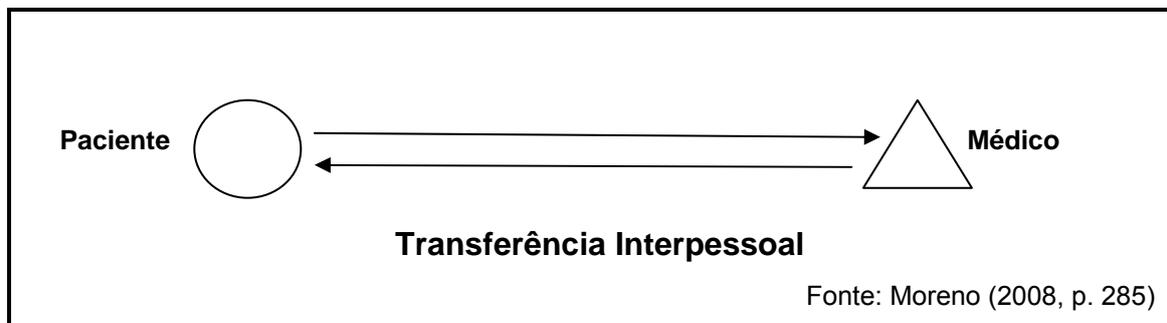
Nery (2010) infere que tele é um fator social que pauta as experiências interpessoais, é responsável pelo grau de interação de determinados grupos e constitui a posição afetiva dos indivíduos no grupo. O trabalho sociométrico (testes e observações) destaca o fator tele no plano social.

A percepção tética pode ser experienciada pela grande maioria das pessoas, mas é difícil que ocorra em todas as circunstâncias de um relacionamento, devido às distorções e equívocos que podem acontecer na percepção e na comunicação. Esse processo é conhecido como transferência. Moreno não se interessou em analisar a transferência e como ela interferia nas relações interpessoais. “Na verdade, apenas reduziu o conceito ao sentido de fenômeno oposto ao fenômeno *Tele*. Para ele, a *transferência* equivalia ao embotamento ou ausência do *fator Tele*” (GONÇALVES e colegas, 1988, p. 50).

Moreno preferiu focar nas muitas possibilidades de ampliar a espontaneidade e a tele para assim recuperar a saúde mental e a criatividade, assumindo a transferência apenas como patologia da tele (GONÇALVES e colegas, 1988; MORENO, 2008).

Além disso, Moreno (2008) compreende a transferência como uma via de mão dupla entre o paciente e o terapeuta. “Não só a tele mas também a transferência é interpessoal” (p. 285).

Figura 4 – Transferência interpessoal



A transferência exerce um papel definido, porém limitado nas relações interpessoais. As pessoas apresentam afinidades seletivas em relação a algumas pessoas e vice-versa. Nas situações sociais (amor, trabalho, lúdico), essa preferência que se tem em relação a algumas pessoas não se deve, na maioria dos casos, a uma transferência simbólica, antes sim, o fator que dá forma a relação interpessoal difere da transferência. O que atrai uma pessoa a outra, e que fica comprovado pelos atributos reais da outra pessoa, chama-se

tele-relação. A *introvisão* sobre a natureza real da personalidade do outro ocorre por meio do processo tele. Isso pode acontecer com o paciente e seu terapeuta; com dois amantes; com amigos; colegas. Assim, Moreno (2008) afirma que, ao passo que a transferência é um processo subjetivo, o processo tele é um sistema objetivo de relações interpessoais e sugere atribuições adequadas de umas pessoas para com as outras, ou grupos.

1.6 DDISPOSITIVOS

Moreno (2008) afirma que o estado de espontaneidade é gerado por vários **dispositivos de arranque**, e a esse processo ele nomina **aquecimento preparatório**, que pode ser estimulado por agentes corporais de arranque (contrações musculares), agentes mentais de arranque (sentimentos e imagens) e por agentes psicoquímicos de arranque (estimulação artificial pelo álcool). Muitos papéis afloram através do processo de aquecimento preparatório, portanto aquecer o grupo torna-se um dos aspectos importantes, já que estimula a plena participação.

O grau de aquecimento indicará a eficácia da técnica utilizada. Ao contrário, quando o protagonista (indivíduo ou grupo) não quer participar da produção, Moreno conceitua como **resistência** e entende que superar a resistência é um desafio para o terapeuta. Ao propor métodos de ação para trabalhar as relações sociais, ele demonstra que cabe ao diretor utilizar sua sutileza e habilidade “para descobrir as pistas suscetíveis de iniciar a produção e, uma vez iniciada, cuidar de que ela se encaminhe numa direção construtiva” (MORENO, 2008, p. 33). Os métodos psicodramáticos permitem que as pessoas envolvidas no trabalho passem ao ato seus pensamentos e impulsos ocultos, “passar para fora aquilo que está dentro” a fim de trabalhar o material exibido para benefício do próprio paciente ou do grupo.

Menezes (2010), em seu trabalho com Dramaturgia Aberta, definiu como **dispositivo** todos os elementos estruturais (espaço de apresentação, jogos propostos, camadas textuais, elementos composicionais) que favorecem a comunicação com a plateia e que tem como finalidade alargar as possibilidades de propostas de abertura na dramaturgia. O objetivo dos dispositivos para o

autor é “de abrir a cena e permitir e aceitar a participação do público durante as apresentações, favorecendo um diálogo aberto” (p. 62). Os dispositivos utilizados são aqueles que proporcionam condições para a ação do público, devem estabelecer condições de convivência ou de divergência e a partir disso determinar regras para a utilização dos materiais cênicos.

2 METODOLOGIA

Inicialmente o usuário de substâncias psicoativas, após a abordagem policial, revista corporal e constatação do porte de substância psicoativa é encaminhado imediatamente ao juízo competente ou, na sua falta, à autoridade policial para lavratura do termo circunstanciado, assumindo o compromisso de comparecer perante o juiz criminal para responder ao processo por porte de substância ilícita (Art. 48, *caput*, e parágrafos, da Lei nº 11.343/2006).

A Justiça marca uma audiência preliminar e intima o usuário a comparecer. Nesta audiência o promotor de justiça poderá propor a transação penal com aplicação imediata das penas restritivas de direitos previstas no art. 28 da Lei 11.343/2006, dentre as quais “medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo”. Se o usuário aceitar a proposta do promotor, a mesma será submetida à apreciação do juiz. Acolhendo a proposta, o juiz aplicará a pena restritiva de direito (Art. 76, *caput*, e parágrafos, da Lei nº 9.099/95). Se, por outro lado, o usuário não aceitar a transação penal, o promotor oferecerá denúncia, abrindo-se oportunidade ao usuário para defesa e continuidade da ação penal (Art. 77 e seguintes da Lei 9.099/95).

No caso do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), as audiências preliminares são realizadas de forma coletiva e contam, na maioria dos casos, com a presença do promotor, do juiz de direito, do defensor público e de membros da equipe multiprofissional do Serviço de Assessoramento a Magistrados sobre Usuários de Drogas (SERUQ). Ao término da audiência, os usuários passam por acolhimento pela equipe técnica e agendamento para participarem de intervenções de triagem e sensibilização. Conforme o caso, são encaminhados para redes de apoio da comunidade ou para os grupos reflexivos realizados no SERUQ, a fim de cumprirem a medida.

Os grupos de que tratamos nessa pesquisa, foram encaminhados pelo Serviço de Assessoramento a Magistrados sobre Usuários de Drogas (SERUQ), do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), para cumprimento de medida socioeducativa por porte ou uso de drogas - pena prevista no Art. 28, inciso III da Lei 11.343 (BRASIL, 2006) – medida educativa

de comparecimento a programa ou curso educativo. No Instituto Círculo de Giz, os beneficiários foram recebidos para os atendimentos a partir do referencial socioeconômico proposto por Jacob Levy Moreno. Essa teoria, fundamentada nas ciências humanas e sociais utiliza métodos e técnicas de ação para trabalhar com pessoas em grupos. A metodologia de ação é flexível e permite a utilização de diferentes técnicas de intervenção: jogos dramáticos, jogos educativos, jornal vivo e sociodramas, entre outros.

Cada um desses instrumentos funciona, no manejo dos grupos, como dispositivos ou mecanismos que objetivam certo fim. No caso dos grupos encaminhados pelo SERUQ/TJDFT a proposta foi viabilizar momentos de acolhimento, sensibilização, autorreflexão, questionamentos, aprendizado, compartilhamento e tomada de decisões (BAREICHA, 2010). O problema norteador desta pesquisa refere-se a “qual a interferência dos dispositivos na mobilização e no envolvimento do grupo nas atividades propostas?”.

Com o intuito de efetivar esta pesquisa elegemos como **procedimentos metodológicos o estudo exploratório de pesquisa-ação** com enfoque na abordagem qualitativa e fenomenológica. Segundo Gil (2009), nas pesquisas realizadas à luz da fenomenologia a preocupação do pesquisador é mostrar e esclarecer o que é dado e o que está presente na consciência dos sujeitos. O que importa é o modo como o conhecimento do mundo se dá. “O objeto de conhecimento para a Fenomenologia não é o sujeito nem o mundo, mas o mundo enquanto é vivido pelo sujeito” (GIL, 2009, p. 14). O autor aponta que a pesquisa fenomenológica parte do cotidiano e de como as pessoas compreendem seu modo de viver. Há um resgate dos significados atribuídos pelo sujeito ao objeto que está em estudo, nesse sentido as técnicas mais utilizadas são de natureza qualitativa.

Thiollent (2008, p. 72) afirma que por meio da pesquisa-ação as ações investigadas abarcam “produção e circulação de informação, elucidação e tomada de decisões, e outros aspectos supondo uma capacidade de aprendizagem dos participantes”. Nessa perspectiva, pesquisador e participante encontram-se interligados e, ao investigar, todos discutem ações que possam favorecer novos ensinamentos e aprendizados. Essa estrutura de aprendizagem, para Jobin Filho (1979, citado em THIOLENT, 2008) reúne os

analistas (pesquisadores) e os usuários (participantes) na busca de soluções apropriadas para os problemas que enfrentam.

A metodologia de pesquisa-ação enfatiza, do ponto de vista sociológico, a análise de diferentes formas de ação que se manifestam em grupos, instituições, coletividades de pequeno ou médio porte (THIOLLENT, 2008).

Segundo Barbier (2007), o papel do pesquisador é constatar o problema enfrentado e ajudar a determinar o que está ligado ao problema com o intuito de facilitar a tomada de consciência dos atores envolvidos. Infere ainda que os instrumentos da pesquisa “podem ser, em geral, mais interativos e implicativos - discussões de grupo, desempenho de papéis, conversas aprofundadas” (p. 54).

Mesmo empregando a pesquisa-ação como procedimento metodológico desse estudo, tomaremos como base, principalmente, os próprios métodos socionômicos, pois, conforme refere Brito (2006) eles são ricos em possibilidades de expressão que transcendem os limites da interação verbal. A autora salienta que, como outras teorias psicológicas e sociais, a metodologia moreniana oferece uma variada gama de métodos e técnicas de ação que podem ser empregados na pesquisa qualitativa com indivíduos e grupos. Em suma, a metodologia moreniana pode dialogar com outras metodologias qualitativas de pesquisa, desde que seja mantida a identidade do pesquisador em torno da especificidade da concepção do ser humano como espontâneo-criativo.

2.1 TEMA

Grupos socioeducativos de jurisdicionados usuários de maconha.

2.2 PROBLEMA

O problema desse estudo foi investigar: **Qual a interferência dos dispositivos socionômicos na mediação de grupos socioeducativos?**

2.3 HIPÓTESE

Os dispositivos sicionômicos interferem na promoção da espontaneidade e criatividade nos grupos socioeducativos.

2.4 OBJETIVO GERAL

Investigar o uso de dispositivos sicionômicos no compartilhamento e na produção de saberes relacionados ao uso de maconha.

2.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar dispositivos que promovem a participação espontânea e criativa nos grupos socioeducativos (GS).

Descrever os dispositivos utilizados nos GS.

Investigar os mecanismos de ação dos dispositivos nos GS.

2.6 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os grupos socioeducativos foram encaminhados a partir de avaliação técnica realizada por equipe multiprofissional do TJDFT, e formados a partir de um perfil sugerido pelo Instituto Círculo de Giz: pessoas de ambos os sexos; com idade entre 18 e 35 anos; em situação de conflito com a lei por terem sido flagradas portando ou fazendo uso de maconha; cada grupo composto de cinco a doze integrantes.

No total foram realizados 17 grupos socioeducativos (GS), nos quais participaram 112 pessoas, sendo 102 homens e 10 mulheres. Cada grupo participou de oito encontros, sendo um encontro por semana, com tempo de duração de uma hora e meia.

Desde o início do Programa GS, no ano de 2007, cada um dos jovens chegou ao primeiro encontro com um encaminhamento por escrito do TJDFT, assinado por um técnico responsável e pelo usuário. O termo de livre e esclarecido consentimento para participação na pesquisa, foi utilizado com os últimos grupos.

Para fins desta pesquisa serão descritas oito sessões realizadas com grupos socioeducativos (GS) distintos. Os nomes dos participantes que constam nos relatos são fictícios a fim de preservar a identidade das pessoas.

2.7 OS ENCONTROS

As sessões foram realizadas semanalmente, com duração de uma hora e meia, pelo período total de oito encontros. Os encontros tiveram como regra inicial, o sigilo, a voluntariedade e o anonimato – preservando a identidade dos participantes, resguardando o sigilo do que foi compartilhado e promovendo a integração do grupo.

2.8 OS MEDIADORES

Os atendimentos foram dirigidos ora por equipes de mediadores (educadores e psicólogos), chamados de unidade funcional; ora por apenas um mediador. Unidade funcional é o conjunto de pessoas treinadas, que formam a equipe para o atendimento dos grupos (NERY, 2010).

2.9 PROCEDIMENTOS E GERAÇÃO DE DADOS

Os procedimentos utilizados no manejo dos grupos, durante as oito sessões foram o jornal vivo, a projeção de futuro, os jogos dramáticos, os jogos educativos e os sociodramas.

Ao final de cada encontro efetivaram-se a coleta de dados por meio de anotações em diário de campo das vivências do dia, produções de expressões escrita, imagética, verbal e não verbal.

Os oito encontros, realizados com cada grupo, foram cuidadosamente preparados de modo que ao final do tempo previsto os objetivos do programa fossem alcançados. Para isso distribuiu-se as atividades desta forma:

PRIMEIRO MOMENTO

Primeiro encontro: no primeiro contato priorizou-se a acolhida, a apresentação e a vinculação dos integrantes entre si e com a unidade funcional. As expectativas de cada um, em relação ao trabalho, foram levantadas, e em seguida foi definido o papel profissional da equipe no grupo, bem como realizadas combinações referentes ao contrato de participação (dia, horário, atrasos, faltas, sigilo, anonimato e voluntariedade).

Segundo Encontro: o intuito, ainda neste momento, foi de integrar o grupo e estabelecer a confiança. Jogos que facilitam trocas e interação foram utilizados.

SEGUNDO MOMENTO

Terceiro, quarto, quinto, sexto e sétimo encontros: o foco nessa fase se deu na didática vivencial, foi o momento da produção. A condução dos encontros foi pautada por temas sugeridos pelo grupo ou pela equipe, que foram trabalhados e compartilhados. As situações foram analisadas pelos mais variados aspectos e o grupo foi conduzido a maior reflexão, à tomada de decisões e à solução de problemas por eles trazidos.

TERCEIRO MOMENTO

Oitavo encontro: no oitavo encontro ocorreu a última sessão do grupo. Esse momento foi utilizado para a avaliação. Cada um teve a oportunidade de expressar como vivenciou o processo, o que foi importante e significativo para si, além de criticar e dar sugestões.

2.10 ANÁLISE DOS DADOS

A análise se deu a partir da descrição de oito relatos de sessões, realizadas com grupos distintos. Cada relato encontra-se inserido em um dos três momentos descritos. Assim, no Primeiro momento, descreveremos dois

relatos, no Segundo momento, quatro relatos e, no Terceiro momento, dois relatos.

Os dados foram analisados a partir das produções dos grupos: ações, dramatizações e jogos. Discriminamos os dispositivos e os interpretamos de acordo com a sua função na cena.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 PRIMEIRO MOMENTO

RELATO 1¹ - Chegada dos beneficiários ao Programa GS

Apresentação:

Todo início de um novo grupo, no Programa GS, começou com a **auto-apresentação** dos participantes. Dependendo do grupo lançamos mão de algum jogo de apresentação para facilitar a expressão de cada um. Mas em geral a consigna foi simples e serviu para favorecer o primeiro contato dos integrantes entre si e com a mediadora ou mediadores.

Aspectos como nome, idade, local de residência, ocupação (se estuda, trabalha...), com quem reside etc. e qual a **expectativa** em relação ao trabalho socioeducativo, foram levantados, ou em forma de perguntas diretas ao grupo, ou em forma de jogo.

De modo geral as apresentações foram sucintas. A maioria respondeu o que foi perguntado sem se estender muito. Havia um conhecimento superficial dos integrantes sobre o Programa GS e a certeza de que compartilhavam o uso de drogas e que, por esse motivo, estavam ali. Após as apresentações a maioria deles descreveu a **situação em que foram pegos com droga**. Após, externalizaram suas angústias em relação ao trabalho que seria desenvolvido e, ainda, expuseram suas dúvidas.

Uma integrante disse logo no início do primeiro encontro:

- *“Com certeza tudo o que a gente falar aqui vai ser entregue lá no tribunal, eles vão querer saber o que dissemos e se, no final, paramos de usar maconha para liberar a gente”.*

Outro perguntou:

¹ As falas descritas neste item não são da mesma sessão. Elas foram retiradas dos relatos de vários encontros ao longo dos atendimentos dos grupos no Programa GS.

- *“Tudo o que a gente falar vai ser levado pro juiz, né?”.*

Quanto às expectativas referiram:

- *“Acho que são palestras sobre as drogas, os malefícios que provocam, os tipos de drogas, essas coisas”.*
- *“Eu desejo que, no final disso tudo, vocês façam um relatório para os governantes sobre o caos no sistema prisional brasileiro e os abusos da polícia”.*
- *“Não tenho nenhuma expectativa, só quero me livrar logo”.*

Outros quiseram saber o que acontece com quem não comparecer aos encontros, outros questionaram se era possível mudar o horário, o dia.

Um rapaz disparou:

- *“Eu preciso que você saiba que estou faltando meu trabalho para estar aqui hoje, e parece que vou ter que faltar pelas próximas semanas. Se eu falar para meu chefe que estou fazendo psicóloga por causa de droga é capaz de ele me mandar pra rua. Quando mandam a gente para cá ninguém quer saber dos nossos compromissos, o juiz não quer saber”.*

Com isso, torna-se emergente a inserção do segundo dispositivo.

Definição do Contrato

Por meio do contrato ficaram estabelecidos os combinados referentes aos encontros que serão realizados. O momento de clarear para o grupo os **objetivos do Programa GS** com o intuito de amenizar as defesas e favorecer o clima grupal. Tornou-se imprescindível que eles soubessem porque estavam ali, como seria desenvolvido o trabalho e qual é, realmente, o objetivo do Programa.

A mediadora, que estava na direção do grupo, explicou que a **proposta do GS** é viabilizar momentos de acolhimento, sensibilização, autorreflexão, questionamentos, aprendizado, compartilhamento e tomada de decisões (BAREICHA, 2010). Não é pretensão do GS que os integrantes, ao final dos oito encontros, parem com o uso da maconha, ou de qualquer outra

substância, mas que possam refletir a respeito do seu uso e das escolhas que estão fazendo em suas vidas. Assim, o objetivo não é o de tratamento psicoterápico, e sim de **aprendizado por meio das experiências compartilhadas**.

No contrato ocorreu o estabelecimento de combinados referentes ao dia dos encontros, duração do processo (oito encontros), horário de início e término, atrasos, faltas, **sigilo** (não poder mencionar o conteúdo do que foi compartilhado fora do grupo), **anonimato** (garantia de resguardar dados pessoais, para que as identidades permaneçam preservadas) e **voluntariedade** (trabalhar no sentido de aumentar a motivação e só participar quando quiser).

Este foi o momento de cada um se posicionar e optar se pretendia dar sequência ao trabalho ou não. Mesmo que os usuários de maconha tenham sido encaminhados pela Justiça e, mesmo que o intuito implícito seja de cumprimento de pena, ainda assim, eles podem não concordar com o trabalho e decidir por não frequentar o grupo. Se assim acontecer, o Ministério Público oferecerá denúncia e, ao final do processo, se julgada procedente a ação penal, terão a condenação registrada em sua ficha de antecedentes criminais. Eles sabiam disso, já foram instruídos pela defensoria pública, ou por seus advogados e advertidos pela promotoria a respeito desta questão. Todo o esforço da Justiça é no sentido de minimizar o efeito criminal e de valorizar o efeito “terapêutico” e “educativo” da Lei, embora por meios controversos e tortuosos. Ainda assim, reforçamos e preservamos a **liberdade de escolha** de cada um.

No contrato ficou exposta a isenção do Programa GS e dos profissionais, de qualquer tipo de julgamento acerca da conduta e do comportamento dos integrantes do grupo. O espaço grupal foi demarcado por regras, mas neste contexto protegido a **liberdade de expressão** foi valorizada. Evidenciamos que sentimentos e emoções podiam e deviam ser expressos e compartilhados por todos, para que fomentassem reflexão e aprendizado.

Assim que o contrato e os combinados foram feitos e quando todas as dúvidas referentes ao processo foram sanadas, a maioria dos integrantes

passou a confiar na proposta e se deu o direito de compartilhar aspectos de sua vida. A partir de então temos um grupo.

Uma das integrantes disse ao final da primeira sessão:

- *“Eu gostei, acho que vai ser bem legal, nunca participei de nada assim, eu tinha outra ideia, achei que ia ser meio lavagem cerebral, mas não tem nada a ver”.*

Outro considerou:

- *“Legal, a aula foi boa. Acho que vou aprender coisas interessantes”.*

Ainda outro falou em nome do grupo:

- *“Gostaria de agradecer pela atenção de vocês e pelo trabalho que realizam vai ser muito importante participar dos encontros, sempre é tempo de aprender coisas novas”.*

Análise dos dispositivos

Principais dispositivos analisados:

- a apresentação dos integrantes (expectativas em relação ao trabalho, situação que foram flagrados com droga) e
- o estabelecimento do contrato (objetivos e propostas do Programa GS, combinados referentes ao sigilo, anonimato, voluntariedade, liberdade de escolha, liberdade de expressão).

Os dispositivos lançados no primeiro encontro, apresentação e definição do contrato, interferiram à medida que favoreceram a integração e a lucidez dos integrantes no contexto grupal.

Na **auto-apresentação** surgiu a oportunidade de conhecimento e de identificação. Moreno (2008, p. 239) explica que essa técnica “consiste em deixar que o paciente comece consigo mesmo, isto é, que reviva (...) situações que fazem parte da sua vida cotidiana e, especialmente, os conflitos cruciais em que está envolvido”. A apresentação em si ocorreu de forma natural, mas, devido o estado de indiferenciação em que os participantes do grupo se encontravam não se sentiam confortáveis para adentrarem os conflitos. Existia

um receio de que seus segredos fossem levados a diante e que isso os prejudicasse ainda mais. Eles ainda não sabiam o que íamos fazer com as informações que nos passassem, por esse motivo a melhor decisão, para eles, era não se expor.

Os participantes são conhecidos como “beneficiários”, modo como são chamados os usuários de drogas que concordam com a transação penal e, portanto, são encaminhados para as redes sociais da comunidade para cumprimento de medida socioeducativa. Esses beneficiários chegaram ao Programa GS, do Instituto Círculo de Giz, demonstrando um comportamento defensivo e distante e não se sentindo beneficiados em nada. Ao contrário, sair do trabalho, faltar à aula, dar desculpas para a família para comparecer ao grupo foi visto como pena imposta pelo Juiz, pelo ato ilícito cometido, e não como benefício. Nesse primeiro momento, conforme o conceito de Matriz de Identidade (MORENO, 2008), ficou claro o modo caótico e indiferenciado como se apresentaram. Havia uma confusão muito grande acerca das informações que obtiveram sobre o trabalho que seria desenvolvido (fantasia e realidade se fundiam) e a dúvida tomou conta, ninguém sabia ao certo o que iria acontecer e como seria isso. Além disso, não se reconheciam como beneficiários, mas como penitenciados.

Assim, ainda de um modo bem superficial, compartilharam as experiências da abordagem policial, até por esta não ser segredo para ninguém, se estavam ali é porque foram pegos com droga. O uso de drogas, antes mesmo do nome, da condição social, do trabalho, ou do estudo foi sempre um dos elos entre os membros, na chegada ao Programa GS. Aí já se estabeleceu um aspecto sociométrico (MORENO 2008), pautado pela primeira semelhança entre eles: o uso de maconha. A primeira vista, todos faziam uso de maconha e todos foram abordados fazendo uso ou portando a substância e isso os identificou.

O **contrato** estabelecido com o grupo, neste início de processo, tornou-se, na verdade, um dos dispositivos de maior relevância. A explanação das regras e das normas grupais interferiu à medida que auxiliou na delimitação de fronteiras, e do que podia e não podia ser feito no contexto grupal. Este dispositivo delineou todo o processo socioeducativo, já que implicou em

responsabilidade e respeito mútuos. Quem concordou escolheu também se comprometer. E se escolheram ficar, o fizeram de modo voluntário. Assim, a voluntariedade se iniciou com os profissionais, mas também acabou envolvendo os participantes.

Por meio do contrato conseguiram sair da dúvida para a certeza. Sabiam que não seriam julgados, pelo contrário, seriam acolhidos, mas que, em contra partida, teriam de se envolver.

Demonstrar para o grupo que os encontros seriam pautados pelo sigilo, pela voluntariedade e pelo anonimato, favoreceu que os participantes abandonassem uma posição confusa e caótica rumo à diferenciação. Pois à medida que passaram a conhecer o outro, a proposta, o contexto, passaram a distinguir, participar e a confiar. Assim, no amparo do sigilo, em um ambiente seguro, o grupo se sentiu seguro. A segurança organizou a dispersão e o alheamento inicial. Com isso firmamos o comprometimento de todos e os aquecemos para fases posteriores de maior diferenciação.

E se, num primeiro momento, frequentar o grupo foi visto por eles como castigo, pena a ser cumprida, pelo ato ilícito cometido, a partir do primeiro encontro, passaram a identificar, na proposta, uma oportunidade de rever, refletir, interagir, se relacionar, aprender, compartilhar e assim fazerem jus ao nome “beneficiários”.

RELATO 2² - Lá vai o cara

No **segundo encontro** o objetivo foi integrar o grupo e favorecer um clima de entrega e trocas, pautadas pela confiança.

Aquecimento

“**Lá vai o cara...**” - adaptação do jogo Lá vai... (YOZO, 1996, p. 13).

² Descrição da segunda sessão de um grupo, composto por cinco integrantes, todos homens (embora que nesta sessão um dos membros tivesse faltado e o grupo contava com quatro pessoas). O grupo foi dirigido por uma mediadora.

O grupo estava sentado em círculo. A mediadora explicou que iniciaria o jogo com uma frase e que o próximo repetiria a frase dela, acrescentando uma sua. Na sequência, o outro diria a frase da mediadora, a frase do colega e a sua, e assim por diante, até completar três rodadas.

O jogo foi iniciado com a seguinte frase “Lá vai o cara...”.

Cada um, na sua vez, foi acrescentando elementos novos até se transformar em uma história. Ao final das três rodadas o resultado ficou assim:

*“Lá vai o cara
Andando pela rua
Com seu amigo
O carinha, que mora bem ali
Chamado Pedro
Eles estão felizes
Porque acabaram de ‘tofar’ um
Estão na larica
Vão dormir
Porque amanhã trabalham cedo
Aparece a polícia
Tomaram um ‘bacu’
Mas não tinham nada
Fizeram os caras de otários
Macacos comeram alpiste.”*

Dramatização

O grupo foi instigado a dramatizar a história. Assim, se organizaram, dividiram papéis e encenaram. Luiz e José representaram os amigos e Lúcio e Mateus, os policiais.

Na representação do papel dos policiais, os atores interpretaram utilizando exatamente a forma de abordagem que fora realizada pelos agentes por ocasião do seu flagrante. Desta forma, mostraram-se agressivos, rudes, dando tapas, não deixando falar... Por sua vez, no papel dos amigos, diante da abordagem, limitaram-se a obedecer aos comandos dos policiais que, em meio a gritos e palavrões, ordenavam: “mãos na cabeça, encostar na parede... .”

Neste momento, a cena foi congelada para que os sentimentos dos abordados fossem mais bem explorados e a pergunta foi:

“Como se sentem neste momento?”

A resposta:

- *“Raiva, indignação, humilhação e constrangimento”.*

Luiz foi além:

- *“Não somos bandidos, não ameaçamos a integridade de ninguém, não podemos ser tratados desta forma, sem o mínimo de respeito. Foi constrangedor e revoltante. Eles deviam estar atrás de criminosos que nos assaltam e nos tiram o sossego todos os dias, esses continuam aí, soltos e impunes. O que revolta mesmo nem é a abordagem, é a ignorância”.*

A mesma pergunta foi feita aos policiais e Mateus investido do personagem disse:

- *“Não é fácil estar aqui, mas estamos cumprindo com o nosso dever”.*

Num segundo momento, os papéis foram invertidos e o procedimento ocorreu da mesma forma. Para finalizar a dramatização, a mediadora perguntou se gostariam de mudar algo na cena e eles concordaram. Em consequência, como resultado, os policiais mudaram a forma de abordagem. Eles chegaram até a dupla de amigos e, com respeito, avisaram que estavam efetuando um procedimento de rotina e que precisavam revistá-los. Os amigos são revistados, nada é encontrado e então são liberados com os agradecimentos dos policiais pela pronta colaboração com a justiça.

Compartilhamento

No compartilhamento a mediadora solicitou que falassem como foi a experiência e o grupo continuou falando da polícia e do abuso de poder.

Mateus:

- *“não é fácil se colocar no lugar ‘dos canas’, o nosso lugar já é conhecido, foi fácil. Eu sei que eles cumprem com a sua obrigação, mas poderiam mudar a forma de fazer isso”.*

José:

- *“se tem uma lei que diz que não pode, tudo bem. Apesar de eu não concordar com a ilegalidade da maconha eu entendo que faz parte do trabalho da polícia fazer o ‘bacu’. Mas, arma na cabeça, algema, camburão, já é exagero. Eles podiam fazer a parte deles de boa”.*

A pergunta que se seguiu foi: Vocês estão falando do abuso da polícia, que é real e não vamos desconsiderar, mas também não sabemos se, em algum momento, vai ser assim como vocês dramatizaram, esperamos que sim. Mas enquanto a polícia não muda, queremos que pensem um pouco em vocês:

“E eu, abuso de alguma forma de mim mesmo ou do outro? Eu passo dos limites comigo ou com o outro, eu vou além?”

José:

- *“Já abusei muito do cigarro dos 12 aos 18 anos. Fumava muito e isso me prejudicava. Já usei outras drogas também, mas hoje só fumo a minha maconha, tô de boa. Não vejo que eu abuso de alguém. Quem teria o direito de se incomodar com a maconha é minha família, mas meus pais sabem e entendem. Minha mãe prefere que eu fume em casa, é mais seguro e ela fica mais tranquila”.*

Luiz:

- *“Eu abuso muito do cigarro e agora mais do que nunca. Estou estudando para o vestibular, fico nervoso, estressado e a única coisa que me acalma é o cigarro. A maconha também acalma, mas não posso fumar o tempo todo senão fico morgado e não consigo estudar. Quero parar com o excesso de cigarro, mas não é o melhor momento agora. Quanto aos outros, acho chato minha família não entender e proibir, tenho que fazer escondido, mas não abuso de ninguém, não*

afronto as pessoas com o meu uso, sei que o que incomoda é a poluição visual que isso causa nos outros, tento agir naturalmente”.

Lúcio:

- *“Eu tô de boa, sou calmo, não abuso de nada e se abuso é do excesso de tranquilidade. Eu estou estudando (faz faculdade de Educação Física), no semestre que vem vou atrás de um estágio, mas por enquanto tá tudo em paz”.*

Mateus:

- *“Eu respeito muito os outros, a sociedade em si. O que eu faço não prejudica ninguém, além disso, respondo por mim mesmo se precisar. Mas sabe, eu estava pensando, faz dois anos que terminei um namoro sério e não foi fácil para mim. Demorei para me recuperar, mas fiquei bem. De lá pra cá a única coisa da qual tenho exagerado é de mulher”.*

O diálogo, a partir da fala de Mateus, teve outro desdobramento: falaram de mulher - mulher santa e mulher “safa” - e de Deus - Deus bom e Deus mau. Isso, com certeza, seria material para outra cena, mas a sessão estava para ser finalizada. Aproveitando então a ideia de julgamento (da mulher e de Deus) a mediadora questionou:

“(…) podemos também pensar na figura do juiz que julga, cobra e condena. E vocês? Eu me cobro? Eu sou tirano comigo mesmo? Ou sou liberal?”.

Luiz disse que o que mais tem se cobrado agora é passar no vestibular e que no mais cumpre com suas obrigações como qualquer cidadão. As cobranças maiores, segundo ele, vêm da família, da sociedade:

- *“O cara certinho sabe, aquele que não faz nada de errado”.*

Os demais concordaram e Mateus acrescentou:

- *“Cobro de mim aquilo que todos se cobram, ter uma vida tranquila, um trabalho, pagar minhas contas, cumprir com meus compromissos, fazer o que é certo”.*

“Mas e o uso da maconha, é certo?” Perguntou a mediadora.

Luiz:

- *“Não é, mas deveria ser. A gente tinha que ter locais para o consumo, como existe em outros países, se fosse assim, não íamos precisar comprar do traficante. Não acho errado fumar maconha”.*

Mateus:

- *“Acho que o grande problema da sociedade não é o uso da maconha, é o tráfico que existe por trás disso. Se a gente pudesse comprar nossa maconha igual compramos cigarro ou cerveja, nada disso estaria acontecendo. E, se é proibido, só tem dois caminhos: ou plantamos nossa droga em casa, ou damos dinheiro para o tráfico, porque ninguém vai parar de fumar por ser ilegal”.*

Os demais concordaram.

O encontro foi encerrado neste dia.

Análise dos dispositivos

Principais dispositivos analisados:

- o aquecimento, com o jogo “Lá vai o cara”;
- o tema grupal: abordagem policial;
- a dramatização;
- o compartilhamento e
- as considerações da mediadora.

O aquecimento, enquanto dispositivo, foi utilizado com o intuito de favorecer a integração e a percepção grupal e também para auxiliar o grupo a encontrar um tema comum a todos os participantes. Ao lançar a frase “Lá vai o cara”, a Diretora não sabia que sequência seria dada pelo grupo. O “cara” poderia ir a qualquer lugar, poderia fazer qualquer coisa, mas cada um, com a sua frase, e em conjunto com o grupo, compôs uma cena já bem conhecida

deles. Portanto, o dispositivo lançado, interferiu para externalizar a hostilidade que não pode ser explicitada na delegacia, no tribunal e, talvez, nem na família.

Esse aspecto traz dois tipos de reflexões. O primeiro significa que se o grupo se permitiu externalizar o proibido, a contravenção, no espaço grupal, foi porque estavam confiando nele (no espaço). Talvez houvesse aí algum tipo elementar de vinculação entre a mediadora e os demais que permitiu a todos sentirem-se confortáveis quanto às suas exposições. Sabiam que não precisavam “fazer de conta” que concordavam; sabiam que podiam discordar e expressar o que sentiam e como sentiam. E isso demonstra que o grupo estava junto. A segunda reflexão parte do pressuposto de que enquanto falavam dos outros, não precisavam entrar em contato direto com eles mesmos. O problema, então, não existia e se existia estava fora deles e, no caso, estava na polícia, que cometeu um erro maior que o deles, porque foram violentos.

Fazer a polícia passar por “otária”, foi o mesmo que fazê-la sentir o que sentiram. Ou seja, “ficaram sem a nossa maconha, não vão fumar nada, vão ficar chupando o dedo”, assim, a pena se inverteu e a polícia é que foi castigada. Logo, não assumiram a própria transgressão, apenas tentaram transferi-la para a polícia. Seguiram dissimulando, como se não tivessem nada a ver com isso.

O tema da sessão surgiu como um dispositivo lançado pelo grupo. A “abordagem policial” foi um ponto de conexão dos membros, em torno de um desconforto comum. Deste modo, a fala individual se transformou em eco no grupo e eles passaram a se reconhecer não mais como apenas usuários de drogas, mas como portadores de sensações e sentimentos muito parecidos. Neste momento, esses sentimentos ainda estão muito ligados ao fato de se sentirem injustiçados pela Justiça. Para Moreno (2008) é bom que o tema trazido pelo grupo “seja um problema verdadeiramente sentido pelos participantes (reais ou simbólicos)” (p. 31). E ele acrescenta a importância, na representação do problema (que pode ser privado ou coletivo), que todos se sintam implicados no desempenho de seus papéis.

A dramatização suscitou uma sensação de impotência real diante da abordagem policial, já que na vida eles não podem reagir às abordagens. A

revista, ou o “baculejo”, como eles chamam, é um processo invasivo que desnuda o segredo. Um segredo que até então estava dissimulado, escondido. A raiva e a indignação surgem porque foram confrontados com o seu comportamento transgressor e, por esse motivo, na cena, se esforçam na intenção de transferir seu erro para a polícia. Olievenstein (1984, p. 18) afirma que para o usuário de drogas “são sempre os ‘outros’ que estão errados. Os outros no caso são os pais e a sociedade. Mas eles (os usuários de drogas), de qualquer maneira, não têm nenhuma responsabilidade (...)”.

Na etapa do compartilhamento isso ficou mais explícito: é a sociedade que discrimina, não entende. Portanto, demonstraram que as mudanças devem acontecer na Lei, na família, na sociedade. O problema não é fumar maconha, o problema é isso ser ilegal, assim eles permaneceram dissimulando e mantendo um segredo que, se fosse revelado, os confrontaria com outra impotência que é a própria submissão ao uso de drogas.

Mesmo se colocando no lugar da polícia para tentar compreender sua função, foi muito difícil entender o motivo dela agir assim. E enquanto sentiram raiva por terem sido agredidos, não se viram como agentes da situação, mas sim como vítimas e como tal se defenderam. Ramos (2008) aponta que, no caso de grupos provenientes da justiça, que a princípio chegam sem demanda para o trabalho, a vitimização e a defesa são uma constante. Sim, esse aspecto foi observado. Para eles, foi inconcebível tudo ter acontecido desta forma. Então, como eles disseram, a culpa “é da lei que diz que usar maconha é crime”; “é da família que não deixa fumar em casa”; “é da polícia que se ocupa em abordar usuário, ao invés de prender traficante”; “é da sociedade”.

Contudo apareceu também, além da vitimização e da defesa, uma necessidade muito grande de se fazer ouvir, de serem compreendidos em sua queixa, aqui já se deixou entrever uma demanda. Olievenstein (1984) refere o quanto importante é para os usuários de drogas saberem que, apesar de sua condição, não são rejeitados.

Ainda podemos identificar a vitimização como um sintoma, mas além da vitimização, também apareceu, como sintoma, a raiva, a indignação, a impotência. E, como defesas, a negação, a dissimulação e o próprio

comportamento transgressor. Tudo isso nos faz pensar em sofrimento. E qual será o sofrimento que eles estão encobrendo, talvez, com o uso de maconha? Pode ser a solidão, o medo, o abandono, o desamparo.

Em relação aos próprios abusos, os integrantes admitiram que passam dos limites em muitas situações, mas ainda não vislumbram muitas possibilidades. Aqui, novamente, apareceu a impotência. Além disso, entendem que se há algum prejuízo, é deles para com eles mesmos e não para com o outro ou para com a sociedade, o que é, no mínimo, contraditório. O próprio termo “**estar de boa**” traz a luz uma contradição. Se realmente estivessem “de boa” não estariam cumprindo uma medida socioeducativa. Assim, como o fato da mãe estar “tranquila”, pelo motivo do filho usar droga em casa, também soa contraditório: uma mãe tranquila, sabendo que o filho fuma maconha em casa, talvez o termo correto fosse menos preocupada, ou, diante de sua própria impotência materna, sendo o filho maior de idade e, portanto, responsabilizável por seus atos, opta por um tipo de “redução de danos”. Ou ainda, conforme Olievenstein (1984), indulgente. O autor aponta a tolerância excessiva como uma forma de rejeição, um abandono disfarçado em boas intenções. Que, no caso do integrante em questão, talvez oculte outro segredo, o segredo da solidão e do desamparo no contexto familiar.

É comum, segundo Olievenstein (1984), uma ausência de autocrítica nos usuários de drogas. Talvez isso ocorra por conta da transgressão. Nesse sentido torna-se importante acolher a raiva para, em seguida, demonstrar a importância do comprometimento de cada um, bem como sua parcela nesse processo.

Nery (2010) refere que “deixar fluir os fenômenos grupais, conhecer a história e a cultura de grupo, tentar seguir os pedidos imediatos, expressar-se na mesma linguagem, fazer a leitura da sociodinâmica e conjugá-las com as técnicas terapêuticas, nos ajudam a promover aquecimentos do grupo favorecedores da cocriação” (p.228).

Se usar maconha é bom ou ruim, eles é que vão dizer, vamos propiciar essa reflexão, mas precisam assumir suas escolhas a partir do momento que, essas mesmas escolhas, se chocam com aspectos que vão muito além do

desejo, mas que não se relacionam apenas às regras, às normas e às leis sociais. Eles precisam, antes, olhar para o outro, olhar para si, se reconhecer e, talvez, identificar a serviço “de quê” está a maconha.

As três etapas do psicodrama (MORENO, 2008) - aquecimento, dramatização e compartilhamento - descritas como dispositivos, demonstraram a mudança de posições psicológicas do grupo que ocorreu durante a sessão. O grupo sentado foi se aquecendo na busca de um tema comum. Logo após, em pé dramatizaram a história, entraram em contato com sentimentos e emoções, para, então, na última etapa, compartilharem como vivenciaram a experiência. Sair da cadeira para o palco pode ser comparado ao processo de psicanálise, onde o analisando sai da cadeira para o divã. Ou seja, tanto o palco ou o divã são lugares de aprofundamento e de vivência.

As considerações da mediadora também foram refutadas porque eles não queriam ser confrontados. Não queriam ser desnudados na sessão, assim como o foram na abordagem policial. Não queriam ter seus segredos revelados e não queriam, ainda, dizer que são impotentes diante do uso de maconha. Eles queriam dizer que o uso é normal e que estão no controle.

Diferentemente da polícia, por questões evidentes, nossa abordagem é mais cautelosa e acolhedora. Não vamos jogar nossos meios técnicos em cima deles como armas, forçando uma compreensão que eles ainda não estão preparados para ter. Se o grupo ainda está na primeira fase da matriz de identidade e, portanto, indiferenciado (MORENO, 2008), é natural que a resposta ainda seja conservada e muito parecida, salvo as devidas proporções, com a resposta que eles dão para a polícia: “eu to de boa”. Nas entrelinhas poderíamos entender: “eu não sou criminoso que precise de pena, eu não sou doente que precise de tratamento, eu só fumo de vez em quando, a maconha não me prejudica, se há problema ele está em você e não em mim”.

Entre esses dois polos, crime e doença, mencionados por Santoucy e colegas. (2008) e por Olievenstein (1984), enfatizamos o socioeducativo. Se o uso será interrompido ou não, não cabe questionar. O que importa é, conforme o CENPC (2007), propiciar um campo de aprendizagem que estimule as capacidades, e que qualifique a ação, a convivência grupal e social. Mas que

também, como destacam Fleury e Marra (2008), estimule o pensamento crítico e criativo e a participação. E isso foi alcançado com êxito neste segundo encontro.

3.2. SEGUNDO MOMENTO

RELATO 3³ - Querer e Precisar

Aquecimento

O aquecimento ocorreu em dois momentos:

1) A partir de uma frase dita pela única integrante mulher do grupo: **“A questão é separar o que eu quero do que eu preciso”**, os mediadores dividiram o grupo em dois subgrupos e sortearam, entre os subgrupos, as palavras **QUERER** e **PRECISAR**. Desta forma, o Grupo 1, que ficou com **QUERER**, foi instruído a listar todas as coisas que mais queriam. Da mesma maneira, procedeu o Grupo 2, **PRECISAR**, listando tudo de que precisavam/necessitavam. E suas escolhas foram por eles definidas:

Grupo 1 – QUERER: saúde, sucesso profissional, liberação do uso da maconha, riquezas, carros, casas de luxo, diversão e lazer.

Grupo 2 – PRECISAR: água, comida, saúde, sexo, dinheiro, trabalho, família, Deus.

2) Cada grupo deveria escolher um representante para desempenhar o papel de **um ser supremo**, com capacidades infinitas. Um deus com o poder de realizar todos os desejos, segundo a sua própria vontade.

³ Descrição do relato de um grupo com 10 participantes (nove homens e uma mulher). A unidade funcional contava com dois mediadores.

3) Os integrantes do Grupo 2 se colocariam diante do deus do Grupo 1 para pedirem tudo aquilo que necessitavam. Da mesma forma os integrantes do Grupo 1 se colocariam diante do deus do Grupo 2, para pedirem tudo aquilo que queriam.

O ser supremo deveria ser convencido, com argumentos contundentes, a lhes dar o que estavam pedindo. Diante das solicitações, o deus deveria avaliar e questionar se aquilo que pediam era realmente importante e dar o veredito se daria ou não o que foi pedido.

Ação

Os deuses, cada um a sua vez, foram colocados em um lugar de destaque e ali ouviram as súplicas dos **súditos**, que imploravam pela realização de seus pedidos. Os participantes, investidos do papel de deus, o interpretaram como um ser irônico e até tirano, que parecia se divertir com a inferioridade dos pobres mortais, desqualificando seus desejos e necessidades.

Por outro lado, aqueles que se dirigiam até o deus para alcançar seus pedidos se colocavam em uma posição de total submissão. Um dos integrantes chegou a se curvar, demonstrando que sua salvação era milagrosa, e que só deus poderia ajudá-lo a melhorar de vida - nada estava ao seu alcance. Ele demonstrava realmente muito pessimismo e desesperança. Outros pediam apenas uma “forcinha” para alcançar algo importante.

Durante a audiência de deus com a criatura, nas várias versões encenadas, os mediadores introduziram algumas técnicas psicodramáticas. Pelo **duplo** os demais integrantes auxiliavam os protagonistas (deus e súdito) a expressar suas ideias, vontades e opiniões do que deveria ser feito e como deveria ser resolvido; com **solilóquios** os pensamentos e sentimentos dos protagonistas e da plateia eram evidenciados; pela **inversão de papéis** os personagens eram trocados de modo que todos experimentassem lugares diferentes na cena.

Compartilhar

Aqueles que ocuparam o lugar de deus identificaram sentimentos ambivalentes em relação às decisões tomadas. Ao mesmo tempo em que foi bom ter o poder de decidir o que iria ser permitido, por outro lado, tornou-se difícil identificar se aquilo que se pedia era realmente necessário ou não. Os outros, que estiveram no lugar de súditos, ao contrário, sentiram-se por demais dependentes, submissos, tendo que implorar por desejos ou necessidades.

A partir disso, cada participante foi incentivado a expressar e compartilhar seus desejos e necessidades. Ao compararem as listas, chegaram à conclusão de que muitas coisas que queriam, também eram coisas que precisavam, e vice-versa. Por outro lado, muitas coisas que queriam ou precisavam, não conseguiam realizar por motivos pessoais e/ou sociais.

Além disso, eles também desejavam coisas que não são socialmente aceitas, como a maconha. A compreensão a que chegaram foi de que, na maioria das vezes, é muito difícil separar o que se quer do que se precisa.

Nesse momento, questionou-se a função da maconha: se é querer ou se é precisar?

Cada um expressou a dúvida e o desconforto por não saber ao certo se usa maconha por necessidade ou por diversão. E se são tão autônomos como o deus representado, ou tão dependentes quanto aqueles que imploravam.

Alguns continuaram dizendo que se tratava do querer:

- *“Uso porque gosto e paro quando quiser”.*
- *“Não sou dependente, uso só no final de semana, sei que em algum momento vou parar”.*
- *“Acho que não tem nada a ver com necessidade, é só querer, mas também sinto falta às vezes”.*

Já outros começaram a mudar o discurso:

- *“É... pensando assim, acho que sou viciado. Mas não quero parar porque eu não acho que isso me prejudica”.*
- *“Eu sei que sou dependente e acho que preciso procurar um tratamento”.*

- “Sei lá, agora fiquei confuso, também não faz diferença, porque isso não me preocupa hoje”.
- “Não sei se sou dependente porque nunca parei para saber como me sinto sem, talvez seja interessante tentar, mas acho que dou conta”.

Outros ainda ficaram pensativos, mas não expressaram nenhuma opinião.

Análise dos Dispositivos

Principais dispositivos analisados:

- a frase de Maria “A questão é separar o que eu quero do que eu preciso”;
- a invocação do divino.

O discurso dos usuários era pautado por uma defesa ferrenha ao consumo de maconha e por uma banalização do uso. Aqui o objetivo era de que eles se entregassem mais para a nossa abordagem e também para o compartilhamento de seus próprios segredos, contradições e impotências.

Nesta sessão, o primeiro dispositivo partiu de uma das integrantes do grupo. O grupo todo estava mobilizado falando sobre os motivos do uso de maconha, seus benefícios, os estudos que já comprovam sua eficácia para o tratamento de doenças, quando a única mulher do grupo afirmou: “A questão é separar o que eu quero do que eu preciso”. Querer, neste caso, estava relacionado a desejo e precisar, relacionado à necessidade de alguma coisa. A frase de Maria surgiu como um emergente grupal (MORENO, 2008), como um dispositivo proveniente de um participante do grupo e representante do grupo. O desafio foi identificar se o uso da maconha está no plano do desejo, de algo que se gosta, do qual se tem controle, e que se consegue ficar sem, ou se está no âmbito da necessidade, da dependência, onde quem controla é a substância.

Essa dúvida pode dialogar com as afirmações de Olievenstein (1984), quando diz que a ação da maconha relaciona-se à personalidade do usuário, à

dose, à frequência e ao tipo de produto que se está utilizando. Ou seja, todos estes fatores são preponderantes para identificar se existe uma dependência ou não.

O jogo “**Querer e Precisar**”, enquanto dispositivo, interferiu no grupo à medida que auxiliou os integrantes a olharem para si mesmos, para suas necessidades e desejos. Ao refletirem sobre o que, de fato, cada um realmente precisa e/ou quer para sua vida, o grupo se expôs e se observou mutuamente. Yozo (1996) aponta que os jogos de interação com o outro favorecem o reconhecimento do EU, momento em que cada um se percebe através do outro, como num espelho. A fase do espelho, para Moreno (1974), corresponde ao conhecimento de si mesmo como indivíduo separado dos outros indivíduos.

Cada um falou sobre si e, ao se ouvir, enfrentou suas próprias contradições e impotências. Surgiu aí um incômodo, que não foi simplesmente um incômodo relacionado aos outros (polícia, justiça, sociedade, família...), mas relacionado a eles mesmos. Eles ficaram mobilizados e, de certa forma, desconfortáveis. Tentaram dissimular os efeitos da maconha e a função que ela tem para cada um.

O conflito (MORENO, 2008), ou a demanda (RAMOS, 2008) poderiam não estar claros, mas um grau de desconforto surgiu para denunciar aos integrantes sobre suas dificuldades em controlar muitas coisas, inclusive o uso da maconha. Para a maioria foi difícil admitir esta falta de “poder”, essa impotência diante de uma substância aparentemente tão inofensiva. Mas a dúvida possibilitou, a cada um, se deparar com suas limitações e refletir sobre possíveis soluções.

O que eles demonstraram é que há um desejo muito grande de independência e de autonomia. Paradoxalmente entraram no circuito da dependência. Assim como referem, no conceito de juventude, Abramovay e Castro (2006), eles buscam segurança, aspiram ser *senhor e deus*, das próprias escolhas. Isso apareceu nas listas de desejos de cada um deles. Mas aqui surge outra contradição, já que o que vivenciam é a dependência: buscando a liberdade para escolher o que é bom para eles, acabam se implicando e se aprisionando ao uso de drogas. Então, existe um problema,

que pode ser visto como o uso de maconha ou como aquilo que o uso está a serviço de acobertar. Olievenstein (1984) afirma que o uso de substâncias psicoativas tem um significado, que “exprime e esconde ao mesmo tempo” (p. 122). O autor refere que esse fenômeno é contraditório, já que se baseia no fato do indivíduo ignorar o seu significado em dois aspectos: na origem da ação e no seu objetivo.

Os participantes do grupo, nesta sessão, não explicitaram a origem da ação do uso de substâncias psicoativas e o objetivo deste uso, até mesmo por não ser o foco da abordagem socioeducativa aprofundar questões pessoais. Mas cada um, pelos dispositivos, entrou em contato com isso e refletiu. E se cada um pode alcançar esta reflexão íntima, por meio da abordagem sicionômica e dos dispositivos grupais, então alcançamos o objetivo desta sessão socioeducativa.

A invocação do divino, dispositivo lançado pelos mediadores, evidenciou a submissão e a impotência dos participantes. Só mesmo uma divindade para operar um milagre e libertar a cada um de suas dores e necessidades. Moreno (2008) quando projetou o palco psicodramático, o fez circular, disposto verticalmente em três níveis concêntricos: inferior, médio e superior, com um quarto nível - balcão - que ele chamou de superindividual. “(...) os palcos podem representar, de um modo simbólico, esferas terrestres ou celestes de ação (...) a galeria ou o balcão, que é, na verdade um quarto palco, pode ser usada no caso de uma pessoa que deseja representar o papel de Cristo (...) e o restante dos atores atua no palco – Terra” (MORENO, 2008, p. 320). Contudo, na representação de deus, este não foi benevolente, pelo contrário, surgiu tirano e pouco flexível. Talvez este deus estivesse representando as figuras de autoridade, como: juiz, polícia, pai; ou até mesmo representando partes de cada um, que reprovam e condenam a si mesmos.

RELATO 4 ⁴ - O Jogo do Cordão

Para descrever esse encontro queremos destacar uma das participantes que vamos chamar de Alice. Alice tinha 19 anos e não havia concluído ainda o ensino médio, isso porque desistiu da escola por falta de motivação. Ela iniciou o uso de maconha aos 16 anos e o uso era diário (várias vezes ao dia). No momento em que frequentou o Programa GS, estava cursando um supletivo à noite e fazendo um estágio pela manhã em um órgão público. Apesar da rotina, não diminuiu o consumo de maconha. Ela dizia que além de ser muito bom fumar, também fumava para abrir o apetite - já que tinha dificuldades para comer - e também para dormir - por conta da insônia. Fumava muitas vezes ao dia, até para ir à aula, o que, na maioria das vezes, a fazia dormir em sala.

Nos encontros do GS a moça chegava alegre, gostava de participar das propostas de ação e sempre que podia demonstrava seus desejos referentes ao seu futuro profissional:

- *“Preciso terminar os estudos, estou com 19 anos e ainda nem saí da escola. Quero fazer faculdade de Direito e, um dia, ser juíza”.*

A fala era recorrente, mas assim também eram as queixas e o desânimo:

- *“Tenho sono, e preguiça de estudar... sinto uma moleza...”.*
- *“O problema da maconha é que ela é muito boa, não consigo parar e não quero também”.*

Os demais integrantes brincavam com ela dizendo:

- *“Se tivermos que esperar você ser juíza para legalizar a maconha, estamos ferrados!”.*

No quarto encontro, com o intuito de trabalhar desafios e solução de problemas, propusemos o “Jogo do Cordão” que será descrito no aquecimento.

⁴ Descrição da sessão de um grupo composto por sete participantes (cinco homens e duas mulheres). Nesse encontro compareceram seis pessoas. O grupo foi dirigido por uma mediadora.

Aquecimento

Nessa sessão o grupo foi dividido em duplas. Na dupla, **os punhos dos participantes foram amarrados com um cordão**. Todos foram informados que deveriam se desvencilhar um do outro sem romper, cortar ou tirar pelas mãos os cordões e que havia um tempo determinado para a realização do exercício, embora esse tempo não tenha sido especificado pela mediadora.

De início, as duplas ficaram livres para buscar a resolução da forma como quiseram, mas lembrando de respeitar os combinados iniciais. Os participantes iniciaram o exercício bem animados, certos de que resolveriam o enigma rapidamente. Mas, na medida em que as tentativas foram vãs e que, passar a perna por cima da cabeça do colega acabou resultando apenas em desgaste físico, a frustração aumentou e a tensão também.

Num certo momento a mediadora informou que a solução estava nos punhos e, enfim, os contorcionismos acabaram. As duplas agora tinham uma pista, contudo a solução não surgia. Alguns chegaram a duvidar que houvesse uma saída possível, menos Alice:

- *“Se ela falou que tem solução é porque tem, então vamos descobrir”.*

A essa altura uma das duplas estava sentada e a outra reclamava e dizia que ia desistir.

Em geral, para esse jogo, fica definido um tempo aproximado de quinze minutos. Mas a mediadora resolveu prolongar por mais dez minutos, devido a motivação de Alice, porém não informou ao grupo sua decisão, apenas permitiu que continuassem. Logo as outras duas duplas desistiram e, como plateia, ficaram assistindo Alice e Bruna, até elas concluírem a tarefa com sucesso. Elas comemoraram, como se tivessem ganhado uma partida de futebol e, os demais integrantes vibraram com elas, como vibra uma torcida no estádio ao final de um campeonato que levou o time para a primeira divisão. Ao final observamos protagonistas exauridas e felizes e uma plateia comovida e surpresa.

Por fim, Alice quis repetir o exercício para não esquecer mais. E todos os outros se colocaram novamente no palco psicodramático, queriam também aprender a resolver o “problema dos cordões”.

Ação

As duplas foram novamente amarradas e tudo começou outra vez. Alice e Bruna rapidamente resolveram a questão e então passaram a ajudar os outros que ainda não tinham entendido o enigma. À medida que iam resolvendo, repetiam outras tantas vezes. De repente, aquilo que parecia tão complexo, ficou fácil.

Compartilhamento

A companheira de dupla de Alice comentou que foi bom ir até o fim, mas que só ficou porque Alice não a deixou desistir antes. Bruna falou que talvez precisasse disso na vida: pessoas que a ajudassem a não desistir.

Os rapazes reconheceram que Alice se esforçou bastante e foi **determinada**. Alice ficou surpresa com o seu desempenho e o grupo, junto com ela e, pelo esforço dela, encontrou as suas próprias demandas adormecidas.

Assuntos como empecilhos, desafios e problemas surgiram como discussão no grupo. Questionamentos foram levantados e discutidos por eles: “Desistimos diante dos problemas, ou os enfrentamos?”; “Quais são hoje as nossas dificuldades?”; “O que me atrapalha na busca de resolução? Eu, o outro ou a maconha?”; “O que me enreda, qual é o meu fio e o que eu faço com ele?”.

Eles não tiveram resposta para todas as perguntas, mas pensaram e refletiram sobre essas questões na vida deles.

Joel falou:

- *“Não tenho dúvida que meu fio é a maconha, eu sei que o uso empata muito minha vida, porque estou deixando meus projetos sempre para*

amanhã. Igual regime, sabe? Mas também, o que eu vou fazer? Se pelo menos eu não fumasse tanto durante o dia, não ia ter tanta preguiça”.

Bruna respondeu:

- *“Você acabou de falar o que precisa fazer, então faça”.*

Joel retrucou:

- *“Mas você sabe que não é simples assim, sabe como é, você acorda, aí tem que fumar um porque acordou, aí já fica meio assim. Aí sua mãe reclama que você precisa fazer alguma coisa ao invés de ficar só em casa, então você sai e encontra um ‘brother’ que tá indo encontrar uma galera. A galera tá no campinho na maior onda. Fica difícil agradecer, aí você vai para a rodinha. Volta pra casa, almoça e aí fuma outro para descansar, vai olhar um filme e então é bom fumar outro... acabou o dia, tá na hora de fumar mais um para dormir. Acho que só vou conseguir parar se fizer um tratamento, não vou ser hipócrita de dizer que não sou dependente e que isso não me atrapalha”.*

Romeu:

- *“É, não é fácil, sempre vai ter um motivo para fumar. Tudo é motivo”.*

Mediadora: “Parece que cada um tem suas próprias dificuldades que podem, ou não, estar relacionadas ao uso de maconha. Mas qual a solução? Como sair da teia e da dependência que distancia vocês da autonomia, de realizar as metas?”.

O grupo seguiu refletindo e, no final, de um jeito bem descontraído brincaram, uns com os outros, dizendo que todos eles deveriam buscar ajuda e fazer um tratamento.

Análise dos dispositivos

Principais dispositivos analisados:

- o jogo do cordão;
- o tempo do jogo;
- o desafio, na perspectiva de Alice;

- o espelho de Alice e
- o grupo motivado a refazer o jogo.

O **jogo do cordão** foi utilizado pela mediadora, como dispositivo, para mobilizar o grupo para as suas impotências. Era um grupo de pessoas “congeladas”, alguns não conseguiam terminar o ensino médio, outros estavam com o ensino médio concluído, mas não sabiam se continuavam estudando ou se iam procurar trabalho, outros ainda, não saíam da faculdade. A maioria muito acomodada, sem rumo e, enquanto não se definiam, “relaxavam” fumando uma maconha. O jogo serviu à medida que tirou o grupo do lugar confortável de sempre.

Manipular o **tempo do jogo** e adiar o término do exercício também foi um dispositivo utilizado. Se o jogo fosse interrompido diante de tanta luta e motivação por parte de Alice, apenas reforçaria o fato de que seus empenhos, no grupo e na vida, são em vão. O jogo apresentava um problema para ser resolvido e havia uma solução, Alice estava aquecida para resolvê-lo. Todos os participantes também tinham problemas, mas, no caso deles, qual seria a solução? Estavam motivados para resolvê-los?

A maneira **como Alice lidou com o desafio** também surtiu o efeito de um dispositivo. A resposta que ela deu a si e ao grupo fez a todos refletir. Logo a Alice, a mais nova, a mais acomodada, a mais conformada, a mais desanimada, protagonizou a todos e surpreendeu com uma resposta nova, diferente. Ali, no jogo, a resposta foi inovadora e demonstrou rompimento com a conserva. Rompeu porque conseguiu olhar para si. Os outros integrantes, ao desanimarem e desistirem mostraram a Alice, para a Alice. Eles refletiram o **seu próprio espelho**. Ela se viu no grupo, se viu na desistência e na acomodação e escolheu romper com a imposição de papéis conservados (MORENO, 2008; NERY, 2010), “a preguiçosa”, “a acomodada”, “a morgada” etc. para identificar e aprender novas condutas e novos papéis. Pelo reconhecimento do eu - 2ª fase da Matriz de Identidade – (MORENO, 2008) nasceu “a determinada”, “a focada”, “a motivada” etc. Surgiu uma espontaneidade, que segundo Moreno (2008) é o oposto do que é comum e

bem por isso, adquire qualidade de momento, “o momento de ser, viver e criar” (p. 155).

O grupo também se beneficiou, pois, no movimento de Alice, eles também se olharam e descobriram os “seus nós” e suas tramas. O fato de, ao final do jogo, **todos terem se levantado para repetir o exercício espontaneamente** (dispositivo do grupo) demonstrou que havia um desejo de descobrir soluções e desatar os nós. O discurso de Joel denunciou isso. Ele descreveu a sua rotina que, provavelmente, é bem parecida com a rotina de todos. A maconha protagoniza a vida deles e atrapalha o protagonismo de cada um. Tudo gira em função dela, como falou Romeu. Mas a questão, como compartilhou Bruna, é estar só nesse processo. É preciso algo ou alguém que ajude a persistir. Pessoas para julgar, condenar, não compreender, mascarar ou, por outro lado, estimular o uso, oferecer, não faltam. Olievenstein (1984) afirma que o homem não se constrói sozinho, se constitui a partir do que o cerca e nesse percurso o educador e a família são peças fundamentais desse ambiente. Moreno (2008), ao conceber o homem em relação, também assinala sobre a influência que umas pessoas têm sobre as outras e da importância do indivíduo potencializar sua espontaneidade e criatividade a fim de estabelecer relações mais saudáveis evitando, com isso, as patologias psicológicas e sociais.

Talvez, não haja, no contexto social desses jovens, conforme descreve Moreno (1974), possibilidades reais de encontro, de uma compreensão mútua. Por este motivo transgridem, assim, no entendimento de Olievenstein (1984), desconsideram o real e, pelo uso de drogas, validam o imaginário que passa a ser mais significativo. O objetivo é reduzir o mal estar ou esquecê-lo. A droga torna-se, então, solução para evadir da realidade que ele pensa não ter condições de modificar e também, segundo o autor, lidar com as dificuldades de enfrentar a solidão exterior, principalmente quando se sentem sozinhos interiormente.

Moreno (1974, p. 79) aponta que “encontro significa que duas pessoas não apenas se reúnem, mas que elas se vivenciam, se compreendem cada uma com todo o seu ser. (...) Move-se do Eu para o Tu e do Tu para o Eu. Ele é “sentir a dois”, Tele”. Pelos dispositivos utilizados nesta sessão e também

nas anteriores, os integrantes, nos contextos social e dramático (GONÇALVES e colegas, 1988; YOZO, 1996) se reconheceram. Neste sentido, Bermudez (1977) indica que conforme o grupo se desenvolve e passa a ter noção do “eu e do não-eu”, começa a dar respostas aos estímulos externos com atração ou rejeição. Significa dizer que está em processo os primeiros reflexos do fator tele, que tende a aumentar à medida que cada um evolui em si e o grupo, como um todo.

Outro aspecto a ser considerado, em relação à repetição do exercício é o princípio moreniano da “segunda vez”. Moreno (1984, p.107; 2008, p. 78) afirma que “cada segunda vez *verdadeira* é uma libertação da primeira”. Para ele, a pessoa ganha, a partir disso, *o ponto de vista do criador*, ou seja, a experiência da liberdade e a libertação de sua própria natureza. Aqui o grupo se deu a oportunidade de tentar de novo. “A primeira vez faz com que, na segunda, a pessoa ria” (MORENO, 1974, p. 108). Alice descobriu, na segunda vez, que além de resolver seus impasses, também tinha condições de ajudar os outros em seus próprios impasses. O grupo identificou que apesar de terem desistido do exercício na primeira vez, sempre terão a oportunidade de tentar de novo e de novo e quantas vezes forem necessárias, libertando-se a cada tentativa, das conservas, dos nós e das amarras.

RELATO 5⁵ - Jornal Vivo

Aquecimento

Foram distribuídos jornais ao grupo. Inicialmente, cada um deveria folhear o jornal e escolher uma notícia que lhe chamasse a atenção. Em seguida, cada um, sem contar detalhes da notícia, deveria apenas compartilhar com os demais o assunto de que tratava a notícia.

⁵ Grupo composto de seis participantes (todos homens), neste encontro um faltou e um saiu mais cedo. Duas mediadoras compuseram a unidade funcional.

As notícias eleitas pelos participantes foram:

1- Decadência do time de futebol Palmeiras em decorrência da Copa do Mundo devido desfalque de jogadores.

2- Medidas socioeducativas para usuários de drogas.

3- Corrida de Fórmula 1.

4- Notícia sobre Fidel Castro.

Finalmente, após a exposição de todos, solicitamos que escolhessem, em comum acordo, apenas uma notícia para ser dramatizada, e, por unanimidade, a notícia escolhida foi a da corrida de Fórmula 1 realizada no domingo anterior ao encontro. Nesse dia, Felipe Massa, por ordem do chefe da equipe Ferrari permitiu a passagem de seu colega de equipe, Alonso, o que resultou em derrota do piloto brasileiro.

Dramatização

As mediadoras solicitaram que os participantes contassem a notícia de uma forma diferente, ou seja, ao invés de ler a notícia, dramatizassem. Assim eles distribuíram entre si os personagens: Marco representou Felipe Massa, César representou Alonso, Dúlio representou o chefe da equipe que deu a ordem e Jamil foi o bandeirinha.

Na **primeira cena**, o grupo encenou a notícia assim como escrita no jornal: Felipe Massa concordou com o chefe da equipe ao permitir que Alonso o ultrapassasse na corrida, favorecendo a vitória de seu companheiro de equipe, abrindo mão de sua própria vitória.

A cena aconteceu de forma descontraída, eles se divertiram, mas também demonstraram a indignação que, provavelmente, todo brasileiro sentiu naquele fatídico domingo de manhã.

Então perguntamos se desejavam mudar o final da história e eles concordaram.

A **segunda cena**, na versão do grupo, foi assim encenada:

Massa mandou o chefe da equipe para o inferno e ganhou a corrida, usufruindo de orgulho, glória e admiração dos brasileiros.

Compartilhamento

No compartilhamento a polêmica se deu em torno do boicote da equipe Ferrari com Felipe Massa. Eles todos indignados, esbravejaram, inconformados, com o resultado e com a passividade do piloto brasileiro.

A pergunta da equipe foi se eles próprios já haviam se sentido boicotados em algum momento em suas vidas?

Dúlio lembrou o boicote que sofreu do pai aos 12 anos de idade. Ele havia sido convidado pelo treinador de um time de futebol do Distrito Federal para compor a equipe juvenil, mas o pai não permitiu, por pensar que o filho deixaria os estudos em segundo plano.

- *“Eu sempre gostei muito de futebol e eu acho que não teria me atrapalhado em nada, seria um sonho jogar como profissional, mas não era o sonho do meu pai”.*

Marco disse ser apaixonado por motos, mas que nunca pode ter uma, pois os pais não permitem. Os pais pensam que é muito perigoso e que ele se arrisca demais. Ele, por sua vez, não abandonou o sonho, quer trabalhar e comprar sua moto, com ou sem o consentimento da família. Marco afirmou que realmente exagera na velocidade, já bateu em outro carro com bicicleta, quebrou o vidro do automóvel e quase quebrou a cabeça.

- *“Até entendo minha família, a preocupação deles e tal, mas não vão poder me segurar pra sempre, vai chegar uma hora que a decisão vai ser só minha”.*

Jamil relatou boicotes do chefe. Na empresa onde trabalha foi contratado para executar uma função, mas frequentemente é impelido a fazer muito mais. Ele se sente boicotado à medida que não recebe a mais por isso e não cresce profissionalmente. Atualmente tem se limitado a desempenhar apenas o que compete a ele, quer o chefe goste ou não.

- *“E eu tô querendo que ele venha me encher o saco, o que não falta é trabalho por aí e, agora, tô a fim de montar um negócio com um amigo, parada séria, no ramo de alimentos. Meu pai vai ajudar a gente”.*

Conforme cada um se expressava, os outros relacionavam experiências parecidas. Dúlio e Jamil referiram, assim como Marco, gostarem muito de velocidade. Jamil até se envolveu em acidentes sérios de carro por abusar da velocidade. Dúlio já dirigiu bêbado, perdeu o controle do carro e subiu no canteiro. Marco relatou já ter feito uso de cocaína e de ter ficado “muito louco”, perdido em uma trilha de cachoeira em Pirenópolis.

Ao falarem sobre boicotes evidenciaram comportamentos de risco (alta velocidade, comportamento imprudente e desafiador), assim demonstraram os seus próprios auto-boicotes.

Então perguntamos: **“E no que eu me boicoto?”**.

Num primeiro momento referiram o boicote deles com a maconha:

Marco:

- *“Estou boicotando o uso da maconha”.*

Jamil:

- *“Eu também, ainda mais agora que vou ser pai”.*

A equipe então questionou: **“Mas e a maconha não os boicota também?”**.

Eles pareciam surpresos com a pergunta, ainda não tinham pensado nessa possibilidade. A maconha era vista por eles como a vítima que vinha perdendo espaço na vida deles.

Mas a discussão resultou em uma reflexão interessante. De repente, perceberam que, por muitas vezes, estão trilhando um percurso desejado (faculdade, trabalho, relacionamentos...) e a maconha chega, como o chefe da Ferrari, e ordena que aquilo seja protelado, abandonado e eles, abandonam, sem discutir, sem questionar, reproduzindo um comportamento parecido com o do Massa. O Massa depende da equipe, eles dependem da maconha.

Imediatamente pararam de agredir o piloto, se continuassem estariam agredindo a si mesmos. Mas não mudaram de opinião. Continuaram falando de um piloto fraco, que envergonhou uma multidão de brasileiros numa corrida de Fórmula 1. Contudo, não achavam mais graça, os risos cessaram e todos ficaram bem introspectivos.

A sessão caminhava para o final e as mediadoras refletiram:

“Não é fácil perceber as próprias impotências e fraquezas. Vocês não precisam falar delas aqui, mas que bom que entraram em contato com isso, agora vocês podem pensar em como ganhar a corrida e mandar aquilo que está dificultando a realização dos seus planos para o inferno, assim como vocês encenaram, pensem nisso e até a próxima semana”.

Os participantes se despediram e saíram calados.

Análise dos Dispositivos

Principais dispositivos analisados:

- os jornais;
- a consigna: escolher uma notícia que chame a atenção;
- a notícia eleita pelo grupo;
- a criação de um novo desfecho e
- o boicote e o auto-boicote.

O jornal vivo é um método socionômico que, segundo Moreno (1984), estimula a espontaneidade e a criatividade do ator. O personagem pode ser representado e recriado, de forma improvisada e espontânea. O autor sai da passividade (representação), para se tornar atuante (desempenho de um novo papel). Pela ação/improvisação, o ator alcança liberdade de recriar e se desprende das conservas culturais, uma delas a conserva da linguagem falada, do diálogo, já que a vida é mais do que um diálogo, é também, e principalmente, ação. O que propõe o jornal vivo é: não conte a notícia, encene a notícia.

A proposta do jornal vivo se deu para que os participantes do grupo, enquanto atores, representassem uma notícia, mas também, pela espontaneidade, criassem outro desfecho, refletissem sobre outras possibilidades para a cena do jornal e também para cenas da vida de cada um.

Os jornais, enquanto dispositivos, favoreceram a busca por notícias cotidianas e essas notícias evidenciaram aspectos de cunho frustrante e decadente: desfalque de jogadores no Palmeiras; uso de drogas; a derrota de Massa; a doença de Fidel Castro. O tema geral evidenciou fatos difíceis. Ninguém escolheu uma notícia boa. Qualquer uma das notícias que fosse eleita para ser dramatizada traria à tona, possivelmente, aspectos semelhantes dos que suscitaram.

O grupo **elegeu a notícia** que mais mobilizou a todos: a corrida de Fórmula 1. Em seguida, a **consigna** da equipe sugeriu uma representação de cunho estético, ou seja, uma encenação da notícia. A escolha do personagem que cada um representaria e a encenação da cena, denotaram o aspecto artístico envolvido, feito que não foi um drama, e sim apenas uma cena com representação de papéis (Felipe Massa, Alonso, chefe da equipe Ferrari e bandeirinha). Mas durante a escolha dos personagens e no aquecimento para a cena o grupo, antes mesmo de representar a notícia, já se demonstrava inquietação com o resultado. Não os agradava o triste desfecho. A ideia de deixar de alcançar algo que se quer por motivo de boicote, mobilizou a todos. Ainda assim eles representaram tal qual a notícia descrita no jornal.

Quando as mediadoras sugeriram a mudança, todos concordaram prontamente e, da mesma forma, combinaram um **novo fim para a história**. O fato de terem se identificado com o protagonista da notícia (Felipe Massa), fez com que eles sentissem toda a raiva por ter de abandonar um objetivo pelo qual se vinha lutando. Assim, surgiu a pergunta da equipe como dispositivo que os levou a pensar ou lembrar de situações semelhantes enfrentadas em suas vidas.

Neste momento, se estabeleceu o que Moreno (2008) denominou de brecha entre a fantasia e a realidade, quando conceituou a matriz de identidade total. Ato de realidade e de fantasia começaram a se organizar. Havia uma

situação real, relacionada à impotência do piloto que os impeliu a pensar sobre possíveis soluções. Paralelo a isso, as demandas individuais tomavam forma.

Podemos também relacionar a passagem que ocorreu - da representação para a criação - aos fatores estéticos e terapêuticos. Moreno (2008) refere que nas representações dramáticas, o estético e o terapêutico estão sempre interrelacionados, mas aponta uma diferença entre um e outro aspecto. Na abordagem artística o interesse de encontrar-se no papel que está sendo representado foi observado, no caso da sessão do GS, na representação do papel de Felipe Massa (acrescido de sua impotência e submissão) e dos seus contra-papéis, Alonso e o chefe da equipe Ferrari. Já na abordagem terapêutica o interesse é pela personalidade privada do sujeito e sua catarse, ou seja, aquilo que o papel encenado mobilizou no indivíduo que o representava.

Para Moreno (2008), o caráter espontâneo da ação socionômica torna difícil para o ator manter-se distanciado do papel que ele representa. Assim, os elementos do papel privado se misturam com elementos do papel coletivo. A notícia eleita pelos participantes trazia um conteúdo coletivo que denunciava um conteúdo particular, que ficou evidenciado no compartilhar. Bareicha (1999) aponta uma terceira conexão. Além do terapêutico e do artístico, também informa a presença do educativo (educar e prevenir). E no caso dos GS aí está o ponto principal. Por este motivo torna-se tão importante lançar mão de todos os recursos humanos, materiais, pedagógicos etc. a fim de efetivar o pensar, o refletir e o refazer, ao que Bareicha (1999) denomina bricolagem.

A sessão do jornal vivo demonstrou estes três pontos interligados: o artístico, o terapêutico e o educativo. Mas como o objetivo do Programa é socioeducativo e não psicoterapêutico, as demandas que surgiram do grupo e que foram claramente percebidas pelas mediadoras, não foram aprofundadas como seriam em uma sessão de psicoterapia. Não significa que não tenha sido terapêutico, pois o envolvimento do grupo desde o início, o desejo de mudar o desfecho, o compartilhamento de **boicotes e auto-boicotes** e por fim o silêncio, delinearam um novo percurso e, aliado a isso um novo enfrentamento. Segundo Moreno (2008), se algo novo aconteceu, então foi catártico e se ouve

catarse, foi terapêutico. “A catarse é gerada pela visão de um novo universo e pela viabilidade de novo crescimento” (MORENO, 2008, p. 65). O autor ainda acrescenta que as descargas de emoções, características do processo catártico, “são apenas manifestações superficiais” (p. 65). Portanto, se houve uma mudança de visão, de comportamento, de entendimento, de compreensão é porque um novo conhecimento se fez e isso é bricolagem: estético, terapêutico e educativo em prol de uma mudança comum.

RELATO 6⁶ - A mulher ideal

Aquecimento

No encontro anterior o grupo referiu que largariam a maconha, ou qualquer outro vício por uma boa mulher. Assim, então, foi retomado o encontro pela equipe, indagando-se: **“Como é essa boa mulher, ou essa mulher boa por quem vocês largariam a maconha?”**.

Em seguida, distribuimos revistas, tesouras, folhas brancas e cola. E cada um foi convidado a construir, com recortes das revistas, sua mulher ideal. Cada um dos participantes pegou uma revista e enquanto folheavam a mesma, procuravam atentamente, nas figuras femininas, aspectos que admiravam ou desejavam em uma mulher. À medida que encontravam, recortavam. Depois que recortaram todas as partes que achavam importantes, passaram a juntá-las e colá-las uma a uma, formando a mulher idealizada.

Ação

Ao concluírem a confecção, todos apresentaram a “sua mulher”, detalhando características físicas e de personalidade. Todos eles se preocuparam em procurar atributos físicos que compusessem a mulher perfeita – a boca mais sensual, o bumbum mais empinado, os olhos mais envolventes, os seios avantajados, um corpo bem delineado... Por outro lado, eles

⁶ Grupo composto por cinco participantes homens. A unidade funcional contou com a presença de duas mediadoras.

ênfatizaram meiguice, companheirismo, independência financeira, ótimo nível socioeconômico. Virou uma competição, onde cada um queria demonstrar que a sua mulher era melhor que a do outro.

Rodrigo foi o que se demorou mais na confecção da musa e ao apresentá-la surpreendeu a todos mostrando que na sua construção não havia apenas uma linda mulher vestindo somente calcinha, mas também um homem que a pegava pelo bumbum. Então Felipe, com um tom de sarcasmo e lembrando que o maior vício do colega eram os jogos de computador, perguntou:

Felipe:

- *“Você pararia de jogar por causa de uma mulher?”.*

Rodrigo:

- *“Ah, sei lá cara... eu não tenho muita experiência com mulher. Nem pensei nas características, aceito a pessoa do jeito que ela é”.*

Felipe retruca:

- *“Mas e se ela te pedisse para escolher: ou ela, ou os jogos?”.*

Rodrigo, nesse momento, se preparava para dar aquelas respostas evasivas e breves para fugir logo da situação. Mas, com o intuito de fazê-lo participar e trazer suas experiências e sentimentos, como já havia acontecido com os outros, a mediadora pegou o cartaz de Rodrigo, levantou na sua frente e deu voz à mulher:

“Então Rodrigo... ou eu, ou os jogos”.

Ele ficou extremamente irritado e falou com a voz alterada:

- *“Que pôrra, eu devia tá pegando mulher e não jogando. Que droga, não gosto de ser pressionado, odeio quando ficam me perguntando e insistindo, eu não gosto de falar, tenho medo do que os outros vão pensar de mim, não sou de me expor. Desculpe, não é com você, é que não gosto mesmo, fico com muita raiva. Passei por oito psicólogas na minha vida e a última me mandou embora porque era muito calado e porque ia às sessões por pressão dos velhos (pais). Eu sou assim, diferente de todo mundo, esquisito”.*

Compartilhar

Diante do desabafo, uma das mediadoras falou que ele não era esquisito e que sua raiva era legítima. Parecia se sentir incompreendido por algumas pessoas e por isso sentia raiva. Inferiu que, realmente, ele não precisava aceitar tudo e que o fato de expor o seu desconforto apenas sinalizava que estávamos ultrapassando o seu limite, e que era muito importante, ele e todos, reconhecerem seus próprios limites. A mediadora afirmou que o ocorrido havia sido significativo, não havia nenhum problema em sua indignação.

Ele insistiu em pedir desculpas e reforçar que não estava com raiva da mediadora, mas da situação que o remeteu a experiências muito negativas e a coisas na vida dele que são difíceis de resolver. A mediadora afirmou que não havia necessidade alguma de se desculpar, que ela não havia se sentido agredida e que, apesar do desconforto dele, esse era um local onde todos os sentimentos são bem vindos. A unidade funcional agradeceu Rodrigo por dividir com o grupo sua história.

Assim, cada um expressou como vivenciou o trabalho desenvolvido no grupo nesse dia. Eles iniciaram relacionando as características das mulheres, com as suas próprias, falando sobre as características que tem e sobre aquelas que gostariam de ter. Eles concluíram que a mulher ideal não existe, assim como eles próprios não são ideais e que o importante é que tenham ao seu lado uma pessoa legal, com a qual possam dividir alegrias e preocupações. Assim, deverão encontrar outro motivo para parar com o uso da maconha, talvez algo que esteja dentro deles, ou então seguir usando e encontrar uma mulher que não “se encane” com isso.

A respeito do desabafo de Rodrigo, os demais participantes do grupo se mostraram acolhedores, procuraram amenizar o desconforto do colega dizendo que já passaram por situações parecidas. Mas foi Caio quem falou da pressão que sofre da família e do quanto se angustia para tentar agradá-los.

Análise dos dispositivos

Principais dispositivos analisados:

- a provocação da equipe: “Como é essa boa mulher ou essa mulher boa por quem vocês largariam a maconha?”;
- a confecção da mulher ideal;
- o envolvimento de Rodrigo;
- personificação da personagem como interpolação de resistência e
- a mulher perfeita que denuncia fraquezas e impotências.

O primeiro dispositivo utilizado nessa sessão foi o “gancho” deixado pelo grupo no encontro anterior. “Uma boa mulher faz qualquer um largar qualquer vício”. **A equipe provocou o grupo com o questionamento** porque a forma como falaram da mulher ideal era como se estivessem falando de algo mágico, sobrenatural: “então surgirá uma mulher perfeita que fará a minha vida perfeita”. Ao propor **a confecção da mulher**, propomos a própria mágica, o pensamento mágico e a ideia idealizada. Rodrigo protagonizou o encontro.

Nesta sessão, pela primeira vez, Rodrigo se envolveu. A busca cautelosa das figuras nas revistas, a minúcia na confecção da mulher ideal foi rapidamente percebida pelas mediadoras e pelos demais integrantes. Ele já se fazia notar antes mesmo de apresentar sua mulher. Ainda no aquecimento o protagonista havia sido eleito, sem saber. A confecção da mulher ideal o arrastou e ele escolheu cada parte com cuidado, analisou os detalhes e se entregou à proposta. Ele foi o último a acabar o exercício e o envolvimento dele foi o dispositivo utilizado pelo grupo e também pela mediadora para fazê-lo participar. E ele participou, mas não apenas isso.

A personificação da personagem como interpolação de resistência, técnica utilizada para “contrariar” disposições conscientes e rígidas do protagonista” (GONÇALVES e colegas, 1988), foi utilizada para envolver Rodrigo na proposta. Nos encontros anteriores ele já havia demonstrado certo distanciamento em relação à equipe e também aos outros participantes. Mas enquanto se afastava da proposta e do grupo, mantinha-se afastado de “suas

coisas”. Provavelmente foi a forma que encontrou inicialmente para se proteger, se defender: não participava para não se expor.

Assim, uma figura construída com recortes de revista e uma frase foram suficientes para provocar aquilo que todo diretor psicodramático persegue nas sessões de psicodrama: uma catarse de integração. A catarse conceituada por Moreno (2008) deve produzir um efeito terapêutico nos *atores-produtores* envolvidos no drama de modo que possam também se libertar dele.

Rodrigo, ao querer fugir, como das outras vezes, foi impelido a confrontar-se com seus medos, impotências, contradições e angústias. E a catarse surgiu com a frase: *“eu devia tá pegando mulher e não jogando”*. É verdade, ele devia mesmo. Ele se deu conta que está passando por sua juventude (está com 23 anos) sem aproveitar tudo o que gostaria, provavelmente porque se deixa escravizar por outros prazeres: jogos e maconha. Ter de encarar essa dura realidade o deixou muito irritado com tudo, mas principalmente com ele mesmo. Os motivos que o fazem aprisionar-se não dizem respeito ao contexto socioeducativo, mas vieram à tona, não para o grupo, mas para ele. Olievenstein (1984) infere que a busca pelas drogas acaba sendo, para o usuário, um meio e um refúgio. O que ocorre, para o autor, é uma reação ao desequilíbrio afetivo e a uma situação social intolerável *“inicialmente destinada a reduzir o mal-estar ou a ajudar a esquecê-lo”* (p. 104). Rodrigo lançou mão da maconha e dos jogos de computador para evadir da realidade e esquecer suas insatisfações. No jogo, ele entrou em contato com suas questões. Se ele vai abafa-las novamente ou se vai se libertar desse drama, não temos certeza, mas a clareza de sua condição ficou explícita e foi acolhida.

Além disso, outra questão veio à tona. A mesma mulher que parecia perfeita e ideal foi a que denunciou o conflito. A mulher da fantasia confrontou Rodrigo e todo o grupo com uma dura realidade: eles são impotentes, dependentes e fracos.

No compartilhar, cada um já havia se despedido das suas mulheres ideais. O discurso da mulher perfeita caiu por terra e cada um percebeu que se não fizerem por si mesmos, ninguém o fará. Assim, podemos concluir, segundo

Moreno (2008), que houve uma **catarse interpessoal**, onde todos foram beneficiados.

3.3. TERCEIRO MOMENTO

RELATO 7⁷ - Só termina quando acaba

Este é o relato do último encontro deste grupo. Normalmente reservamos esse dia para a avaliação do grupo sobre o trabalho desenvolvido. Jogos que envolvem projeção de futuro e expectativas normalmente são utilizados para finalizar o Programa. Mas antes de relatar a sessão como aconteceu é bom apresentar o protagonista deste dia.

Breno não correspondia ao perfil sugerido pelo Instituto Círculo de Giz para frequentar o Programa GS. Mesmo assim, por ter sido encaminhado, foi acolhido. Ele tinha 45 anos de idade, era dependente de cocaína e alcoólatra. Ele compareceu à maioria dos encontros alcoolizado; portou, em dois encontros, lata de refrigerante e garrafa de água contendo bebida alcoólica. Devido a esse fato, Breno, apesar de ser um homem instruído e culto, por algumas vezes atrapalhou o andamento do grupo, não conseguiu respeitar os demais integrantes em suas exposições e comentários e dificultou o trabalho da direção. Desviou a atenção do grupo para outros temas e precisou ser lembrado com frequência, pela mediadora e pelos integrantes, que determinado assunto não estava em pauta ou que devia se calar para que outro participante concluísse sua fala, entre outras pontuações.

Aquecimento

Neste encontro, que era de avaliação, os participantes já estavam sentados e o trabalho seria iniciado, quando Breno entrou na sala, completamente bêbado, chorando muito por motivo de doença da mãe. O grupo acolheu a dor do colega e tentou compartilhar com ele sentimentos

⁷ Grupo composto por nove participantes (todos homens) e dirigido por uma mediadora.

semelhantes, mas ele não ouvia. O discurso de Breno era incoerente, perturbado e sofrido. Falou do abandono da família e da solidão. Em sessões anteriores já havia comentado que vivia sozinho, a mulher o tinha abandonado e os filhos também. E, por motivos que não haviam ficado muito claros, ele comentou que estava obrigado a manter distância mínima da ex-esposa, por força de medida protetiva de urgência, determinada judicialmente. Além disso, não trabalhava.

A sessão, que era para ser de avaliação, se transformou em uma sessão de acolhimento e dramática para todos, inclusive para a mediadora, que não conseguia dar contenção às demandas de Breno. Ele chorava e falava dos filhos que sentem raiva dele. *“Meus filhos não sentem orgulho de mim e eu nunca disse o quanto me orgulho deles”*. Alguns participantes olhavam atônitos, outros se contorciam, reproduzindo uma raiva que é muito fácil de sentir, em se tratando de Breno e outros tentavam acalmá-lo.

Dramatização

Nesse momento, até com o intuito de retomar a direção do grupo, a mediadora solicitou que Breno escolhesse, entre os participantes, alguém para representar seu filho e ele escolheu Mauro. Mauro, um rapaz jovem, sentava-se sempre próximo de Breno e normalmente saiam da sala juntos.

A mediadora pediu que Breno olhasse para Mauro como se ele fosse o seu filho e dissesse para ele tudo o que desejava. Em seguida Mauro, investido do papel de filho, poderia falar para Breno o que sentisse vontade, o que considerasse pertinente para o momento, de forma espontânea.

Breno (com a voz embargada, chorando e sem conseguir ficar em pé):

- *“Filho eu te amo muito, sempre te amei e me orgulho muito de você. Hoje você é um homem e preciso que você me perdoe pelas minhas falhas e me dê mais uma chance”*.

Mauro:

- *“Pai eu também te amo e te perdoo, mas você precisa se cuidar, parar de beber, fazer um tratamento e parar de se destruir”.*

Pai e filho se abraçaram, na plateia um dos integrantes chorava e os demais observavam em silêncio.

Compartilhamento

O compartilhamento foi difícil, pois Breno falava mais alto que todos e não ouvia ninguém. Insistia em dizer que sua vida não tinha sentido, que sofria demais e que a solidão o desesperava.

Rogério, que chorara durante a dramatização, falou ter lembrado de sua filha pequena, hoje uma mocinha, que por tantas vezes pediu para que ele parasse de beber.

- *“Parei de beber no dia que ela foi atropelada e vi ela como morta embaixo do carro, graças a Deus ela ficou bem e então eu desisti daquilo que não importava, para dar valor para minha família”.*

José, que demonstrava irritação com o comportamento de Breno deixava transparecer uma indignação. Durante a sessão ele tentou várias vezes falar sobre o Programa, queria dizer como vivenciou os oito encontros, mas não conseguiu. Sentiu-se desrespeitado pelo colega e isso era claro. Então concluiu:

- *“A gente não pode perder a consciência do nosso limite”.*

Breno não tinha o limite da bebida, da cocaína e também não respeitou o limite no grupo e Renato apresentou isso na sua fala.

Ao final, cada um expôs brevemente como vivenciou o processo do GS. Avaliaram positivamente os encontros. Enquanto uns demonstravam alívio pelo término da “pena” do cumprimento da medida, outros concordavam que esse espaço deveria existir sempre.

O grupo se despediu e Mauro saiu com Breno, ajudando-o a andar.

Análise dos dispositivos

Principais dispositivos analisados:

- a inadequação do participante;
- o superaquecimento do protagonista;
- o jogo de papéis e
- a plateia.

Não foi a primeira vez que usuários de outras substâncias, além da maconha, participaram do Programa. Mas pela primeira um dependente de cocaína e álcoolatra mexeu com o andamento do trabalho realizado.

Como já descrito, todos os integrantes, que são encaminhados para o Programa GS, foram flagrados pela polícia usando ou portando maconha e é isso que eles mantêm diante do delegado, do juiz, do promotor, do defensor e da equipe do SERUQ. Contudo, no decorrer dos encontros fica claro que nem todos fazem uso exclusivo de maconha. Breno é um desses casos, aliás, ele praticamente nem faz uso de maconha. *“Maconha não é droga, maconha é remédio”*, afirmava.

Mas retomando a última sessão deste grupo. A mediadora, que havia preparado para o encontro dispositivos de finalização, conclusão, avaliação e despedida do Programa, foi interrompida, de forma nem tão inesperada, pelas demandas de Breno. Para ele, o término do GS não significava que sua “pena” tivesse acabado, ele tinha de dizer, demonstrar e gritar que precisava continuar em tratamento. O pedido, então, era de “socorro” e a conduta invasiva e desesperada denunciava uma triste constatação, Breno, que já havia perdido a esposa, os filhos, a família, o trabalho, agora estava perdendo também o grupo. Um grupo que por muito pouco não o abandonara logo no início. Aliás, ele preenchia todos os requisitos para não ser incluído, para ser discriminado e para ser rechaçado. A idade não condizia com a idade do perfil, o uso que fazia não era de maconha e o fato de chegar alcoolizado em alguns encontros já era motivo para não deixá-lo participar. Contudo, um aspecto se sobrepôs a todos esses outros, o GS é um Programa de

acolhimento, de sensibilização, de reflexão e, por esse motivo, Breno ficou no grupo e, do seu jeito, ajudou o grupo a refletir.

O dispositivo do qual Breno lançou mão, neste último encontro, foi espontâneo, mas não foi adequado (MORENO, 2008). A **inadequação do participante** demonstrou o quanto ainda estava preso aos seus comportamentos conservados e cristalizado em uma fase da matriz de identidade onde tudo encontra-se caótico e indiferenciado e sem uma base que lhe transmita segurança (MORENO, 2008). Breno estava sem chão e via-se sozinho. E para contrariar as fases do psicodrama (MORENO, 1974, 2008), Breno já chegou aquecido, ou **superaquecido**. Deste modo, o trabalho da mediadora e também dos participantes foi de desaquecê-lo. Desaquecer para acalmar, para centrar e para conter.

Assim, a tentativa da mediadora diante da cena, que já acontecia, foi definir um jogo de papéis do pai com o filho que ajudasse a resgatar alguma forma de contato fora do grupo. Moreno (1974) afirma que o **jogo de papéis** permite explorar as possibilidades de um indivíduo. Era preciso saber se haviam possibilidades de resgate. Mauro, como filho, representou pronta e espontaneamente o papel. E, como filho e como participante do grupo, ofereceu a Breno o perdão que ele precisava, mas com a condição de que ele se perdoasse também.

O grupo, de alguma forma, foi um esteio e cada participante que, nessa e em outras sessões, pedia para que ele esperasse, calasse, ouvisse, foi um ego auxiliar que, como a mãe, pedia para a criança ter calma. O grupo deu a Breno a contenção que ele mesmo não tinha e isso restabeleceu nele a confiança, a segurança, o amparo, o limite e a fronteira. Mas, apesar de ter se vinculado, não alcançou, no final do processo GS, a autonomia e a liberdade de escolhas que se espera. Provavelmente, apenas oito encontros não são suficientes para provocar mudança em pessoas tão comprometidas como ele. Por isso concluímos com o paradoxo: só termina (o tratamento) quando acaba (o sofrimento).

Contudo, a maioria dos participantes deste grupo avançou junto com o processo e Rogério foi um deles. O choro dele denunciava a tristeza, por já

ter se visto assim como Breno, e denotava o alívio por ter superado e encontrado outros caminhos. Moreno (2008, p.318) refere sobre a importância que têm o grupo “para os indivíduos emocionalmente isolados, para as pessoas que perderam seu *status* social (...). Para esse tipo de sujeitos, a **plateia** ou o público exerce uma função de opinião pública”, como no caso de Breno. Esse público, para o autor, não é um público qualquer, é um público visível e direto, que observa e julga as suas próprias ações, por meio do outro.

A fala de José encerrou o Programa GS para esse grupo e para esse público, com uma constatação que eles não trouxeram na primeira sessão: *“A gente não pode perder a consciência do nosso limite”*.

O grupo foi encerrado em junho de 2011 e, em dezembro do mesmo ano, dias antes do Natal a mediadora recebeu uma ligação de Breno. Ele queria desejar Feliz Natal e Ano Novo e dizer que havia se internado numa clínica conhecida no Distrito Federal para reabilitação de drogados; que ia passar o final de ano com os pais e que estava se esforçando muito para se recuperar.

RELATO 8⁸ - O futuro como projeto

Aquecimento

A unidade funcional iniciou o encontro a partir de um diálogo informal sobre projetos e metas para o futuro. Perguntas sobre como os integrantes imaginavam sua vida daqui a algum tempo foram lançadas e, cada um, aos poucos, ia trazendo seus desejos relacionados à condição financeira, afetiva, familiar, profissional etc.

A mediadora perguntou quem gostaria de adentrar um pouco mais nisso. O grupo permaneceu em silêncio, na espera de que alguém se manifestasse. Ao que Alexandre exclamou:

- *“Eu vou! Vamos ver no que vai dar isso”*.

⁸ Grupo composto por seis participantes (todos homens). Duas mediadoras compuseram a unidade funcional.

Aquecimento específico

A mediadora que dirigia o encontro convidou o participante para se levantar e se colocar no centro do grupo (espaço psicodramático/palco) e pediu que Alexandre imaginasse como estaria sua vida daqui a cinco anos.

Alexandre:

- *“Olha, para quem saiu de onde eu saí, eu já conquistei muito mais do que imaginava. Tenho a minha mulher e minhas filhas, tenho um emprego, passei no vestibular, mas querer a gente sempre quer, né? Então vamos dizer que daqui a cinco anos eu tenha terminado a faculdade, tenha comprado o meu apartamento. Também quero ir visitar o meu pai no Nordeste, levar as minha filhas para conhecer o avô. No mais, quero ter um dinheirinho para gastar, quem sabe passar num concurso melhor”.*

Mediadora: “Então, Alexandre, escolhe uma almofada para representar o momento atual, e outra para representar daqui a cinco anos. Disponha as duas almofadas aqui no espaço, como você quiser”.

Ele escolheu uma almofada grande e colocou a certa distancia dele:

- *“Essa é daqui a cinco anos”.*

A outra colocou próxima aos seus pés:

- *“Essa é hoje”.*

Mediadora: “Você falou que deseja ter realizado muitas coisas daqui a cinco anos: terminar a faculdade, visitar seu pai, comprar um apartamento, passar num concurso melhor. Escolha aquilo que você acha que, no momento, é mais importante para você”.

Alexandre:

- *“Bem, eu acho que o mais importante é concluir a faculdade, porque isso vai me ajudar a ter um emprego melhor, e aí eu vou poder comprar o apartamento e visitar o meu pai. É a faculdade mesmo”.*

Mediadora: “O que você acha que precisa acontecer para concluir a faculdade?”.

Alexandre:

- *“Eu tenho que me esforçar, estudar. Sei que não vai ser fácil conciliar os estudos com o trabalho e a família. Mas não tem jeito, vou ralar durante um tempo para colher depois. Nesse período acho que a grana também vai apertar”.*

Alguém do grupo falou:

- *“Vai ter que fumar menos né mano?”.*

Alexandre:

- *“É, tem isso também. Pra manter a concentração e o pique vou ter que fumar menos, deixar mais para o final de semana”.*

Mediadora: “O que você acha que pode atrapalhar esse plano?”.

Alexandre:

- *“Perder o foco, o objetivo, me deixar levar pelo momento”.*

Mediadora: “O que especificamente faria você perder o foco, o objetivo...?”.

Alexandre:

- *“Os amigos que chamam para beber, a preguiça e o desânimo e a vontade que dá de fumar um, muitas coisas, mas o principal eu acho que é isso”.*

Mediadora: “Então, Alexandre, escolhe para cada uma dessas coisas (amigos, preguiça/desânimo e maconha) alguém do grupo para representar, como se fossem personagens”.

Ele escolheu Douglas para representar o amigo, Nestor para ser a preguiça e Mathias para ser a maconha. Todos os personagens (egos auxiliares) entraram no espaço psicodramático.

Dramatização

Mediadora: “Vamos imaginar que aquela almofada que você escolheu para representar suas conquistas daqui a cinco anos seja, agora, a

conclusão da sua graduação. Você vai andar em direção ao seu propósito Alexandre, e o amigo, a preguiça e a maconha, de alguma forma, vão desviar a sua atenção. Vamos começar com um de cada vez. Pode andar, mas lembre-se: você quer concluir a faculdade”.

O amigo (Douglas) entrou na cena convidando Alexandre para tomar cerveja no bar, mas ele explicou que não iria porque tinha trabalhos da faculdade para fazer. O amigo o deixou dizendo:

- *“Ih, o cara tá caretando. Poxa veio, nem pra tomá uma cervejinha, assim não te chamo mais”.*

A preguiça (Nestor) estava cansada e mandava-o deitar, dormir, ver filme, distrair. Alexandre falou que estava se esforçando pela família e que não podia fazer essas coisas agora, mas que iria descansar mais tarde.

A maconha (Mathias) entrou na cena muito sutil, foi se aproximando aos poucos e lembrando Alexandre do quanto ele estava estressado, cansado.

Maconha (Mathias):

- *“Olha, esse ritmo ainda vai te matar, você precisa dar uma relaxada, não faz bem só trabalhar e estudar, você não precisa disso cara. Larga essas coisas pra lá e vai curtir uma lombra”.*

Alexandre disse que era muito difícil recusar, assim como fez com o amigo e com a preguiça. Sabe que essa rotina deve deixá-lo mesmo estressado, mas também não quer dar chance para o azar. Depois de uma pausa disse que não iria curtir a lombra por conta do seu projeto e nada ia fazê-lo perder o foco, mas que a maconha não precisava se preocupar, ele não estava a abandonando, apenas dando um tempo.

Mediadora: “Então vamos complicar um pouco as coisas... quero que o amigo, a preguiça e a maconha venham juntos”.

Os três personagens falavam ao mesmo tempo, não davam espaço para Alexandre dizer nada. Ele começou a ficar angustiada no meio daquela confusão, olhava para as mediadoras, como quem pedia ajuda. A mediadora pediu para congelar a cena.

Mediadora: “Como você se sente Alexandre?”.

Alexandre:

- *“Péssimo, estou ficando doido, estou sozinho e eles não me escutam, eu não me escuto...”*.

Mediadora: “Você gostaria que alguém te ajudasse Alexandre?”.

Alexandre:

- *“Sim”*.

Mediadora: “Quem poderia ajudar, das pessoas que você conhece?”.

Alexandre:

- *“O meu pai, a minha mulher”*.

Mediadora: “Quem poderia ser seu pai e sua mulher?”.

Ele escolheu um dos dois participantes (Alisson) que ainda estavam sentados para ser o pai e a outra mediadora para ser a esposa.

Mediadora: “O que você gostaria que eles dissessem ou fizessem por você?”

Alexandre:

- *“Que é para eu ficar calmo, que vai dar tudo certo, que eles me apoiam”*.

A cena foi retomada. O amigo, a preguiça e a maconha voltaram a falar ao mesmo tempo pedindo que ele largasse o que estava fazendo para satisfazê-los. Então o pai e a esposa entraram na cena e, repetindo e reforçando as frases ditas por Alexandre, o tiraram do meio do tumulto e o ajudaram a seguir no seu caminho.

Alexandre chegou até a almofada que havia escolhido para ser a representação da conclusão da faculdade. Falou que estava muito feliz pela conquista, foi difícil, mas superou os obstáculos. Aplaudiu-se e foi acompanhado pelo grupo nos aplausos.

Compartilhamento

No compartilhamento Alexandre falou que nunca havia parado para pensar em sua vida assim. Ele disse que sempre teve planos, mas que não pensava muito neles, as coisas aconteciam, ou não, sem muito foco.

Alexandre:

- *“Foi bom ver a vida por esse ângulo e pensar em como lidar com os problemas que vão surgir, porque é assim mesmo que acontece, só que se você não está preparado é fácil abandonar tudo. Foi bem complicado lidar com os desejos, a vontade que dá de largar tudo, é por isso que precisamos de pessoas legais junto com a gente”.*

Mathias:

- *“No começo eu achei bom ser a maconha e ficar zoando com ele, só que depois eu tive vontade de sair, começou a ficar difícil, mas eu fiquei”.*

Mediadora: “O que você teve vontade de fazer Mathias?”.

Mathias:

- *“Sei lá, eu acho que eu queria ajudar ele ir até o fim e não prejudicar”.*

Osvaldo e Douglas concordaram que é difícil seguir um projeto quando tem pessoas em volta que ficam chamando para outras coisas e que a preguiça e o desânimo só atrapalham. Douglas acrescentou que uma das primeiras coisas a fazer é se afastar das amizades que não querem ajudar.

Guilherme, que ficou observando na plateia, falou que enquanto Alexandre encenava, ele também lembrava suas metas e de como é difícil atingi-las, mas, por outro lado, disse que sempre surge uma alternativa boa, é só prestar atenção.

Alisson, por sua vez, compartilhou uma questão pessoal:

- *“O pior mesmo é quando você tem um plano que não é aceito pela família. Eu, por exemplo, queria fazer faculdade de engenharia, mas minha mãe e minha avó querem que eu seja advogado como o meu avô, que já faleceu. Eu não gosto de direito, mas faço porque é o desejo”.*

delas e tenho certeza que se eu não concordar, elas não vão pagar outro curso para mim. Então, no meu caso, não tem jeito”.

Mediadora: “Será mesmo Alisson? Você já experimentou conversar com sua mãe sobre esse assunto e sobre a sua frustração em fazer um curso que você não gosta?”.

Alisson:

- *“Não vai adiantar, eu tenho certeza. Vocês não conhecem minha mãe e minha avó. A minha avó sonha com a minha formatura. Ela até já me deu o anel do meu avô. Aí cara, eu tenho que fumar mesmo pra dar conta de tudo isso”.*

“Mas se você não tentar, você não vai saber”. Falou a outra mediadora.

Alisson:

- *“Se tratando delas é melhor eu nem tentar”.*

Alexandre:

- *“Olha cara, deixa eu te falar uma coisa, eu nasci no Nordeste, dentro de uma favela, aprendi a viver na rua, dormindo em qualquer canto e comendo comida do lixo. Hoje eu to aqui, eu trabalho num lugar bacana, tenho minha família, moro na Asa Sul, passei no vestibular, então se eu consegui , é claro que você vai conseguir. Você só precisa ter coragem para dar a real pra elas porque eu tenho certeza que elas não vão querer ver você infeliz”.*

Alisson:

- *“Valeu cara, muito legal a tua história, parabéns pela força que você teve, eu vou lembrar o que você falou”.*

Após o compartilhamento, a unidade funcional agradeceu o grupo pela participação na sessão e pediu que cada um avaliasse o Programa, já que este era o último encontro. Todos avaliaram positivamente, disseram que foi muito bom ter comparecido. Avaliaram o GS como um momento para pensar sobre si mesmos e também como meio de conhecer pessoas que passam por

situações semelhantes e assim podem se ajudar mutuamente. Um aprendeu com a experiência do outro.

Análise dos dispositivos

Principais dispositivos analisados:

- a projeção de futuro;
- a cena de Alexandre,
- o compartilhamento de Alisson e
- a avaliação do GS.

No oitavo encontro (3º momento do Programa), o dispositivo inicial utilizado para a mobilização grupal foi a **projeção de futuro**. Os questionamentos que a unidade funcional lançou para o grupo sobre projetos e metas para o futuro foi delineando o final do processo GS e estimulando aos participantes a pensar além dos oito encontros no Programa. A interpolação de resistência (MORENO, 2008) foi utilizada pela mediadora para dar intensidade à cena (“Então vamos complicar um pouco as coisas...”). Inicialmente, conforme explica Moreno (2008), a abordagem do grupo começou com problemas “privados”, mas em seguida Alexandre passou a ser o representante coletivo de papéis e das relações de papéis dos demais componentes do grupo, aí surgiu, no desenrolar da projeção de futuro, o sociodrama.

Pelo jogo, e por meio do protagonista Alexandre, o grupo demonstrou, conforme Romaña (1985), maior intensidade na percepção dos sentimentos, na intuição de ideias, na desenvoltura corporal e na espontaneidade. O grupo estava mais integrado. Assim também destaca Fleury (2008) quando aponta que os fatores terapêuticos e educativos ocorrem à medida que favorecem o enfrentamento das próprias dificuldades, por meio da identificação e do envolvimento com o outro. É possível afirmar que o grupo encerrou o Programa com um nível de enfrentamento maior. Além disso, assim como refere Baptista (2008), reconhecendo sua condição e também sua responsabilidade na busca de respostas e soluções.

Olievenstein (1977) afirma que nada é mais importante do que a aprendizagem da liberdade. Para ele, o que importa é que os “toxicômanos” sejam capazes de escolher e de se comportarem com responsabilidade, assumindo suas contradições e dificuldades: “Esse e nenhum outro é o caminho que desejo propor” (p. 300). Essa é também a proposta da metodologia socionômica, ou seja, demonstrar por meio do trabalho socionômico que cada um pode ter a liberdade de fazer suas escolhas e de transformar a sua realidade. Para isso foram estimulados, neste e em outros encontros, a percorrer o caminho inverso daquele descrito por Olievenstein (1984), quando refere que o jovem, ao fazer uso de drogas, transgride à medida que valida o imaginário e desconsidera o real. Partimos do imaginário, do idealizado, do desejado em direção à realidade de cada um. Foi preciso enfrentar a realidade e não fugir dela, para encontrar meios, possibilidades e respostas para as demandas de cada um. Provavelmente os participantes não encontraram soluções para todos os seus questionamentos, mas, possivelmente, mobilizaram-se para, no mínimo, olhá-los.

A cena de projeção de futuro de Alexandre, assim como o envolvimento dos egos auxiliares e o desabafo de Alisson, demonstram que houve coesão grupal e vinculação dos participantes entre si, com as mediadoras e com a proposta de trabalho. Essa integração grupal foi construída desde o primeiro contato do grupo com o GS e surgiu da confiança que foi se estabelecendo gradualmente.

As demandas de Alexandre trouxeram à luz problemas comuns, vivenciados por todos. Moreno (1974) infere que as sessões de grupo passam a ser terapêuticas a partir do momento que três ou mais pessoas esforçam-se para resolver problemas comuns. Além disso, o autor afirma que apenas no psicodrama ou nas abordagens socionômicas cada integrante do grupo pode tomar a função de terapeuta auxiliar. Assim, cada um pode ser agente terapêutico do outro. Alexandre foi terapeuta auxiliar à medida que tomou a **angústia de Alisson** para si e ao devolver sua interpretação para o colega, o fez como conhecedor de causa e isso apenas ele, ou outro integrante do grupo poderia fazer. A compreensão, a confiança e o acolhimento partiu de “um igual” e, por isso mesmo, foi aceito por Alisson (Alisson telefonou para uma das

mediadoras, meses depois do encerramento do grupo. Contou que havia passado no vestibular para Engenharia).

No último encontro do Programa GS, após o compartilhamento da cena, os participantes tiveram a oportunidade de **avaliar o Programa**. Eles identificaram que as vivências e a troca de experiências favoreceram o aprendizado e a ajuda mútua. Outros grupos, além desse aspecto, também levantaram outras questões, como: momento de olhar para si e refletir sobre aspectos da vida que comumente não pensam; espaço profícuo para falar sobre diversos assuntos; bom para conhecer pessoas legais; o Programa deveria durar mais tempo. Um misto de alívio, pela pena cumprida, e consternação, pela despedida, permeou o encerramento dos grupos socioeducativos. As avaliações demonstraram que foi produtivo, que os participantes se envolveram com a proposta e que saíram diferentes de quando chegaram. Os temas grupais trabalhados nos grupos, conforme Moreno (2008), se transformaram em dramas coletivos e a ação interação, de acordo com Bermudez (1977), favoreceram o compromisso do indivíduo com o desenvolvimento de formas mais adequadas de comunicação com as pessoas.

O4. OUTRAS DISCUSSÕES SOBRE OS DISPOSITIVOS

Os dispositivos surgiram como mecanismos de ação e de mudança, deliberadamente colocados pelo mediador ou pelos participantes, mas com a anuência do mediador. Todos os dispositivos advindos dos participantes ou do grupo passaram antes pelo mediador que dirigia o encontro, porque, neste contexto grupal o mediador é o detentor da regra, além disso, no papel de diretor, ele precisa dar continuidade à cena. Os dispositivos identificados e analisados nas sessões relatadas ora partiram da mediadora (ou equipe de mediadores), ora partiram de um integrante, ora partiram do grupo.

Como dispositivos provenientes da unidade funcional, podemos citar:

- os métodos (jornal vivo, teatro espontâneo, jogos dramáticos, projeção de futuro, sociodrama);
- as técnicas (auto-apresentação, espelho, solilóquio, inversão de papéis, interpolação de resistência);
- os contextos (grupal e dramático);
- os instrumentos (palco, protagonista, diretor, egos auxiliares⁹ e plateia);
- as etapas da sessão (aquecimento, dramatização e compartilhamento) e
- as decisões, considerações e questionamentos feitos pela equipe aos participantes ou ao grupo.

Como dispositivos advindos dos participantes, citamos:

- as dúvidas, as colocações, o protagonismo, a postura, as queixas, a interferência, a motivação, a reflexão, a ação e o compartilhamento de vivências.

⁹Os egos auxiliares nem sempre estiveram presentes, por motivo de haver apenas um profissional na condução do grupo.

Como dispositivos provindos do grupo, temos:

- os temas grupais, a aliança, a participação, a busca por respostas, o desfecho das cenas, a resolução de um problema.

Assim, podemos constatar que os dispositivos são passíveis de categorias. Categoria da unidade funcional, categoria individual e categoria grupal. Todo esse conjunto formatou o Programa GS. Evidentemente muitos outros dispositivos delinearão o processo grupal, muitos talvez, imperceptíveis, mas não menos importantes. Outros ainda surgiram, foram observados, porém não foram analisados nesta pesquisa.

Um exemplo desses dispositivos foi a configuração da unidade funcional. Em algumas sessões havia apenas uma mediadora, em outras duas mediadoras e em outras um casal de mediadores. Provavelmente o tipo de composição da equipe também funcionou como dispositivo de motivação ou até mesmo de castração. Duas mediadoras, em um grupo masculino, falando sobre mulher ideal e confrontando os participantes com suas impotências: o grupo saiu calado ou o grupo saiu castrado.

Há também de se considerar que os dispositivos, ao mesmo tempo em que provocaram um efeito no grupo, também geraram um efeito nos terapeutas da equipe. Dirigir um grupo sozinho; dirigir um grupo com um ego auxiliar com quem não se tem muita afinidade; ser ego auxiliar de um diretor com dificuldade de direção; ser ego auxiliar de um diretor, que no caso, é o orientador. Enfim, cada um desses desdobramentos provavelmente resultou em posturas diferenciadas, em motivações diferenciadas e em conduções diferenciadas tanto para os participantes do grupo, como para os mediadores envolvidos.

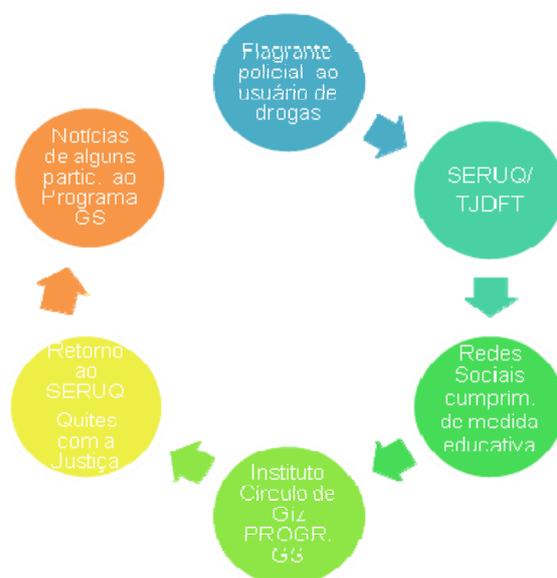
Também houve grupos eminentemente masculinos e outros com a presença, dentre os participantes, de uma ou duas mulheres. Será que a presença feminina funcionou como dispositivo de inibição, estímulo, cuidado, confronto...? Houve um grupo, que não foi relatado aqui, que contava com a presença de uma gestante. Havia uma preocupação dos homens do grupo em deixá-la sentar no lugar mais confortável e espaçoso da sala, alcançar o copo de água, deixar que ela escolhesse primeiro o papel a ser desempenhado em

uma cena, facilitar a movimentação dela pela sala. Ela, possivelmente, gestava o grupo, as ideias do grupo e os desejos dos participantes. Um dispositivo vivo, que só pelo fato de estar ali desencadeou, nos demais integrantes, reações que eles não teriam sem a presença dela. A maioria dos temas deste grupo passou pela temática mãe e família. Coincidentemente os três homens que integravam o grupo apresentavam dificuldades de relacionamento com o pai ou não conviviam com ele.

Outro exemplo de dispositivo proveniente dos participantes foram as ligações telefônicas após meses de término do grupo. Ou seja, a necessidade de dar uma notícia, de dizer que algo novo estava acontecendo. Em uma das ligações, um ex- participante, uma semana após o término do grupo, após se identificar no telefone, caiu em um choro compulsivo. Nenhuma palavra, nenhum pedido, apenas o choro. Alívio, dor, desespero?

Enfim, muitos dispositivos surgiram como mecanismos de ação, como já referido, que auxiliaram na discussão das regras que imperaram nas relações do GS. Relação da pessoa com o mediador; da pessoa com o grupo; da pessoa consigo mesma e de todos com o motivo que trouxe cada um deles para o Programa: o uso de drogas. Assim, todos os dispositivos concorreram para que as relações fossem estabelecidas durante o tempo que durou o programa, ou seja, oito sessões.

Figura 5 – Percurso do usuário de drogas ilícitas (Programa GS)



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar a interferência dos dispositivos sicionômicos na mediação de grupos socioeducativos e seu uso no compartilhamento e na produção de saberes relacionados ao uso de substâncias psicoativas ilícitas.

Os jovens participantes do GS foram acolhidos num espaço socioeducativo destinado a favorecer, por meio dos dispositivos, a liberdade de expressão permeada por regras definidas e pela promoção de um ambiente de segurança. A intenção era de que o grupo alcançasse maior clareza, autonomia, emancipação e participação em relação a seu próprio desenvolvimento pessoal e também social. Para tanto, a metodologia sicionômica tornou-se um instrumento eficaz no aquecimento e na sensibilização dos GS para o encontro e para o desenvolvimento de suas capacidades. Do mesmo modo também, os demais dispositivos favoreceram o relacionamento grupal e a implicação com as regras.

Os mediadores dos grupos, de acordo com a abordagem trabalhada, tiveram como função acolher essas pessoas e oferecer a elas uma possibilidade de convivência mediada. Convivência essa, com data de início e término prefixados pelo TJDF, para cumprimento de medida socioeducativa, com sessões limitadas a oito encontros. Nesse período, que não foi de cunho psicoterapêutico, mas socioeducativo, o grupo se formou, se vinculou e passou a compartilhar experiências comuns que resultaram em aprendizado e mudança de paradigmas, não necessariamente relacionados ao uso de drogas, mas à vida como um todo.

Deste modo, o **Primeiro Momento** do Programa GS (primeiro e segundo encontros), teve a função de priorizar a acolhida, a apresentação e a integração dos participantes entre si e com a unidade funcional. Os dispositivos apareceram no estabelecimento do contrato (dia, horário, atrasos, faltas, sigilo, anonimato e voluntariedade), nas dúvidas e expectativas de cada um, na definição do papel profissional dos mediadores e nos jogos que favoreceram trocas, integração e confiança. Esse momento coincidiu com a primeira fase da

Matriz de Identidade. O grupo estava indiferenciado e confuso e os dispositivos foram utilizados e/ou aproveitados para favorecer a diferenciação.

No **segundo momento** (terceiro ao sétimo encontros), os participantes mostram-se mais confiantes, passaram a aproveitar o tempo e o espaço grupal para compartilhar as mais variadas experiências. Esses cinco encontros foram pautados pelas vivências propriamente ditas. O que ocorreu nesse momento foi uma aproximação gradual do grupo ao processo de reconhecimento de si, suas limitações e possibilidades: a fase do reconhecimento do EU; para em seguida treinar também o reconhecimento do TU – tomada e inversão de papéis e um nível de criação espontânea mais adequado.

As experiências compartilhadas suscitaram emoções variadas. As experiências e emoções foram dispositivos que surgiram dos participantes e auxiliaram a cada um olhar para si. Os jogos, os métodos e as técnicas, enquanto dispositivos, também interferiram na mobilização do grupo e na sensibilização dos integrantes para os seus próprios conteúdos. E se até então o foco estava na abordagem policial, na lei, na sociedade, a partir desse momento, passaram a olhar para si mesmos, enfrentando suas contradições, transgressões, impotências, dependências e mazelas.

No **terceiro momento** (oitavo encontro) ocorreu a última sessão do grupo. Esse momento foi utilizado para a avaliação. Cada um teve a oportunidade de expressar como vivenciou o processo, o que foi importante e significativo, criticar e dar sugestões. Nele os participantes identificaram a relevância do Programa GS e, ao mesmo tempo em que se mostraram aliviados pelo cumprimento da medida, lamentaram a despedida. Eles expressaram a importância que o grupo teve para cada um, na medida em que favoreceu uma oportunidade para reflexão e aprendizado, que provavelmente não ocorreria se não tivessem sido encaminhados pela Justiça.

O uso de maconha não foi abandonado, como já se previa. Mas, a partir do programa GS, ficou mais claro para os participantes os motivos que os levaram a buscar substâncias psicoativas ilícitas. Podemos supor, então, que a partir desse momento os participantes do GS estão mais implicados consigo

mesmos e, acima de tudo, responsabilizados com suas escolhas e conscientizados de que outras possibilidades existem.

Esses três momentos do Programa GS assemelharam-se às três etapas do psicodrama: aquecimento, dramatização e compartilhamento. Nos dois primeiros encontros o grupo foi aquecido e foi se aquecendo para a participação. Os cinco encontros intermediários levaram o grupo para um contato maior com temas protagônicos, individuais ou coletivos, que instigaram as demandas e os conflitos e propiciaram a busca por novas respostas e a tomada de decisões. Os dispositivos, de modo geral, aqueles advindos do grupo ou dos mediadores, funcionaram como uma dança que num primeiro momento desvela o conflito para, no passo seguinte, propiciar a resolução pela espontaneidade. Por ocasião do encerramento do grupo (terceiro momento), cada participante compartilhou o que aprendeu, o que ficou de positivo do Programa e da troca de experiências com os demais participantes.

Os participantes, no Programa GS, seguiram um ritmo crescente. Chegaram desmotivados, passaram a se integrar e compartilhar, e no final, quando estavam enfim afinados com a proposta, o grupo foi encerrado. Tivemos acesso a poucos desdobramentos que ocorreram depois do encerramento do grupo, não tivemos notícias da grande maioria dos beneficiários após o término do Programa, mas sabemos que enquanto proposta socioeducativa o Programa cumpriu seu objetivo. Sabemos também que, apesar da abordagem não ser psicoterapêutica, obtivemos resultados terapêuticos, porque, por meio dos dispositivos, mobilizamos o grupo e os estimulamos a refletir e efetuar mudanças. Também foi estético, pois pelas ações, dramatizações, expressões verbais, não verbais e gráficas, cada integrante contemplou a si mesmo e ao grupo. O trabalho foi realizado segundo a estética do improvisado e a utilização de diferentes linguagens, especialmente das artes cênicas e das artes visuais, promoveu bricolagem e favoreceu a implicação crítica de todos em questões como sua identidade pessoal e grupal; o que quero e o que preciso na vida; regras, etc.

A metodologia vivencial, utilizada no manejo com os GS, propiciou aos participantes melhor conhecimento de si e do outro (grupo, família, trabalho, justiça, etc.), permitindo maior compreensão e aprendizado, sobre a

existência dos próprios limites e, ainda, daqueles impostos pela sociedade. Os temas tratados levaram os participantes à reflexão sobre o lugar que a maconha ocupa em suas vidas e do quanto ela interfere ou não em suas escolhas. Muitos deles chegaram ao final dos oito encontros convencidos de que o uso de maconha ia muito além de um uso recreativo, logo, identificaram-se como dependentes ou viciados (usar droga por necessidade e dependência). Outros continuaram certos de que, ainda que o seu uso fosse diário, não os prejudicava mais do que qualquer outra substância que viessem a usar para relaxar, como, por exemplo, uma taça de vinho à noite, ou uma latinha de cerveja (querer enquanto desejo, pautado pelo controle). Em nenhum momento essas constatações partiram da equipe, todas elas procederam do próprio grupo. E não importa se alguns se colocaram em um lado ou outro, o que de fato importa é que alcançaram uma consciência do uso de drogas, que pode ser, inclusive, a consciência de um uso aceitável, já que não demanda nenhum prejuízo psicossocial para o indivíduo.

A ação favoreceu a vivência e a comunicação e mostrou-se mais eficaz que simplesmente falar. Na ação/dramatização os participantes se aproximaram e se envolveram com todas as suas contradições. O que não havia encontrado lugar para ser dito, no início do Programa, no decorrer deste acabou se manifestando por meio dos dispositivos, expresso pela ação. Foi mais do que falar, foi sentir e, sentindo, se perceberam.

Como contribuições, identificamos por meio deste estudo que o formato do Programa GS, embasado na teoria socionômica, favoreceu a cada participante encaminhado pela Justiça encontrar no grupo um significado para estar ali, que foi vivenciado muito além da pena imposta. Ficou evidenciado que, pelos dispositivos, a falta de demanda pessoal para o trabalho grupal foi resolvida logo nos primeiros encontros. Pelo comprometimento dos mediadores com o sigilo, com a voluntariedade, com o anonimato, ficou claro para os participantes que o contexto grupal onde se encontravam estava desvinculado da justiça, de julgamentos, de preconceitos, de valores morais. A metodologia de ação e de expressão espontânea estabeleceu a confiança e favoreceu a vinculação e o envolvimento de cada um com a proposta. Assim, tão logo os grupos iniciaram, perderam o caráter de pena, para adquirir um caráter de

espaço. A descrença observada no primeiro encontro deu lugar à confiança e a integração do sentido de continuidade da vida do indivíduo, do grupo, da instituição e da sociedade.

O período de oito encontros serviu como mobilização e sensibilização dos participantes. Se houvessem mais encontros para cada grupo e mais grupos ocorrendo ao mesmo tempo, com mais mediadores envolvidos, os resultados poderiam se multiplicar. A possibilidade de aprofundamento seria maior e o grupo não seria apenas socioeducativo, mas também psicoterapêutico, o que implicaria em mudanças mais efetivas para os participantes e suas relações (familiares e sociais). Provavelmente, com mais sessões chegaríamos ao entendimento de que o processo grupal pode ser estabilizador e que o uso de dispositivos tende a sensibilizar o grupo de uma forma mais intensa do que se ele estivesse em uma psicoterapia comum. Primeiro, porque o grupo é, por si só, terapêutico; segundo, porque a abordagem sicionômica favorece o compartilhamento de experiências e a busca por soluções; e, terceiro, porque os dispositivos utilizados no manejo provocam, estimulam e motivam os participantes a trabalhar com as regras gerais e com as que imperam nas relações.

Esse sistema de trabalho grupal, com maior número de sessões, assemelha-se ao trabalho que Moreno (1992) realizou com o grupo de prostitutas. Ele descobriu, atendendo àquelas moças marginalizadas e discriminadas que, nos grupos, um indivíduo pode se tornar agente terapêutico do outro. Assim Moreno levantou quatro aspectos preponderantes para uma psicoterapia de grupo: a autonomia do grupo; a existência de uma estrutura de grupo e a necessidade de saber mais sobre ela; o problema da coletividade; os papéis e costumes que dinamizam a situação grupal e a questão do anonimato. Esses quatro pontos assemelham-se ao que foi estimulado no Programa GS. Contudo, em grupos com maior número de sessões, a possibilidade de tornar o grupo socioeducativo em psicoterapêutico aumenta, aumentando também as chances das vivências grupais estenderem-se ao contexto social.

O conceito de dispositivo, utilizado nesta pesquisa, trouxe para a socionomia um entendimento ampliado. **O dispositivo é um mecanismo de ação, deliberadamente colocado pelo terapeuta ou pelos participantes,**

que concorre para o estabelecimento das regras, das relações e das mudanças. Tanto partindo dos mediadores quanto do indivíduo ou mesmo do grupo, os dispositivos se mostraram como estratégias dialéticas permanentes de significação, questionamento, inclusão e encontro. Assim, os dispositivos, no contexto grupal dos GS, foram identificados, não apenas como métodos e técnicas socionômicos, mas como todo tipo de linguagem verbal e não verbal, ação e reação, questionamentos e respostas que partiram da unidade funcional, do grupo ou dos participantes e que estimularam, durante o período dos oito encontros, a integração, a mobilização, a participação, o envolvimento, o compartilhamento de experiências, a espontaneidade e criatividade, rumo a respostas diferenciadas e ao desapego às conservas até então arraigadas e limitadoras.

Outro aspecto relevante diz respeito à contribuição deste estudo para os profissionais (médicos, psicólogos, educadores, assistentes sociais etc.) que trabalham com os mais variados grupos socioeducativos. A proposta de uma intervenção socioeducativa, embasada pela abordagem socionômica evidenciou-se como um instrumento eficaz na condução destes grupos e pode ser utilizada em qualquer contexto, a partir do treinamento dos profissionais.

Ainda podemos identificar, especialmente, a contribuição para os profissionais da área da Justiça, que por falta de respaldo na Nova Lei de Drogas em relação ao formato do trabalho a ser desenvolvido, podem encontrar no presente trabalho um roteiro viável de entendimento do usuário de droga, principalmente o de maconha, e uma abordagem possível, com resultados eficientes para a sensibilização e comprometimento dos usuários com suas escolhas.

Também podemos citar, como sugestão para trabalho vivencial, a *Carta dos Direitos do “Teenage”* referida no corpo deste estudo. Os tópicos da carta revelam aspectos inerentes ao comportamento dos jovens e descrevem, além disso, semelhanças às ideias dos participantes dos GS. A carta poderá ser usada nos próximos grupos, realizados no Instituto Círculo de Giz, ou em outros grupos socioeducativos, como um dispositivo para fomentar discussão e reflexão.

Por fim concluímos que **os dispositivos socionômicos** (advindos dos mediadores, dos indivíduos e do grupo) **interferiram na mediação dos grupos socioeducativos** à medida que estimularam o envolvimento dos GS com a proposta de abordagem utilizada, favorecendo a participação das pessoas bem como a ação/dramatização de temas grupais. Também mobilizaram o grupo para o compartilhamento de experiências, vivências e afetos, abrindo possibilidade, aos participantes, de pensarem além do uso de droga, bem como de identificarem em si o desempenho de outros papéis (filho, estudante, pai, marido, trabalhador, irmão, cidadão etc), além do papel de usuário. Por fim, instigaram os participantes a buscarem novas possibilidades de resolução para seus conflitos que não apenas o uso de drogas.

Moreno (2008, p. 13) afirma que “mais importante do que a ciência é o seu resultado, uma resposta provoca uma centena de perguntas”. Terminamos esse estudo com muitos questionamentos. Quais os dispositivos que podem dificultar a participação grupal? Se há algum reflexo do Programa na vida dos participantes, após o término das oito sessões? Qual a composição e formação ideal da equipe de mediadores? Enfim, estas e tantas outras perguntas lançadas anteriormente ficam como sugestão para outras pesquisas.

Contudo, findamos com a certeza de que o espaço criado para esses grupos foi fecundo e que, enfim, após uma pena imposta para cumprimento de medida, cada um dos participantes foi beneficiado no Programa GS. Foram beneficiados, não apenas porque concordaram com a transação penal oferecida pela Justiça, mas porque tiveram a chance de participar de um grupo único, por uma única vez. Cada grupo teve sua própria identidade e trabalhou com seus próprios dispositivos. Cada grupo partilhou experiências variadas e construiu seus próprios aprendizados. Essas vivências foram singulares e favoreceram, no encontro, a possibilidade de construir coisas novas e, adequadamente, mais espontâneas.

REFERÊNCIAS

ABRAMD. Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos Sobre Drogas. Maconha: uma visão multidisciplinar. 2006. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:AGxMxLBMNKAJ:www.neip.info/html/objects/_downloadblob.php?cod_blob%3D743+MACONHA+%E2%80%93+Uma+Vis%C3%A3o+Multidisciplinar+ABRAMD&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESjyEluJz4xr2ucl_ly-NXR4PxxCmoOWjApqBgfdYNHr6clZnPzBDmUwpCXfkEj1FXqXVVqryeNwhtv8zBuaPNU73zbir4gMhXH_8wqikQJ3KHypxVxt9C7YiyAfdExalM1vAPt2&sig=AHIEtbS2XgdA8dx61XIWiSXgRpMfdHnkfw> Acesso em 10 jul. 2011.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. (Org.). *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: UNESCO, 2006.

BARBIER, R. *A pesquisa-ação*. Brasília: Liber Livro, 2007.

BAREICHA, P. Grupo sócio-educativo (GS) em uma perspectiva socionômica. In: GHESTI-GALVÃO I.; ROQUE B. C. E. (Org.). *A aplicação da lei em uma perspectiva interprofissional: direito, psicologia, psiquiatria, serviço social e ciências sociais na prática jurisdicional*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010. Cap. 4, p. 527-541.

BAREICHA, P. A construção coletiva da consciência ecológica por meio da pedagogia do drama. In: FLEURY, H. J.; MARRA, M. M. (Org.). *Intervenções grupais na educação*. São Paulo: Ágora, 2005. Cap. 6, p. 137-162.

_____. Psicodrama, teatro e educação: em busca de conexões. *Linhas Críticas*, v.4, n. 7-8, p. 121-136, Universidade de Brasília, 1999.

BAREICHA, P.; BOHRER, G. *Flexibilidade e bricolagem: diferenças entre a pedagogia tradicional e a pedagogia vivencial na direção de Grupos Sócio-Educativos (GS)*. Trabalho apresentado no X Encontro de Pesquisa em educação da ANPED Centro-Oeste. Uberlândia – MG, no período de 05 a 08 de julho de 2010.

BAPTISTA, M. A. Psicodrama e educação. In: MARRA M. M e FLEURY H. J. *Grupos: intervenção socioeducativa e método sociopsicodramático*. São Paulo: Ágora, 2008. cap. 2, p. 35-44.

BERMUDEZ, J. G. R. *Introdução ao psicodrama*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1977.

BOHRER, G. *Grupos socioeducativos: vivências psicodramáticas*. Monografia (Formação em Psicodrama) Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama. Brasília: ABP, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Dispõe sobre o sistema nacional de políticas públicas sobre drogas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2006/Lei/L11343.htm> Acesso em 18 mar. de 2011.

_____. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9099.htm> Acesso em 18 mar. 2011.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em 18 mar. 2011.

BRITO, V. Um convite à pesquisa: epistemologia qualitativa e psicodrama. In: MONTEIRO, A.; MERENGUÉ, D.; BRITO, V. *Pesquisa qualitativa e Psicodrama*. São Paulo: Ágora, 2006. p.14 -56.

BUSTOS, D.; GREEB, M. N. Sociodrama durante emergências sociais. In: MARRA, M. M.; FLEURY, H. J. (Org.) *Sociodrama: um método, diferentes procedimentos*. São Paulo: Ágora, 2010. Cap. 4, p. 76-94.

CARA, D.; GAUTO, M. Juventude: percepções e exposição à violência. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E.; ESTEVES, L. (Org). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Edições MEC/UNESCO, 2007. P. 171 – 196.

CARLINI, E. A. A história da maconha no Brasil. *Jornal brasileiro de psiquiatria*, v. 55 n.4, p. 314-317, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v.55n4/a08v55n4.pdf>> Acesso em 07 jul. 2011.

CENPEC. Parâmetros socioeducativos: proteção social para crianças, adolescentes e jovens: igualdade como direito, diferença como riqueza. *Caderno 3: o trabalho socioeducativo com crianças e adolescentes – 6 a 15 anos*. / CENPEC – São Paulo: SMADS; CENPEC; Fundação Itaú Social, 2007. Disponível em: <<http://www.florianopesaro.com.br/biblioteca/arquivos/criancasadolescentes/Caderno1.pdf>> Acesso em 15 dez. 2010.

COSTA, L. F. Possibilidade de criação de um contexto educativo: grupos multifamiliares. *Linhas Críticas*, v. 4, n. 7-8, p. 159- 174, Universidade de Brasília, 1999.

CRUZ, A. P. M.; FERNANDEZ, J. L. Interações entre fatores farmacológicos e psicológicos envolvidos na adicção de drogas. In: SUDBRACK, M. F. O.; CONCEIÇÃO, M. I. G.; SEIDL, E. M. F.; SILVA, M. T. (Org.) *Adolescentes e drogas no contexto da justiça*. Brasília: Plano Editora, 2003. Cap. 5, p. 121-144.

ESTEVES, L. C. G.; ABRAMOVAY, M. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E; ESTEVES, L. (Org.). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Edições MEC/Unesco, 2007. p. 19 – 54.

FERREIRA, C. P. B. *A expressividade no sociodrama*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Distrito Federal. 119 folhas.

FLEURY, H. J. A intervenção grupal socioeducativa de tempo limitado. In: MARRA, M. M.; FLEURY, H. J. (Org.). *Grupos: intervenção socioeducativa e método sociopsicodramático*. São Paulo: Ágora, 2008. cap. 11, p. 179 – 192.

FLEURY, H. J.; MARRA, M. M. Introdução. In: MARRA, M. M.; FLEURY, H. J. (Org.). *Grupos: intervenção socioeducativa e método sociopsicodramático*. São Paulo: Ágora, 2008. p. 13-21.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, C. S. Técnicas básicas: duplo, espelho e inversão de papéis. In: MONTEIRO (Org.). *Técnicas fundamentais do psicodrama*. 2 Ed. São Paulo: Ágora, 1998.

GONÇALVES, C. S.; WOLFF, J. R.; ALMEIDA W. C. *Lições de psicodrama: Introdução ao pensamento de J. L. Moreno*. São Paulo: Ágora, 1988.

KARP, M. O rio da liberdade. In: HOLMES, P.; KARP, M.; WATSON, M. (Org.) *O Psicodrama após Moreno: inovações na teoria e na prática*. São Paulo: Ágora, 1998. cap. 2, p. 61-87.

KNOBEL, A. M. *Moreno em ato: a construção do psicodrama a partir das práticas*. São Paulo: Ágora, 2004.

MARINEAU, R. F. *Jacob Levy Moreno, 1889-1974: pai do psicodrama, da sociometria e da psicoterapia de grupo*. São Paulo: Ágora, 1992.

MASSA, A.; BACELAR, R. A interface da prevenção ao uso de drogas e o poder judiciário, em uma perspectiva de sustentabilidade, *II Seminário sobre sustentabilidade*, Curitiba, 2007. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/IIseminario/pdf_praticas/praticas_02.pdf> Acesso em 20 out. 2010.

MARRA, M. M.; FLEURY, H. J. Tendências atuais no campo das intervenções e da aplicação do sociodrama como método. In: MARRA, M. M.; FLEURY, H. J. (Org.). *Sociodrama: um método, diferentes procedimentos*. São Paulo: Ágora, 2010. p. 13-18.

MARQUES, A. C. P. R.; CRUZ, M. S. O adolescente e o uso de drogas. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 2007. P. 32-36. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v22s2/3794.pdf>> Acesso em 10 jul. 2011.

MENEZES, M. N. *Dramaturgia aberta: dispositivo, abertura e participação*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Distrito Federal. 124 folhas.

MORENO, J. L. *Psicodrama*. 16ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

_____. *Quem sobreviverá? Fundamentos da sociometria, psicoterapia de grupo e sociodrama*. Goiânia: Dimensão, 1992.

_____. *Psicoterapia de grupo e psicodrama*. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

NERY, M. P. *Grupos e intervenções em conflito*. São Paulo: Ágora, 2010.

NERY, M. P.; COSTA, L. F.; CONCEIÇÃO, M. I. G. O sociodrama como método de pesquisa qualitativa. *Paidéia*, 2006. p. 305-313. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v16n35/v16n35a02.pdf>> Acesso em 30 jan. 2012.

NERY, M. P.; CONCEIÇÃO, M. I. G. Sociodrama e política de cotas para negros: um método de intervenção psicológica em temas sociais. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 25, n. 1, p. 132 – 145, 2005.

OLIEVENSTEIN, C. *Destino do toxicômano*. São Paulo: Almed, 1985.

_____. *A droga*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

_____. *Os drogados não são felizes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Saúde do adolescente*. Disponível em: <http://www.who.int/topics/adolescent_health/en/> Acesso em 20 jun. 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Glosario de términos de alcohol y drogas. 1994. Disponível em: <<http://www.msc.es/alcoholJovenes/docs/terminosAlcohol2.pdf>> Acesso em 08 jan. 2012.

PENSO, M. A. Psicologia e justiça: um diálogo necessário na aplicação da Lei 11.343/06. In: GHESTI-GALVÃO I.; ROQUE B. C. E. (Org.). *A aplicação da lei em uma perspectiva interprofissional: direito, psicologia, psiquiatria, serviço social e ciências sociais na prática jurisdicional*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010. Cap. 4, p. 549-557.

PENTEADO, H. D. Psicodrama, pedagogia, terapia. *Revista Brasileira de Psicodrama*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 25-41, 2005.

RAMOS, M. E. C. O agir interventivo e a pesquisa ação. In: MARRA, M. M.; FLEURY, H. J. (Org.). *Grupos: intervenção socioeducativa e método sociopsicodramático*. São Paulo: Ágora, 2008. cap. 3, p. 45 – 55.

RIBEIRO, M.; MARQUES, A. C. P. R.; LARANJEIRA, R.; ALVES, H. N. P. A.; ARAÚJO, M. R.; BALTIERI, D. A.; BERNARDO, W. M.; LAGP, C.; CARNIOL, I. G.; KERR-CORRÊA, F.; NICASTRI, S.; NOBRE, C. M. R.; OLIVEIRA, R. A.; ROMANO, M.; SEIBEL, S. D.; SILVA, C. G. Abuso e dependência da maconha.

Rev. Assoc. Med. Bras. [online]. 2005, vol.51, n.5, p. 247-249. Disponível em: <ISSN0104-4230.http://dx.doi.org/10.1590/S0104-423020050005000008> Acesso em 20 jan. 2012.

MARQUES, A. C. P. R.; CRUZ, M. S. O adolescente e o uso de drogas. *Revista brasileira de psiquiatria*, 2007. p. 32-36. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v22s2/3794.pdf>> Acesso em 10 jul. 2011.

ROMAÑA, M. A. *Psicodrama pedagógico*. São Paulo: Papirus, 1985.

SALIBA, M. G. A educação como disfarce e vigilância: análise das estratégias de aplicação de medidas sócio-educativas a jovens infratores. *Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista*, 2006. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/saliba_mg_dr_mar.pdf> Acesso em 15 mar. 2010.

SANTOS, A. G. Auto-apresentação, apresentação do átomo social, solilóquio, concretização e confronto. In: MONTEIRO (Org.). *Técnicas fundamentais do psicodrama*. 2ª Ed. São Paulo: Ágora, 1998. cap. 4, p. 105-125.

SANTOUCY, L. B.; CONCEIÇÃO, M. I. G.; SUDBRACK, M. F. A compreensão dos operadores de direito do Distrito Federal sobre o usuário de drogas na vigência da Nova Lei. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2010, vol. 23, n. 1, p. 176 - 185. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v23n1/a21v23n1.pdf>> Acesso em 08 abr. 2011.

SILVA, R.; FREITAS, C. Justiça Terapêutica: um programa judicial de redução do dano social. *Associação Nacional de Justiça Terapêutica*, Porto Alegre: RS, atualização em maio 2008. Disponível em: <<http://www.anjt.org.br/index.php?id=99&n=158>> Acesso em 15 mar. 2010.

THIOLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 16ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

TIBA, I. *Juventudes e drogas: anjos caídos*. São Paulo: Integrare Editora, 2007.

TRASSI, M. L.; MALVASI, P. A. *Violentamente pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência*. São Paulo: Cortez, 2010.

YOZO, R. Y. K. *100 jogos para grupos: uma abordagem psicodramática para empresas, escolas e clínicas*. São Paulo: Ágora, 1996.

ZUCCHETI, D. T.; MOURA, E. P. G. Práticas socioeducativas e formação de educadores: novos desafios no campo social. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 66, p. 9-28, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n66/a02v1866.pdf>> Acesso em 10 dez. 2010.